AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA ■ CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS ■ VOL 20 ■ Nº 4 ■ 15 ABRIL DE 2000 ■ R$ 6,00

ANOS DE MUDANÇA

Nesta edição fazemos um retrospecto de 30 anos de agronegócios no Brasil



EXCLUSIVO:

Como as ações de governo influem na renda das cadeias produtivas da agropecuária brasileira

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
IBRE INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
CURSOS · SEMINÁRIOS · CONSULTORIA

Aventis



Novas idéias para a agricultura.

Agora, a agricultura brasileira e mundial vai poder colher um futuro ainda mais produtivo e promissor.

Nasceu a Aventis CropScience. Uma empresa que resulta da fusão de dois líderes globais no campo dos defensivos agrícolas: a AgrEvo e a Rhône-Poulenc Agro.

Detentora do mais amplo e variado portfolio de produtos e de gigantescos recursos para investimento em pesquisa, a Aventis CropScience surge somando experiências e trazendo uma nova maneira de pensar.

Para a Aventis CropScience, a ciência sozinha não resolve problemas. Mas sim, o uso que dela se faz. Porque cada cultura tem sua necessidade específica, cada produtor tem suas exigências locais e cada mercado é distinto do outro.

Trazer novas idéias e produtos para aumentar a produção de alimentos, sem deixar de lado um absoluto respeito pela natureza e pelo ambiente sócio-econômico em que cada agricultor está inserido. Essa é a missão da Aventis CropScience: a mais nova e maior empresa de defensivos agrícolas de todo o planeta.

Aventis CropScience Brasil Ltda.

CAP: 0800-122333
Central de Atendimento Personalizado

www.aventis.com

ALIETTE • BLITZ • BRESTANID • COBRA • DECIS • DEROSAL • ETHREL • FINALE • FUTUR • GLADIUM • HOSTATHION • KLAP • LARVIN • PALISADE • PODIUM S • PROVENCE • REGENT 800 • ROVRAL • SANSON • STANDAK • STARICE • TATTOO C • TEMIK • THIODAN • WHIP S

simoes141.com.br

Rumo à segmentação



CORTESIA DA EDITORA DA

PATRÍCIA CARVALHO

Esperando receber 120 mil visitantes este ano, a sétima edição da Agrishow – Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação – inicia um processo de segmentação, com a Primeira Feira Internacional de Tecnologia Aplicada à Nutrição e Manejo Animal, que ocorre paralelamente ao evento e "pode ser o embrião de futuras feiras segmentadas e voltadas a setores específicos da agropecuária", como explica Sergio Magalhães, presidente da Agrishow.

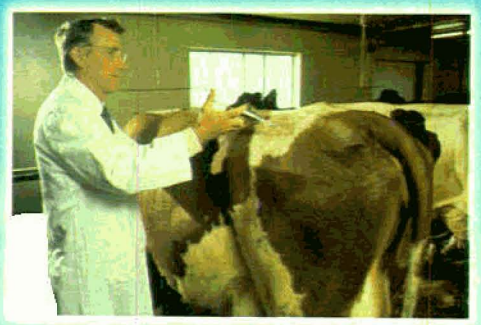
Ex-presidente da Abimaq por dois mandatos, esse engenheiro mecânico formado pela FGV que se apaixonou pelo setor agropecuário lembra que a Agrishow começou pequena, com 68 expositores e 12 mil visitantes e no ano passado teve mais de 350 expositores e 102 mil visitantes. É o próprio crescimento da Agrishow, segundo ele, que justifica que se pense para o futuro em feiras para segmentos diversos, como fruticultura, floricultura, hortifrúti etc. "É uma tendência mundial e não significa que a Agrishow vai se esvaziar; ao contrário, pois é um evento que além de negócios, envolve disseminação de conhecimento e força política", avalia.

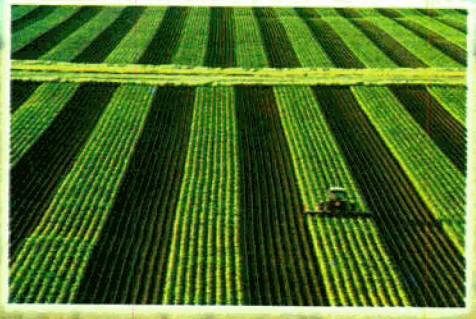
Quais as principais inovações da Agrishow para este ano?

— A primeira é que este ano teremos uma parte do evento dedicado à pecuária. Até agora a feira era mais voltada para a agricultura. E resolvemos mudar isso porque as pesquisas feitas junto aos visitantes revelaram que 19% dos participantes são pecuaristas. Além disso, sabemos que grande parte dos agricultores tem como segunda atividade a pecuária. E também porque acho que na pecuária logo deveremos viver uma grande revolução. Não dá mais para ganhar dinheiro com o boi no pasto quatro anos. O que queremos fazer este ano com a Primeira Feira Internacional de Tecnologia Aplicada à Nutrição e Manejo Animal é testar nossa idéia de que é necessário iniciar a segmentação e investir na especialização. Ao todo serão cerca de 330 cabeças de gado para exposição e 80 expositores. Na verdade, o interesse e o porte dessa primeira feira foram muito além das nossas expectativas.

Isso não vai um pouco contra o que a Agrishow significou até hoje, englobando toda a cadeia produtiva em diversos setores da economia agrícola? Não há o perigo de esvaziamento do próprio evento?

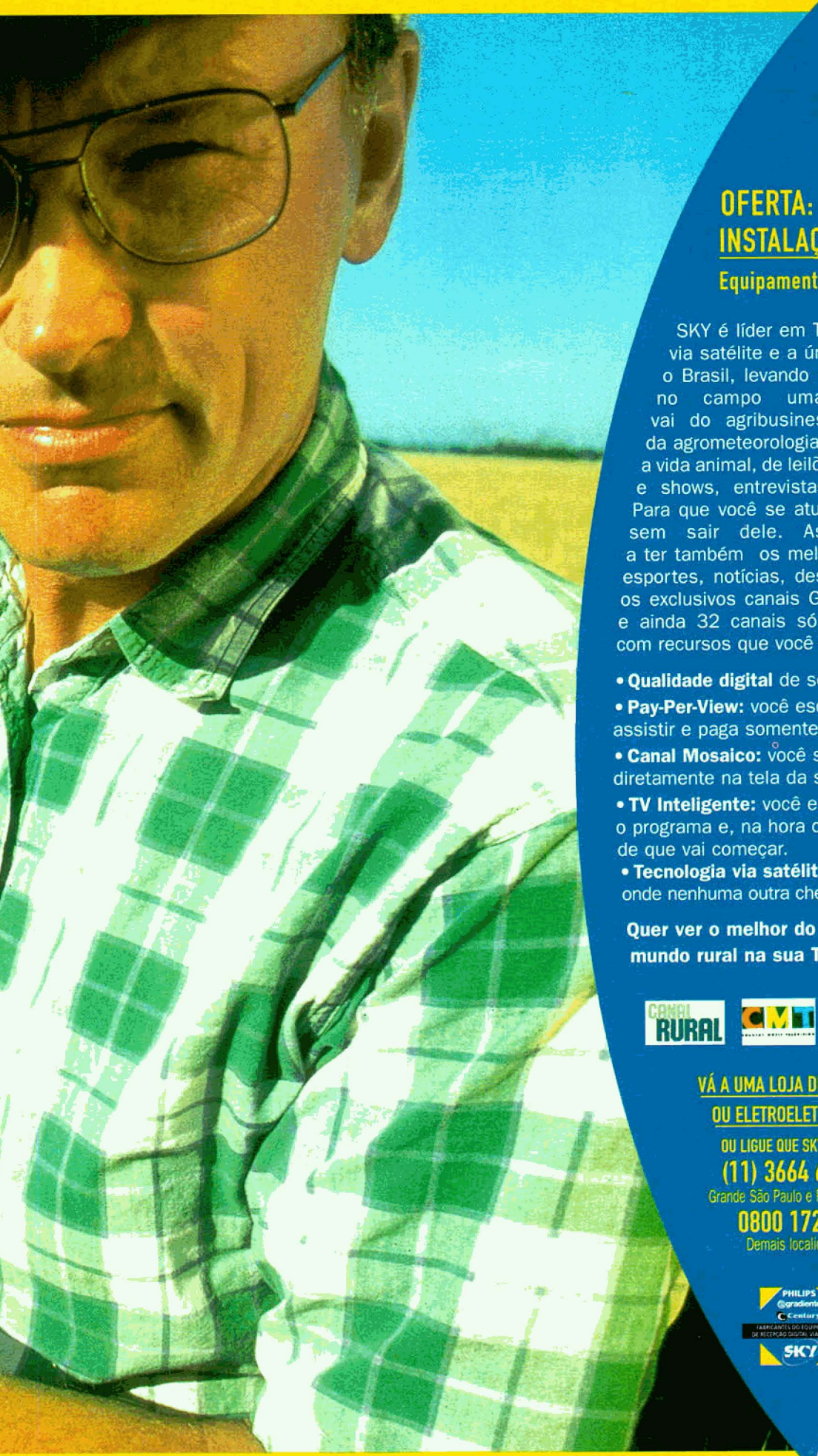
— De certa forma a idéia vai um pouco contra o conceito da Agrishow e pode até esvaziar o evento, embora eu não acredite que isso vá acontecer. Mas essa é uma tendência mundial. E veja o problema que já temos hoje, com o crescimento do evento. Será que Ribeirão Preto comporta 200 mil visitantes? E no ano passado já tivemos mais de 100 mil. A infra-estrutura da cidade é boa, mas é limitada. A fazenda onde realizamos o evento já não comporta demonstrações de frutas, demonstrações maiores de pecuária, de hortis etc. Não temos mais espaço para colocar expositores. Esse ano tivemos problemas com expositores que queriam área maior e não tínhamos, tem gente que quer entrar e não temos como colocar mais participantes, pois não há mais espaço.





OS SEGREDOS DO CAMPO
ESTÃO NA SKY.

LÍDER EM TV POR ASSINATURA



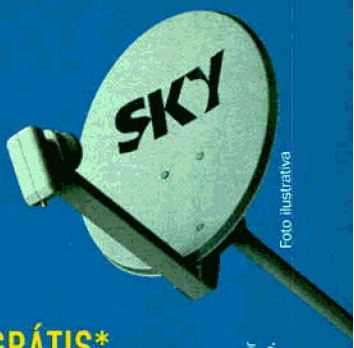


Foto ilustrativa

OFERTA: INSTALAÇÃO GRÁTIS*.

Equipamento - R$ 399

SKY é líder em TV por assinatura digital via satélite e a única que chega em todo o Brasil, levando a quem vive e trabalha no campo uma programação que vai do agribusiness à música country, da agrometeorologia a documentários sobre a vida animal, de leilões e cotações a rodeios e shows, entrevistas e culinária regional. Para que você se atualize sobre o seu meio sem sair dele. Assine SKY e passe a ter também os melhores canais de filmes, esportes, notícias, desenhos, documentários, os exclusivos canais Globosat, FOX, FOX Kids e ainda 32 canais só de música. Tudo isso com recursos que você nunca viu.

- **Qualidade digital** de som e imagem.
- **Pay-Per-View:** você escolhe o que deseja assistir e paga somente pelo que solicitar.
- **Canal Mosaico:** você seleciona canais diretamente na tela da sua TV.
- **TV Inteligente:** você escolhe e reserva o programa e, na hora certa, recebe o aviso de que vai começar.
- **Tecnologia via satélite:** chega onde nenhuma outra chega.

Quer ver o melhor do mundo rural na sua TV?

AH, LIGA SKY!

* Validade da promoção: 1º/3 a 31/5/2000. Vide regulamento completo em folhetos nos pontos-de-venda e/ou no site www.skyweb.com.br Instalação grátis: básica, válida para um ponto com valor máximo de R$ 90,00. Equipamento inclui antena, decoder e controle remoto. Instalação sujeita às condições técnicas do local. Nº do certificado CA/ MJ/ SDE/ DPDC Nº 01/0186/2000.

Canal Rural · CMT · Bloomberg Television · The Weather Channel · Animal Planet

VÁ A UMA LOJA DE ANTENAS OU ELETROELETRÔNICOS.

OU LIGUE QUE SKY INFORMA:

(11) 3664 6000

Grande São Paulo e Rio de Janeiro

0800 172728

Demais localidades

PROMOÇÃO DESCUBRA SKY

ASSINE E CONCORRA A 500 CRÉDITOS DE R$ 500,00 EM PROGRAMAÇÃO*.

Exija Instalador Credenciado SKY.

PHILIPS · Gradiente · Century

FABRICANTES DO EQUIPAMENTO DE RECEPÇÃO DIGITAL VIA SATÉLITE

SKY

SKY

O MELHOR VAI PRA VOCÊ.

DIGITAL VIA SATÉLITE

Com essa provável segmentação, qual será o futuro da Agrishow?

— Ela tenderá também a ser mais segmentada. Na verdade, já tínhamos equipamentos para pecuária dentro da feira. Assim como temos para outros segmentos específicos. Mas num determinado momento, e acho que ainda não será no ano que vem, mas quando sentirmos que temos massa crítica para isso, vamos gerar *filhotes* da Agrishow e a Agrishow *mãe* vai continuar.

Essa experiência não é inédita para nós da Abimaq. A Feira da Mecânica é um bom exemplo. O evento cresceu tanto que começamos a ter problemas com infra-estrutura, pois os visitantes aumentaram e aí há o problema de banheiros, alimentação, estacionamento etc. Então começamos a gerar outras feiras segmentadas, como a Feira da Máquina para o Plástico, Feira da Máquina da Madeira, de Ferramentas, de Cerâmica. Mas a Feira da Mecânica continua e tem fabricantes e visitantes que participam dela e das outras.

Além disso, a Agrishow foi inspirada na Farm Progress Show, dos Estados Unidos, uma feira que acontece cinco ou seis vezes por ano no país em vários locais diferentes. Fazer feiras em outros locais, então, não é uma idéia nova. Nós sabemos que, no caso da Agrishow, não são todos os agricultores do Rio Grande do Sul, por exemplo, que conseguem vir para o evento. E os pequenos não vêm mesmo. Temos um raio de atuação forte de 400km em torno da feira. 80% dos nossos visitantes estão dentro desse raio. Então cabem outras feiras obviamente.

E aqui já temos o exemplo de outras feiras semelhantes que vêm sendo feitas em outros locais. Esse ano tivemos duas feiras semelhantes à Agrishow, só que menores, uma em Cascavel, no Paraná e outra em Não-me-Toques, no Rio Grande so Sul. Isso é muito bom, porque as feiras ajudam a vender, a gerar conhecimento, levam tecnologia para o homem do campo. A Agrishow não perderá seu público, até porque o grande produtor que vai à Feira de Não-me-Toques vem à Agrishow, enquanto o pequeno vai à mais próxima.

Qual o espaço físico que a Agrishow ocupa este ano?

— Hoje temos 17ha de área de exposição de máquinas e 200ha plantados para demonstração. A demonstração a cada ano é um pouco mais complicada, porque exige mais espaço; as máquinas estão ficando maiores e trabalham com mais velocidade. E a demonstração é uma parte muito importante da feira. Transferir tecnologia exige que o expositor seja muito didático. Não adianta trazer novidades – temos que explicar as novidades, seja em máquinas ou qualquer outro produto. Desde o início não queríamos as máquinas bonitas na vitrine. Queríamos as máquinas trabalhando, demonstrando, e fazemos isso em baterias. Este ano teremos 880 demonstrações durante a feira, uma a cada dois minutos e meio.

Além da Feira de Pecuária paralela, quais são as outras novidades desta edição da Agrishow?

— Outra novidade é a participação do Sebrae. Nós fizemos um acordo interessante com o Sebrae para fazer rodadas de negócios dentro da feira e ajudar os fabricantes, expositores e produtores a exportar. A entidade vai levar para a feira compradores em potencial, representantes de outros países etc.

Outra inovação é a participação da Federação dos Trabalhadores em Agricultura com um estande. Esse pessoal tem um contato muito grande com pequenos produtores, principalmente com o trabalhador de agricultura familiar, e acho importante que tenhamos representados todos os elos da cadeia produtiva. Não temos conseguido levar muita gente de propriedades pequenas e é importante chamar esse público, porque a feira tem uma máquina de plantio direto com muitas linhas para grandes propriedades mas também máquinas pequenas, próprias para propriedades familiares. E há a possibilidade de pequenos produtores se unirem para comprar uma máquina para uso em várias propriedades.

Também estaremos lançando durante a Agrishow o Instituto de Desenvolvimento Agrícola, que terá como missão fornecer informações e subsídios para o trabalho da bancada ruralista no Congresso. Esse instituto terá a participação de representantes de toda a cadeia, de entidades a escolas, e vai subsidiar o trabalho de 216 deputados que, se estiverem organizados, podem exercer pressão sobre o governo para conseguir uma política agrícola mais consistente.

A participação de expositores internacionais na Feria também tem crescido muito. Este ano está mais acentuada?

— Essa é outra novidade. Temos um grande número de expositores estrangeiros este ano na Agrishow. Isso enriquece a feira, traz mais visitantes. Este ano temos um grande pavilhão italiano e um pavilhão da Argentina, que está participando pela primeira vez. E temos espalhados pela feira expositores da Alemanha, Holanda etc., além de muitos que estão entrando na feira junto com fabricantes locais. É um processo em expansão.

Essa sinergia entre as empresas nacionais e estrangeiras aumentou muito no setor?

— Aumentou muito. Agora que o Brasil está com o mercado aberto, às vezes não adianta fabricar uma máquina da qual se vende uma quantidade pequena. É melhor importar e revender. Isso garante a qualidade e o ganho do fabricante.

Há no setor um movimento de fusões e aquisições, como vem acontecendo em outros segmentos da economia? Há interesse de empresas estrangeiras pelas empresas nacionais?

— Muito raramente. Acho que teria que acontecer muito mais intensamente. Em algumas áreas aqui da Abimaq temos 18 fabricantes, e cabem três no mercado.

Acho que as fusões são uma saída para conseguir competitividade. Eu mesmo estou fazendo uma fusão entre a minha empresa e uma concorrente em máquinas para cerâmica. É um processo que traz vantagens, significa diminuição de custos, maiores investimentos em novas tecnologias etc. O grande problema é que se abre mão do poder, e isso é difícil. A maioria das empresas são familiares, estão nas mãos de familiares e não são administradas por profissionais.

Quanto às empresas estrangeiras, ainda não se interessam pelo mercado nacional nem em fabricar aqui. Há um grande interesse dessas empresas por outras áreas da economia, mas ainda não por máquinas. É mais lucro para elas fabricar lá fora e exportar para o Brasil. Para se ter uma idéia, no nosso setor, 1.238 empresas fecharam as portas nos últimos sete anos. Mas grande parte dessas empresas não quebrou. Elas fecharam e se tornaram representantes de empresas estrangeiras, porque a margem de lucro dos fabricantes aqui precisava de uma certa escala de produção para sobreviver. Por isso as fusões, inclusive entre empresas nacionais, são importantes, assim como, e principalmente, a profissionalização da administração das empresas. Mas as fusões são raríssimas ainda.


Tópico: Diversidade
INDIVIDUALMENTE
ELAS SÃO
ESPECIAIS.
JUNTAS,
PODEM SER
ESPETACULARES.
Na natureza, duas coisas não são exatamente iguais. O mesmo se aplica às pessoas. Cada uma é única em conhecimento. Cultura. E experiência. Na Monsanto, acreditamos na riqueza da diversidade. Todos os dias, interagimos com pessoas não só de diferentes origens, mas também de diferentes áreas. Como agricultura, medicina e nutrição. Pois sabemos que, juntando nossas capacidades, podemos criar uma empresa com resultados espetaculares.
MONSANTO
Alimento • Saúde • Esperança™

INSUMOS: AS ENTIDADES QUE ALAVANCAM O AGRONEGÓCIO NO BRASIL

AGRO drops

Andef quer qualidade na mesa do consumidor

A Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) orienta-se pelos princípios que regem as práticas da agricultura sustentável frente ao desafio de produzir alimentos em terras cada vez mais exíguas para uma população em permanente crescimento. A entidade contempla o uso da tecnologia como recurso essencial para suprir as demandas à produção agrícola.

A Andef defende convictamente os direitos à propriedade intelectual, pois é a partir desse pressuposto que se fundamenta o trabalho de suas empresas associadas para descobrir e desenvolver produtos tecnologicamente mais avançados, toxicologicamente mais seguros e biologicamente mais eficazes.

Anfavea: 44 anos de defesa da indústria automotiva

A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) reúne fabricantes de autoveículos (automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus) e máquinas agrícolas automotrizes (tratores, cultivadores motorizados, colheitadeiras e retroescavadeiras) com instalações industriais no Brasil.

Fundada em 15 de maio de 1956, a entidade estuda temas que dizem respeito à indústria e ao mercado de autoveículos e máquinas agrícolas automotrizes; coordena e defende os interesses das empresas associadas e sua representação corporativa; organiza e patrocina mostras automotivas e outros eventos de caráter institucional. A Anfavea tem sede em São Paulo e escritório de representação em Brasília.

Associados são prioridade número um na Anda

A Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas (Anda) foi fundada em 13 de abril de 1967 e tem 125 empresas produtoras de fertilizantes como associadas. A atividade da entidade tem sido pautada pela difusão do uso correto dos fertilizantes minerais, pela defesa dos interesses de seus associados junto a esferas judiciais e autoridades e pela elaboração de políticas oficiais regulatórias do funcionamento das empresas produtoras.

A Anda elabora boletins e manuais técnicos e estatísticos, prepara cursos e palestras dirigidas a engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas e pessoas envolvidas na assistência técnica ao produtor rural, além de participar de eventos destinados à divulgação de modernas tecnologias para o desenvolvimento da produção agrícola.

Câmaras setoriais são destaque na Abimaq

A organização do setor de bens de capital no Brasil iniciou-se em 1937 com o Sindicato dos Construtores de Máquinas e Acessórios Têxteis. A fundação de uma entidade de classe se daria algumas décadas mais tarde, mais precisamente em 1975, quando passou a existir a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). Desde os primórdios de sua existência, a entidade atua em favor do fortalecimento da indústria nacional, mobilizando o setor, realizando ações junto a instâncias políticas e econômicas, estimulando o comércio e a cooperação internacionais e contribuindo para aprimorar o desempenho em termos de tecnologia, capacitação de recursos humanos e modernização gerencial.

Estruturada nacionalmente com escritórios e delegacias regionais distribuídos pelo país, a Abimaq representa hoje cerca de 4.500 empresas dos mais diferentes segmentos fabricantes de bens de capital mecânicos. Essas empresas estão agrupadas em fóruns denominados Câmaras Setoriais, que atuam como centros de discussão onde são gerados pleitos que a entidade encaminha e defende nas mais diferentes instâncias.

Abrasem quer lei de cultivares implementada

Desde a fundação em 20 de outubro de 1972, a Associação Brasileira dos Produtores de Sementes (Abrasem) trabalha para congregar, representar e assistir um setor de produtores de sementes cada vez mais exigente na busca de cultivares mais produtivas, mais resistentes a pragas, mais adaptáveis às condições edafoclimáticas e com melhores características nutricionais e comerciais.

Com sede em em Brasília, DF, a entidade congrega oito associações estaduais de produtores. Na safra 1999/2000, espera realizar 1.400 dias de campo com a participação de aproximadamente 150 mil agricultores. Suas principais reivindicações junto ao governo são a Nova Lei de Sementes, a manutenção de regras do EGV sementes e a implementação da Lei de Proteção de Cultivares.

APPS preserva integração e representatividade

Fundada em 13 de maio de 1965 como associação de produtores de sementes de milho híbrido, a atual Associação Paulista dos Produtores de Sementes e Mudas (APPS) passou a agregar produtores de todas as espécies de sementes em maio de 1971 e acolheu o segmento de mudas a partir de 1985. Nos dias atuais a entidade atinge a idade adulta com um saldo extremamente positivo de realizações e conquistas.

A APPS é um órgão representativo com alto grau de profissionalismo e vem ao longo de toda a sua existência se adaptando a circunstâncias conjunturais, reformulando sua estratégia e perseguindo objetivos claros, transparentes e vinculados ao desenvolvimento da economia, da ciência e da tecnologia agrícola.

Abracal: oito anos de representatividade

No início dos anos 80, como não existia uma entidade nacional que coordenasse os interesses da indústria de calcário agrícola no Brasil, a então Associação dos Produtores de Calcário Agrícola do Estado de São Paulo reuniu as primeiras informações sobre o setor através do contato direto com as usinas espalhadas pelo país. Em 1985, a Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas (Anda) atraiu esses produtores para representá-los como entidade nacional, produzindo no ano seguinte o primeiro Plano Nacional de Calagem, o Planacal, que chegou às mãos do governo federal em 1987.

Em 1992 foi fundada em Brasília a Associação Brasileira dos Produtores de Calcário Agrícola (Abracal), que tem como sócios os sindicatos e associações em âmbito estadual do setor.

Soja

Folicur®

Controla oídio e doenças de final de ciclo



www.bayer.com.br

TeleBayer
Discagem Direta Gratuita
0800-115560

Bayer
Proteção das Plantas

ATENÇÃO

Este produto é perigoso à saúde humana, animal e ao meio ambiente. Leia atentamente e siga rigorosamente as instruções contidas no rótulo, na bula e na receita. Utilize sempre os equipamentos de proteção individual. Nunca permita a utilização do produto por menores de idade.

Consulte sempre um Engenheiro Agrônomo

Venda sob receituário agronômico

ANDEF

NESTA edição

3 Abre aspas: Sergio Magalhães

Rumo à segmentação .....

A Feira de Nutrição e Manejo Animal que acompanha a Agrishow deste ano pode ser o embrião de futuras feiras voltadas a setores específicos da agropecuária, segundo Sergio Magalhães, o dono da festa, e nosso primeiro entrevistado deste número.

Patrícia Carvalho

12 Brasil, os últimos 30 anos

AGRONEGÓCIOS: *Novo mundo rural*

Revelações dos censos agropecuários confirmam o que já dizia o filósofo Heráclito de Éfeso na Grécia Antiga: "apenas a mudança é permanente".

Luiz Antonio Pinazza e Regis Alimandro

TERRAS: *Preços em queda* *25*

O valor das terras tem agora referências bem diferentes das que predominavam nos anos 70 e 80.

Maria José Cyhlar Monteiro

POLÍTICAS PÚBLICAS: *Nova energia* *26*

As ações de governo vêm influindo na renda das cadeias produtivas da agropecuária brasileira. É urgente uma mobilização em favor das reformas.

Mauro de Rezende Lopes

31 Extra!

GESTÃO DA MUDANÇA: *Um novo caminho*

Um ambiente computacional repetitivo, baseado na abstração de um modelo, não pode dar suporte a mudanças em tempo real.

Nivaldo T. Manzano

AGROTÓXICOS: *Dos males, o menor* *34*

Não se fará a sustentabilidade da agricultura sem modernizar e racionalizar o uso dos agrotóxicos.

Tomaz Langenbach

FUTUROS: *Álcool transparente* *36*

O primeiro futuro de álcool anidro revela expectativas de iluminar as efetivas relações do mercado.

Félix Schouchana, Carlos AlbertoWidonsk e Fabiana Perobelli

REDES: *Transações virtuais* *39*

Um mecanismo privado de financiamento e comercialização da produção oferece cobertura plena aos investimentos.

Afonso Celso Bertucci

MÃO-DE-OBRA: *Conjuntura adversa* *40*

Expectativas desfavoráveis e o clima reduzem a demanda de mão-de-obra na agricultura brasileira.

Walter Belik e Otavio Valentim Balsadi

RH: *Tudo para dar certo* *42*

Renovado, o agronegócio brasileiro precisa de recursos humanos à altura de sua potencialidade.

Carlos Antonio Moreira Leite

POLÍTICA AGRÍCOLA: *Ilusões perdidas* *44*

O adeus ao Fredom to Farm não significa redução do intervencionismo estatal ou do protecionismo no setor rural norte-americano.

Fatima Cardoso e André Pessoa

DA redação

Otimismo é pouco

Pouco mais de um ano depois do choque causado pela liberalização cambial, não são apenas os segmentos produtivos voltados para o mercado externo que se animam a retomar os investimentos. O otimismo vem permeando a maioria dos setores produtivos do país.

As empresas multinacionais vêm reagindo favoravelmente à estabilidade econômica e se deixando estimular pelo potencial de mercado daqui. Num saudável círculo virtuoso, os segmentos de maior pujança, como é o caso da indústria de telecomunicações, vêm puxando a geração de renda. Com pressa de crescer e obter vantagem sobre os concorrentes diretos, esses setores vão ajudando a disseminar o otimismo por toda a economia ao mesmo tempo em que as mudanças nos próprios mercados são retroalimentadas pelas novas necessidades e exigências dos consumidores finais.

O otimismo é muito oportuno para o campo brasileiro. Pressionados pelo aumento dos custos de produção após a desvalorização do real no ano passado, os produtores rurais não tiveram saída a não ser reduzir o uso de insumos modernos. A conseqüente queda na qualidade das lavouras cobrou seu preço, mais uma vez empurrando para fora da atividade os menos aptos a lidar com uma variação negativa em sua renda. Cálculos elaborados pelo CEA a partir de

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
IBRE INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
CURSOS · SEMINÁRIOS · CONSULTORIA

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

SEDE: Praia de Botafogo, 190 – Rio de Janeiro – RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591, CEP 22257-970. Tel.: (21) 559-6000.

PRESIDENTE FUNDADOR: Luiz Simões Lopes

PRESIDENTE: Jorge Oscar de Mello Flôres

DIRETOR GERAL: José Affonso Fausto Barbosa

CONSELHO DIRETOR

PRESIDENTE: Jorge Oscar de Mello Flôres

VICE-PRESIDENTES: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Carlos Ivan Simonsen Leal e Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque.

DEMAIS VOGAIS: Celina Vargas do Amaral Peixoto, José Luiz Miranda, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos e Roberto Paulo Cezar de Andrade.

SUPLENTES: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Carlos Braga Lemgruber, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Daniel Dantas, Geraldo José Carbone, José Julio de Almeida Senna, Lindolpho de Carvalho Dias, Maria Silvia Bastos Marques e Oswaldo Antunes Maciel.

CONSELHO CURADOR – Presidente: Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio

VICE-PRESIDENTE: Armando Klabin

DEMAIS VOGAIS: Antonio Monteiro de Castro (Souza Cruz SA), Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco Bradesco SA, Banco CCF Brasil SA, Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil, Ivan Ferreira Garcia (S/A White Martins), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau SA), Mauro Salles (Salles, DMB&B Publicidade SA), Paulo Rabello de Castro, Sergio Franklin Quintela, Sergio Ribeiro da Costa Werlang, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro e Theodoro Arthou.

SUPLENTES: Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen SA), Guilherme Augusto Frering (Caemi Mineração e Metalurgia SA), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga SA), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimento Garantia SA), Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patrício (Banco Boavista Interatlântico SA), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Luiz Roberto do Nascimento e Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes, Cia. de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (BBM SA), Roberto Duailibi (DPZ Propaganda SA) e Fernando Roberto Moreira Salles (União de Bancos Brasileiros SA).

CONSELHO CONSULTIVO – Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Cesar Cunha Campos, Eliezer Batista, Gilberto Duarte Prado, Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais) e Roberto Gusmão.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA – Diretor: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves

VICE-DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – Istvan Karoly Kasznar

CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS – Ignez Vidigal Lopes

dados brutos seus e do IBGE mostram que a taxa de crescimento da renda bruta da agropecuária brasileira decresceu para 1,94% no qüinqüênio 1995-99, após ter sido de 2,3% entre 1990 e 1994.

Nesse processo, houve certamente ilhas de excelência. Porém, casos isolados de sucesso não são suficientes para a solução dos problemas de todo um setor econômico. Entre outras revelações marcantes, a pesquisa *Um perfil do agricultor brasileiro*, realizada pelo CEA em parceria com a Embrapa, detectou que há nos filhos dos agricultores consultados fortíssima propensão a migrar. Chegando a 66% no caso do Nordeste, o dado evidencia os malefícios da não disseminação das novas tecnologias, reforçando a tendência à perpetuação da miséria rural e de seus reflexos sobre os desequilíbrios sociais urbanos.

Daí a importância da Agrishow 2000. Reunião anual de exemplares da indústria de implementos, insumos e serviços à agropecuária do país, a feira será uma excelente oportunidade para que o campo também seja contagiado pelo otimismo que a estabilização econômica brasileira vem trazendo às mais diversas atividades produtivas.

Muito embora hoje se precise de muito mais do que estado de ânimo positivo e efeitos multiplicadores de crescimento em segmentos de produtos e serviços para incrementar a agricultura brasileira: instrumentos de crédito adequados aos riscos inerentes à produção primária, ações incisivas das autoridades na defesa dos interesses dos exportadores brasileiros de alimentos, políticas de estímulo e de apoio a setores da agroindústria nacional são apenas alguns exemplos das ferramentas das quais o agronegócio precisa com urgência para poder existir, em vez de apenas subsistir.

Centro de Estatísticas e Análises Econômicas – Salomão L. Quadros da Silva

Centro de Estudos Empresariais e Financeiros – Ricardo Simonsen

Centro de Estudos de Preços – Paulo Sidney de Melo Cota

Coordenadoria de Projetos – Fernando de Albuquerque

Revista Conjuntura Econômica – Roberto Fendt Jr.

Gerência Administrativa – Fernando de Albuquerque

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Revista mensal de agronegócios da Fundação Getulio Vargas, editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia.

Fundador – Julian M. Chacel

Chefe do CEA/IBRE – Ignez Vidigal Lopes

Redação – Redator-chefe: Regis Alimandro

Redatores setoriais: Daniela de Paula Rocha (algodão), Guilherme Soria Bastos Filho, Irene Raguenet Troccoli (fumo, milho, avicultura, suinocultura, laranja), Luiz Antonio Pinazza (pecuária e política agrícola), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação e índice FGV–Abag), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Rogério F. de Souza (indicador do preço do milho) e Stivilane Dornelas (cooperativas).

Redatores: César Garcia e Adelaide Oliveira.

Arte: Osvaldo Moreira (editor), Ana Elisa Galvão, Juliana Prado e Norma Massa (diagramadoras).

Revisor: Capi.

Colaboradores: Adib Jamil Amin (estatísticas de preços), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Gregory Honczar, Mário Augusto Rodrigues Martins, Viviane Seda (apoio técnico), Joaquim Andre Villanova (açúcar e álcool), Antonio Danieleto Filho (digitação), Bruno da Silva Júnior (suporte técnico).

Contatos com a redação pelos telefones (21) 559-5621/5622/5623/5624 e fax (21) 559-5616 e 551-4049 ou pelos e-mails regis@fgv.br e cgarcia@fgv.br

Estagiários: Raquel da Silva Guedes e Rômulo Garcia.

Secretaria e apoio administrativo: Eliane dos Santos Botelho, Bianca Leal de Castro e Antonio Getúlio de Oliveira.

Publicidade – Gerente comercial: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda; tel.: (21) 559-5623; fax: (21) 559-5616 e 551-4049; e-mail: caique@fgv.br

Representantes comerciais: **Rio** – Milla de Souza: telefax: (21) 524-0366, 533-3121 e e-mail: triunvirato@openlink.com.br; **Brasília** – Belmira Neves: tel.: (61) 225-0275; **São Paulo** – José Mario Brito: tel.: (11) 9222-9480, 3875-2313 fax: (11) 3875-2313 e e-mail: reparte@uol.com.br; **Rio Grande do Sul** – Ararê Vargas: tel.: (51) 343-8423; fax: (51) 337-4262.

Circulação – Editora FGV: Elsa Maria Saboia Stephan: (21) 559-5543/5544 e fax 559-5541.

Serviço de Vendas: Editora FGV: Praia de Botafogo, 190, sala 1.217, CEP 22253-900 ou caixa postal 62.591, CEP 22252-970, Rio de Janeiro, RJ, tel.: (0800) 21-7777.

Livrarias: Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 188 - tel.: (21) 559-5535 e fax: 559-5537; São Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 - tel.: (11) 281-7875.

NESTA edição

Extra! CONTINUAÇÃO

Defensivos: *Culturas de qualidade* 46
Com o manejo integrado de culturas, o homem escreverá um novo capítulo agrícola no próximo século.

Cristiano Walter Simon

Fertilizantes: *Celeiro do mundo* 47
A indústria de fertilizantes investe maciçamente para que o país se torne uma das principais fontes de alimentos do planeta.

Nelson Pereira dos Reis

Oferta & Demanda 48

Açúcar: *O mundo não é 'diet'*
Produção crescente e estoques elevados de açúcar em alguns países garantem o suprimento do mundo.

Irene Raguenet Trocolli

Conjuntura 50

Milho: *Rações a perigo*
Uma situação-limite pode estar a caminho, se a produção do milho não crescer de acordo com o aumento da demanda.

Irene Raguenet Trocolli

Milho, BM&F: *Preços incertos* 51
Apesar de o declínio já ter começado, os preços do milho podem voltar a subir e há quem aposte nessa subida.

Rogério Ferreira de Souza

Fecha aspas: Nelson Mamede 53

Faltam estratégias
Por que as exportações de produtos agropecuários brasileiros são tão baixas se comparadas com o peso do Brasil na economia mundial? Segundo nosso segundo entrevistado, o empresário e ex-diretor da Sadia, Nelson Mamede, a falta de estratégias bem definidas faz com que o país atue amadoristicamente nas negociações multilaterais.

Marcio Bueno

Estatísticas 56

Tendências 62

Diário de bordo 66

Sanduíche sem recheio
Em que extensão a concentração antes e depois da porteira da fazenda gerará exclusão social dentro da fazenda brasileira?

Roberto Rodrigues

Visite nossa home page: **http://www.fgv.br**

Permitida a reprodução total ou parcial de nossos índices e matérias desde que citada a fonte. As cartas dos leitores devem ser remetidas para AGROANALYSIS – Praia de Botafogo, 190, sala 804, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22253-900, fax (21) 551-4049, ou para os e-mails regis@fgv.br, cgarcia@fgv.br ou ainda o fax (21) 559-5616.

Para assinar, ligue grátis: **0800-21-7777.**

UM RETRATO DOS ÚLTIMOS 30 ANOS

Novo mundo rural

Revelações dos censos agropecuários confirmam o que já dizia o filósofo Heráclito de Éfeso na Grécia Antiga: "Apenas a mudança é permanente"

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO



A agricultura brasileira tem sido palco de transformações inusitadas e de uma história caudalosa nas três últimas décadas. A saga dessa atividade tradicional e secular, quase sempre isolada e marcada pela auto-suficiência, tem os dias contados, no despontar de uma produção de base tecnológica e geradora de excedentes, integrada na visão sistêmica do agribusiness – insumos, transporte, armazenagem, industrialização, bolsas de físico e futuro, distribuição atacadista e varejista etc.

As céleres eclosões dos complexos agroindustriais de soja, frango e laranja na década de 70 são as marcas que consagram a etiologia dos agronegócios no país; elas nascem pujantes e em pé de igualdade com o que há de melhor no mundo. Em 1975 o Proálcool dá um tom moderno à colonial atividade sucroalcooleira. A agricultura estreita relações com as atividades de antes e pós-porteira mediante um conjunto de elos da cadeia produtiva.

Mas o desenvolvimento do meio rural não é homogêneo para todos os setores. As correntes de pensamento e as interpretações do processo também variam. Renegar ou ignorar a passagem da agricultura para o estágio dos agronegócios é dar as costas à realidade, uma tentativa de reter água em peneira. Pelo sim ou pelo não, ótimo para incrementar a massa crítica e os debates: "Toda unanimidade é burra", já dizia Nélson Rodrigues.

Políticas de visão curta

A agricultura costuma ser abordada de maneira compulsiva sob a ótica da produção. Tal constatação é fácil de ser detectada na União Européia, nos Estados Unidos e em outros lugares, assim como no Brasil. Sobre a imagem telúrica dos tomadores de decisão do governo e da iniciativa privada paira o espírito da fecundidade: a terra em constante cio para gerar produção e ri-

BRASIL: VALOR DA PRODUÇÃO ANIMAL E VEGETAL

R$1.000

REGIÕES	TOTAL	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL	ANIMAL	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL	VEGETAL	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL
Norte	2.321.939	4,86	1.011.219	5,37	1.310.720	4,53
Nordeste	7.043.799	14,74	2.723.495	14,46	4.320.304	14,92
Sudeste	16.534.398	34,60	5.713.984	30,35	10.820.414	37,37
Sul	15.003.252	31,40	5.823.332	30,93	9.179.920	31,70
Centro-Oeste	6.884.856	14,41	3.557.551	18,89	3.327.305	11,49
Total	47.788.244	100	18.829.581	100	28.958.663	100

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96

BRASIL: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO NÚMERO E DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS

ITEM	Nº DE ESTABELECIMENTOS		ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS	
ÁREA TOTAL	1970	1995	1970	1995
Menos de 10	51,4	49,7	3,1	2,3
10 a menos de 100	39,4	39,6	20,4	17,7
100 a menos de 1 000	8,5	9,7	37,0	34,9
1 000 a menos de 10 000	0,7	1,0	27,2	30,6
10 000 e mais	0,0	0,0	12,3	14,5
Total	100	100	100	100

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

BRASIL: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL PELOS ESTABELECIMENTOS

ITEM	Nº DE ESTABELECIMENTOS		ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS	
RESPONSÁVEL	1970	1995	1970	1995
Proprietário	59,6	69,8	60,6	63,9
Arrendatário	20,2	11,0	5,5	2,6
Ocupante	16,1	14,4	6,4	2,6
Administrador	4,1	4,8	27,5	30,9
Total	100	100	100	100

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

BRASIL: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FORMAS DE TRABALHO NA AGRICULTURA

PESSOAL OCUPADO	1985	1995
Responsável	75,16	75,63
Permanente	9,33	10,33
Temporário	12,03	10,35
Parceiro	2,07	1,65
Outros	1,41	2,03
Total	100	100
Residentes	78,43	76,65
Não-residentes	21,57	23,35
Total	100	100

Fonte : IBGE, Censos Agropecuários.

queza. É uma visão clássica do setor primário da economia, no seu sentido-limite de garantidora da segurança alimentar das nações.

Esse sentimento pode ser considerado até natural. Entretanto ele esbarra em problemas gerados por seus efeitos. Com o aprimoramento tecnológico e sua disseminação ininterrupta no mundo, desde a Revolução Verde, a administração dos excedentes de safra se tornou um desafio cada vez mais difícil de ser transposto.

Nos países desenvolvidos, as generosas políticas de garantias de preços mínimos e juros baixos para os agricultores formam montanhas de grãos e rios de leite. A bateria de subsídios proporciona condições artificiais para que as sobras internas sejam exportadas a preços inferiores aos custos de produção. Esse comportamento provoca baixa nas cotações internacionais. Países agroexportadores e de grande mercado interno, como o Brasil, são punidos.

BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL EMPREGADO NA AGRICULTURA

POR CULTURA	POR TAMANHO DE ÁREA
38% em lavouras temporárias	41% em áreas menores de 10 ha
27% na pecuária	40% de 10 a menos de 100 ha
33% nas lavouras permanentes	15% de 100 a menos de 1000 ha
12% nas demais atividades	4% nos acima de 1000 ha

Fonte: IBGE, Censo demográfico 1995-96.

Diminui o espaço da agricultura, concentra-se a estrutura fundiária e aumentam as relações capitalistas no campo.

Mudanças em curso

Os censos realizados pelo IBGE em 1970, 1985 e 1995-96 registraram, *mutatis mutandis*, o curso de sucessivas contingências do meio rural. Apontaram evidências relevantes para a discussão. Ao longo desses anos, a agricultura nacional materializou os sinais de suas mudanças em relação às décadas passadas. A lição é entender o passado para saber do presente e preparar o futuro que se deseja.

Durante o tempo coberto pelos três censos, nossos governos primaram pelas ações técnicas, baseadas em modelos de produção ditados pela Revolução Verde: pacotes tecnológicos envolvendo o emprego de sementes melhoradas, fertilizantes químicos, defensivos e mecanização dentre outros.

No fomento rural, o Estado promove a integração de faixas importantes do território nacional. A partir das áreas tradicionais de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, novas fronteiras são integradas ao cenário produtivo. De Toledo a Cascavel (oeste do Paraná), às goianas Itumbiara e Rio Verde, passando para Campo Grande e Dourados (Mato Grosso do Sul), chega a Rondonópolis (Mato Grosso) e alcançando Barreiras (Bahia) e Balsas (Maranhão) – apenas um toque ilustrativo, pois essa é uma parcela simplificada da interiorização ocorrida.

Extensão e divisões

A magnitude da terra é continental. A assistência técnica e a extensão rural, no início sob intenso empenho do governo (sistema Emater, Cati etc.) e mais adiante com a entrada das empresas de insumos e máquinas, voltam-se notadamente para a produtividade. Enquanto isso, o sistema Embrapa presta serviços fundamentais nas áreas de pesquisa e informações tecnológicas.

No período do Censo 1995-96, o valor da produção agropecuária foi de R$47,8 bilhões, sendo 39,4% originados da produção animal e 60,6% da produção vegetal.

No conjunto, oito estados (São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso) respondem por 76,5% do total. É grande a concentração da produção agropecuária no que se convenciona chamar Centro-Sul. Embora a região Centro-Oeste tenha participação crescente, a contribuição da região Norte continua pequena, a despeito dos incentivos fiscais recebidos para projetos agropecuários e desmatamento para a formação de pastagens.

DESEMPENHO DAS LAVOURAS ENTRE 1985 E 1995-96

TENDÊNCIA	LAVOURAS	PRODUÇÃO (T)		ÁREA COLHIDA (HA)		RENDIMENTO (KG/HA)	
		1985	1995-96	1985	1995-96	1985	1995-96
Ascendente	Cana-de-açúcar	229.882.037	259.806.703	3.798.117	4.216.427	60.525	61.618
	Coco-da-baía (2)	453.544	497.275	109.306	138.601	4.149	3.588
	Laranja (2)	59.208.455	78.142.699	632.525	946.892	93.607	82.525
	Maçã (2)	1.147.966	3.449.260	15.626	24.924	73.465	138.391
	Soja	16.730.087	21.650.696	9.434.686	9.478.823	1.773	2.284
	Tomate	1.500.034	1.654.576	75.455	88.793	19.880	18.634
	Uva (para mesa)	109.775	274.213	12.646	21.909	8.681	12.516
Manutenção	Arroz	8.986.289	8.076.751	5.173.330	2.989.209	1.737	2.702
	Banana (1)	352.654	293.494	378.802	412.981	931	711
	Batata-inglesa (1ª safra)	1.106.157	1.042.620	106.467	84.128	9.544	12.393
	Milho	17.774.404	25.511.987	12.040.441	10.603.646	1.476	2.406
	Algodão arbóreo	166.079	2.955	930.030	20.597	179	143
	Algodão herbáceo	2.178.455	814.188	2.048.772	619.611	1.063	1.314
Descendente	Cacau	428.517	242.104	691.026	679.778	620	356
	Café	3.700.004	2.838.195	2.636.704	1.812.250	1.403	1.566
	Feijão (1ª safra)	2.066.556	1.450.581	5.480.286	4.085.661	377	355
	Feijão (2ª safra)	162.706	464.996	435.289	728.627	373	638
	Mandioca	12.432.171	9.099.418	1.635.594	1.234.489	7.601	7.371
	Pimenta-do-reino	31.275	16.721	23.729	14.355	1.318	1.165
	Trigo	3.824.288	1.433.116	2.518.086	893.555	1.519	1.604

Censos Agropecuários do IBGE de 1985 e 1995-96.
(1) Produção em mil cachos; rendimento, cachos/hectare.
(2) Produção em mil frutos; rendimento, frutos/hectare.

BRASIL: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL

CENSO	QUANTIDADE			PERÍODO	CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL: %		
	TOTAL	URBANA	RURAL		TOTAL	URBANA	RURAL
1960	70.070.457	31.303.034	38.767.423	–	–	–	–
1970	93.139.037	52.084.984	41.054.053	1960-70	2,88	5,22	0,57
1980	119.002.706	80.436.409	38.566.297	1970-80	2,48	4,44	-0,62
1991	146.825.475	123.082.167	35.834.485	1980-91	1,93	2,97	-0,66
1995-96	157.079.580	123.082.167	33.997.413	1991-95	1,35	2,09	-1,05
2000 *	165.794.073	133.698.935	32.095.138	1995-00	1,35	2,09	-1,05

Fonte: IBGE.
* Projeção com base na taxa média anual de crescimento da população total e urbana no período de 1995 a 2000.

Em especial de 1985 a 1995 é sensível a redução dos estabelecimentos em número e na área ocupada, com maior ocupação do espaço físico para fins urbanos e recreio rural. O crescimento da área aberta decorre basicamente do aumento das pastagens, plantadas em cerca de 16 milhões de hectares. As áreas de maior queda relativa são as lavouras permanentes e temporárias, em quase 10 milhões de hectares, bem como as pastagens naturais, ao redor de 32 milhões de hectares.

Cresce a concentração

Não obstante, aumenta permanentemente a concentração da estrutura fundiária do país. O diagnóstico é simples: a proporção da área dos estabelecimentos acima de mil hectares cresce, enquanto decrescem os de tamanhos inferiores.

Quanto à responsabilidade pela exploração, as evidências mostram a intensificação das relações capitalistas no campo. A proporção de proprietários e administradores aumenta em número e área de propriedades, sinal de maior envolvimento de gerentes especializados e donos de terra com a produção. Em contrapartida, os arrendatários e meeiros diminuem. A queda dos ocupantes é explicada em parte pela crescente regularização fundiária no país.

Também entre 1985 e 1995, forçada pela combinação de uma série de fatores, a população ocupada na agricultura diminui em 23%. Na absorção de mão-de-obra, é maior a participação das lavouras temporárias e propriedades com áreas menores que 100 hectares. Grande parte dessas propriedades deixou de existir, e com elas os empregos que geravam. Nos estados, as maiores reduções foram em São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Amazonas.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO

FAESP

SENAR

SÃO PAULO

A VALORIZAÇÃO DO PRODUTOR RURAL E A QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR SÃO ESSENCIAIS PARA A UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA DO FUTURO

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL

FÁBIO MEIRELLES
PRESIDENTE

Rua Barão de Itapetininga, 224 - 11º andar - CEP:0142-907 - São Paulo ✦ Tel.: (11) 258.7233 - Fax (11) 255.6854
www.faespsenar.com.br

BRASIL: INDICADORES DO PADRÃO TECNOLÓGICO ENTRE OS CENSOS DE 1985 E 1995-96

CRESCIMENTO NO USO DE	ESTABELECIMENTOS TOTAIS - %	ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS -%
Fertilizantes	31,6 para 38,2	34,6 para 44,6
Calcário e corretivos	5,8 para 12	13,4 para 15,1
Defensivos vegetais	35,5 para 43,8	35,5 para 43,8

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

BRASIL: INDICADORES DO PADRÃO TECNOLÓGICO ENTRE OS CENSOS DE 1985 E 1995-96

Aumento no emprego de tratores	Incremento de 138,4 mil unidades, ou de 20,81%.
Conservação do solo	Vai de 12,6% para 29,6% dos estabelecimentos.
Controle zoossanitário	Passa de 37,4% para 50,3% dos estabelecimentos. Na bovinocultura vai de 59,5% para 82%.
Assistência técnica	Cresce de 10,7% para 19,5 dos estabelecimentos. A assistência de fontes governamentais cai de 52,7% para 40,3%.
Irrigação	Pouco menos de 5,9% dos estabelecimentos usam técnicas de irrigação, numa área correspondente a 7,5% da área coberta por lavouras permanentes e temporárias.
Energia elétrica	Apenas 40% se beneficiam dessa infra-estrutura.
Crédito	Somente 5,3% dos estabelecimentos suprem de recursos emprestados, no caso de custeio, o índice é de 4,1%.

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Entre 1985 e 1995, a área total das lavouras temporárias e permanentes, acompanhadas pelo IBGE, apresentou recuo importante. Porém, o comportamento da amostra não segue padrão homogêneo. As lavouras que apresentaram tendência de ascensão registraram ganhos de área e produtividade e, por conseqüência, de produção. Mas mesmo nesse grupo há exceções: coco-da-baía, laranja e tomate registraram queda de produtividade entre os censos de 85 e 95.

Entre as lavouras cujos resultados mantiveram-se relativamente constantes no período, merece destaque o milho, cuja área sofreu forte retração mais do que compensada pelos expressivos ganhos de produtividade.

No grupo das lavouras em declínio encontram-se algumas que foram afetadas pela concorrência externa, como o trigo e o cacau – essa também afetada por questões sanitárias.

O café, que entre os dois censos perdeu área e produção, tem sua análise prejudicada, pois os resultados aferidos pelo censo de 95-96 ainda refletiram os problemas decorrentes da geada e da seca de 94. De todo modo, a cafeicultura sofreu forte processo de recuperação na segunda metade dos anos 90. Já o desempenho de culturas como a mandioca parece depender muito da eficiência da política agrícola.

Milhões de empregos

A ser registrado: 80% dos estabelecimentos rurais envolvem 25 milhões de pessoas ligadas direta ou indiretamente à agricultura familiar, em propriedades com área média de 26 hectares. Esse dado ganha dimensão ainda maior quando se considera que apenas 20% dos estabelecimentos absorvem 30% do pessoal ocupado total.

A partir dessas constatações, programas do tipo Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – merecem especial atenção, conforme a realidade regional. No Sul, de maior tradição agrícola e melhor infra-estrutura, 51,4% dos estabelecimentos auferem renda anual abaixo de R$3.800,00. Lá as prioridades são acesso a linhas de crédito, novas técnicas de plantio e informações sobre o mercado. No Nordeste, 92% das propriedades familiares têm renda inferior a R$3.000,00 por ano, com carências crônicas nos serviços de educação, saneamento e saúde.

BRASIL E ESTADO DE SÃO PAULO: POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

Mil pessoas

BRASIL	SETOR DE ATIVIDADE	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO								
		RURAL			URBANA			TOTAL		
		1992	1995	VAR.% AA	1992	1995	VAR.% AA	1992	1995	VAR.% AA
	Agrícola	13.515	13.320	-1	4.984	4.834	-1	18.500	18.155	-1
	Não-agrícola	3.546	3.930	4	43.350	47.545	3	46.895	51.474	3
	Total	17.061	17.249	1	48.334	52.379	3	65.395	69.629	2
SÃO PAULO	SETOR DE ATIVIDADE	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO								
		RURAL			URBANA			TOTAL		
		1992	1995	VAR.% AA	1992	1995	VAR.% AA	1992	1995	VAR.% AA
	Agrícola	713	660	-2,5	766	643	-5,7	1.479	1.303	-4,2
	Não agrícola	395	523	9,8	12.123	13.328	3,2	12.318	13.850	3,4
	Total	1.108	1.183	2,2	12.889	13.971	2,7	13.997	15.154	2,7

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola do IE/Unicamp, Projeto Urbano.

Três momentos da produção de grãos

Sem transformações estruturais, a produção artesanal da agricultura brasileira de cereais e oleaginosas cede o passo a tecnologias mais sofisticadas. Tratando-se de lavouras extensivas e de menores margens de comercialização, elas buscam economias de escala. Essa trajetória tem ritmo desigual, conforme a capacidade do agricultor no tocante a área, preparo técnico, dotação econômica etc.

Se os números agregados revelam desempenhos positivos, em muitos casos eles dissimulam os sacrifícios de milhares de pessoas obrigadas a deixar o ambiente rural. No campo, o impacto do progresso técnico sobre a produtividade é sempre seletivo. Porém a ausência ou a fraqueza das políticas públicas para aumentar a competitividade dos agricultores agravam a situação.

Em termos de desempenho, nos últimos 30 anos o segmento de cereais e oleaginosas da agricultura nacional tem caminhado aos trancos, o que se explica pela disparidade de três domínios da macroeconomia brasileira.

Expansão horizontal das áreas ocupadas

A grande força motora é o sistema nacional de crédito rural. Nos pontos de pico, o volume dos empréstimos chega a exceder em valores a renda setorial. Os financiamentos ofertados a prazos longos, com carência e juros reais negativos, abriram para a agricultura uma era de exceção inesquecível. Nunca se havia contado e provavelmente nunca mais se contará com políticas tão pródigas.

De 1970 a 1980, a produção cresceu quase 75%. Foi um salto muito próximo do incremento registrado na área cultivada. Os índices de produtividade pouco variaram. A grande vedete foi a sojicultura, influente vetor para a introdução de pacotes tecnológicos modernos no campo. Em escalas bem mais modestas aparecem o sorgo e as lavouras de inverno (aveia, centeio e cevada). Trigo e algodão seguiram na mesma direção.

"Enquanto se adia, a vida passa." (Sêneca)

Com os choques do petróleo e a subida dos juros no mercado internacional, o Brasil enfrentou dura peleja para controlar o orçamento fiscal e manter a inflação sob relativo controle, principalmente no princípio dos anos 80. No crédito rural, os juros subiram e os quantitativos dos empréstimos diminuíam a cada ano. Os subsídios recuaram e praticamente desapareceram com a retirada integral do subsídio embutido no financiamento rural. Em 1984, o Banco Central autorizava a aplicação plena da correção monetária e juros adicionais para a região Centro-Sul.

Mesmo com a maré contrária, entre 1980 e 1985, a produção insistia em crescer 15%. As maiores contribuições vinham de soja, trigo e milho. A concessão de subsídios embutidos na política de crédito rural no período é substancial: totaliza US$31,5 bilhões, em valores correntes de 1997, segundo a SPA/MA.

Essa fase da agricultura faz parte do modelo de substituição de importações, em curso desde o fim da grande guerra. A demanda de insumos e fatores de produção, alimentada por crédito subsidiado, encontra resposta no aumento da oferta desses produtos. As indústrias sementeiras, de fertilizantes, defensivos, máquinas e equipamentos investem e montam um parque fabril de porte no país. O segmento a montante da agricultura fica consolidado.

BRASIL: IMPORTAÇÃO DE CEREAIS E OLEAGINOSAS

Mil toneladas

ANO	ALGODÃO[1]	ARROZ[2]	FEIJÃO	MILHO	TRIGO	TOTAL
1990/91	110	1.300	100	810	2.850	5.150
1991/92	170	730	100	510	5.210	6.710
1992/93	500	880	50	1.310	5.910	8.650
1993/94	370	1.570	220	1.370	5.510	9.040
1994/95	280	980	170	1.130	6.510	9.070
1995/96	470	980	80	320	5.270	7.120
1996/97	470	1.300	160	530	5.540	8.000
1997/98	320	2.200	200	1.810	6.190	10.720
1998/99	300	1.000	120	1.100	6.900	9.400
1999/00	270	1.300	120	1.800	6.900	10.390
Total	3.260	12.240	1.320	9.560	56.790	84.250

Fonte: Conab; elaboração: SNA.
[1] Em pluma. [2] Em casca.

Crescimento vertical com ganhos de produtividade

A partir da segunda metade dos anos 80, os choques econômicos de congelamento de preços e salários desbaratam por completo a administração rural, desde a produção até a comercialização. As políticas públicas, em vez de orientar o setor para o mercado, promovem bolhas de consumo e alavancam a dívida do agricultor. É assim no Plano Cruzado (1986).

Cinco e meio milhões de pessoas perderam ocupação na atividade produtiva do campo. No novo mundo rural em formação aparecem outras fontes de empregos.

Menos gente no campo

Embora entre 1985 e 1995 o setor agropecuário não tenha alterado muito sua estrutura ocupacional nem sua distribuição territorial, ele diminuiu seu espaço físico, o número de pessoas ocupadas e a quantidade de estabelecimentos rurais.

Nos últimos 40 anos, os censos demográficos do IBGE apuraram uma redução contínua na taxa anual de crescimento da população brasileira.

Contudo, as décadas têm características bem próprias. Na de 60, o país deixou de ser predominantemente rural. Entre 1960 e 1970, a taxa de urbanização atingiu o maior percentual, que prosseguiu alto até 1980. Seu ritmo entra em queda desde então. Quanto à população rural, mostrou contínua redução a partir do censo de 1970. E desde 1980 é menor do que em 1960. Há uma incrível queda absoluta.

Nada leva a crer numa reversão dessas macrotendências demográficas no país. Mesmo em menor grau, elas continuam firmes. Embora o padrão tecnológico da produção agropecuária tenha evoluído em todos os sentidos entre 1985 e 1995/96, há ainda muito espaço para a tecnificação. Enquanto a mecanização libera mão-de-obra, os insumos bioquímicos aumentam a produtividade e diminuem a pressão sobre o uso da terra como fator de produção.

Atividades não agrícolas

As produções agropecuárias de ciclo longo e em áreas exten-

Brasil: comparativo dos censos agropecuários – 1970-96

BRASIL	1970	1975	1980	1985	1995-96
Estabelecimentos	4.919.089	4.993.251	5.159.850	5.802.206	4.858.597
CONDIÇÃO DO PRODUTOR					
Proprietário	3.092.482	3.199.331	3.390.582	3.748.024	3.603.076
Arrendatário	636.885	570.305	585.787	575.119	268.293
Parceiro	380.061	299.212	318.714	444.324	277.518
Ocupante	809.661	924.403	864.767	1.034.739	709.710
UTILIZAÇÃO DAS TERRAS					
Área total (ha)	294.115.619	323.894.482	364.852.907	374.924.918	353.498.679
Lavoura permanente	7.976.453	8.385.388	10.472.174	9.903.472	7 528.040
Lavoura temporária	26.923.046	30.689.300	38.933.891	41.569.402	34.249.382
Lavoura em descanso	-	2.206.207	8.913.906	10.662.701	8.305.767
Pastagem natural	103.572.920	125.950.591	113.897.035	110.243.263	78.048.135
Pastagem plantada	29.909.066	39.701.360	60.602.271	74.094.390	99.617.053
Matas naturais	56.220.763	67.857.624	83.151.970	83.016.961	88.845.690
Matas plantadas	1.657.764	2.889.125	4.990.695	5.966.612	5.395.228
Produtivas não-utilizadas	33.403.953	30.637.107	24.796.293	24.519.101	16.357.223
Pessoal ocupado	17.567.880	20.345.676	21.163.725	23.394.881	17.919.590
Homens	11.917.489	12.898.005	14.282.761	15.557.399	11.971.361
Mulheres	5.650.391	7.447.671	6.880.964	7.837.482	5.948.229
Tratores	174.660	323.109	545.204	665.280	812.694
EFETIVO DA PECUÁRIA					
Bovinos	78.547.905	101.673.413	118.085.608	128.041.757	153.004.696
Suínos	31.510.008	34.471 694	34.661.683	30.481.278	27.801.487
Aves (mil cabeças)	211.303	286.809	415.579	437.050	717.816

no Plano Bresser (1988) e no Plano Verão (1989).

Chama a atenção o fato de todos esses planos serem implementados em coincidência com os meses de colheita e comercialização dos grãos. Os preços dos produtos ficaram congelados justamente no momento da formação da renda dos agricultores. Os encargos financeiros, por sua vez, variavam. Para culminar, vem o Plano Collor I (1990) e equipara os preços mínimos com menores taxas aos dos encargos financeiros do crédito rural. E há ainda o Plano Collor II (1992).

Entre 1985 e 1990, a produção fica estável, mas a área plantada até cresce. Desde então, a produtividade sobe substancialmente. A produção se eleva 25% de 1990 a 1995, mesmo com a área encolhendo. A abertura comercial é um desastre para o algodão e o trigo. Isso coincide com a crise do café. O campo desemprega mão-de-obra em grandes levas onde essas atividades são predominantes.

Ajustamento econômico após o Plano Real

Quando o Plano Real (junho de 1994) veio à luz e ajustou a macroeconomia a custo de pesada taxa interna de juros e sobrevalorização cambial, a agricultura estava financeiramente capenga. Em 1996 contudo, os estoques de alimentos remontaram a 15 milhões de toneladas. Diante de tantos outros problemas, isso é um mar de tranqüilidade para o governo.

Sem bloqueios e resistências, carregados de

sivas perdem sua onipotência na dinâmica do emprego e do movimento da população no meio rural. Simultaneamente, cresce a força das atividades rurais não agrícolas. Os elementos de influência são a urbanização do campo (moradia, turismo, lazer, feiras, exposições etc.), a proteção do meio ambiente (parques, reservas etc.), a ecologia e as explorações intensivas ligadas a hortaliças, frutas, pequenos animais, aves exóticas, criações estabulares etc.

De 1992 a 1995, a população economicamente ativa rural em relação à total diminuiu de 21% para 19% e de 5% para 4%, respectivamente, no Brasil e no estado de São Paulo.

Essas reduções não são maiores porque a população não agrícola residente no meio rural cresce em ambos os lugares: de 20,8% para 22,8% no Brasil e de 35,5% para 44,2% no estado de São Paulo. No período, a população economicamente ativa não agrícola aumenta em 3,5% ao ano em nível nacional e 10% no estado paulista. Cerca de 384 mil novos postos de trabalho brotam em áreas que pouco têm a ver com as atividades agrícolas tradicionais. A comparação com São Paulo, de agricultura mais moderna, traça uma linha de perspectiva em relação ao país.

Multifuncionalidade

No âmbito internacional, as discussões em torno do desenvolvimento do meio rural mudam de enfoque e ganham novos conceitos. A proposta da multifuncionalidade da agricultura, que anda bastante em voga na União Européia, é uma delas. Afinada com esse pensamento, a pesquisadora francesa Quelles Bonny traça objetivos modernos para o setor no tocante à produção de:

subsídios na origem, os produtos estrangeiros invadem o mercado doméstico e cobrem o déficit interno. Nesse diapasão transcorre a década de 90, principalmente quando o real esteve sobrevalorizado. As importações no período superaram a casa de 80 milhões de toneladas, o tamanho atual da safra brasileira.

Por sua vez, os preços dos alimentos sofreram quedas reais e não acompanharam a inflação. A agricultura é chamada a âncora verde do Plano mas paga um preço caro por isso. A situação do segmento endividado do setor piora e não encontra meios de capitalização para fechar o seu passivo. Os volumes de crédito rural não correspondem a recursos novos, mas sim aos valores contábeis dos empréstimos dos produtores. A válvula de escape é o programa de securitização anunciado em 1997, que envolve 80 milhões de toneladas.

A coincidência numérica evidencia os equívocos da política agrícola: a produção anual recorde, alcançada no final dos anos 90, equivale à quantidade securitizada e também ao total importado de cereais e oleaginosas. Que política zureta de segurança alimentar é essa? A sobrevalorização cambial e/ou os subsídos na origem permitem importações desnecessárias e predatórias. As dívidas dos produtores são multiplicadas por planos econômicos e por manipulações escandalosas de indexadores econômicos. A dívida cresce e a renda cai. Quando o produtor não paga, é rotulado de caloteiro. Será exagero observar que a década perdida para a agri-

BRASIL: TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL MÉDIA – PRINCIPAIS PRODUTOS

	PRODUÇÃO				PREÇOS			
PRODUTO	1980/89	1990/99	1990/94	1995/99	1980/89	1990/99	1990/94	1995/99
Algodão em caroço	1,10	-2,70	-6,87	-0,60	-5,38	-1,34	1,60	0,48
Amendoim em casca	-11,80	2,64	3,76	0,69	4,20	0,79	-1,61	3,21
Arroz em casca	1,41	5,27	9,07	1,22	-7,89	-1,20	-3,51	5,55
Banana	2,57	0,20	0,98	-0,34	1,41	0,37	-1,32	-12,28
Batata-inglesa	1,07	2,81	2,82	1,56	0,82	-3,94	5,73	-13,63
Cacau	2,53	-5,88	-1,79	-8,71	-10,19	0,71	0,22	3,95
Café em coco	3,97	1,21	-2,79	15,09	-6,34	3,79	14,38	-3,54
Cana-de-açúcar	6,49	2,68	2,69	2,37	-9,49	-2,63	0,71	-2,43
Cebola	1,22	1,66	4,12	1,94	-12,34	-12,07	-25,35	-14,33
Feijão em grão	1,91	2,90	10,82	-0,49	-2,92	-5,13	0,79	-0,26
Fumo em folha	1,15	3,88	3,95	8,29	-0,79	-1,02	2,79	-2,34
Laranja	5,80	2,97	-0,13	3,80	-2,02	-6,45	-11,97	-6,60
Mamona	-8,31	-17,68	-22,42	-5,75	-4,66	-1,35	-1,56	-1,09
Mandioca	-0,01	-1,64	0,17	-4,64	-4,12	2,75	-6,13	-2,02
Milho em grão	3,02	4,67	11,08	-2,95	-4,12	-3,68	-5,55	2,02
Pimenta-do-reino	0,82	-8,46	-17,44	0,03	0,73	13,63	0,86	25,33
Sisal (sisal)	-0,68	-0,05	-8,20	11,76	-10,50	4,92	5,87	0,73
Soja em grão	5,29	5,02	5,79	4,77	-3,73	-0,93	3,15	6,38
Tomate	4,71	4,12	4,39	4,68	0,92	-6,80	-14,23	-16,22
Trigo em grão	7,41	-2,62	-9,31	12,25	-6,18	-0,86	-4,04	3,01
Uva	5,35	1,11	0,64	1,28	-3,42	10,96	-29,92	50,00
Total								

Fonte: produção, IBGE; preços, IBRE/CEA. Elaboração: Daniela de Paula Rocha (FGV/IBRE/CEA).

a) alimentos em massa para consumo;

b) gêneros sofisticados ao bom *gourmet* (vinhos, queijos, pães etc.);

c) produtos orgânicos e de menor impacto ambiental;

d) bens orientados a nichos e segmentos de mercado (plantas medicinais, avestruz, *escargot*, cogumelo, etc.);

e) serviços ligados a turismo, lazer, preservação ambiental etc

Submetida à pressão crescente da sociedade e dos governos, a atividade agropecuária toma a direção da sustentabilidade. Isso significa empregar os recursos humanos e naturais de modo a suprir as necessidades correntes, sem comprometer a capacidade de produção para as gerações futuras. Um equilíbrio entre as variáveis econômicas e ambientais, incluindo elementos sociais.

Realidade do Brasil

No Brasil, as políticas públicas para a agricultura reclamam novos pressupostos. O maior risco é perder de vista as realidades rurais do país do ponto de vista do presente e do futuro.

No processo de agregação de valor, cada cadeia tem seus aspectos peculiares. No sistema de alimentos e fibras ocupam cada vez mais espaço a diversificação e a sofisticação dos produtos. Por sua vez, cresce a prestação de serviços para atender anseios não tangíveis da sociedade, relacionados a estilo de vida, paisagens, ecolo-

cultura foi a de 90?

Também no período pós-Plano Real, o aporte de crédito rural recua. Os agricultores negociam a securitização e ficam sem cadastro para novas operações. Daí o montante de financiamento tomado pelos agricultores situar-se abaixo do total disponibilizado anunciado pelo sistema. Muitas empresas de insumos optam por financiar as vendas nas condições do plano de safra para os agricultores.

Com a liberalização cambial de janeiro de 1999, as importações encarecem e as exportações barateiam. Uma conjuntura mais amena para os produtores nacionais. No final de 1999, há outra rodada de negociações em torno da securitização. Para o ano 2000, os estoques governamentais estão praticamente zerados e a oferta das safras é insuficiente para atender à demanda doméstica. Os indícios são de capitalização.

Contudo, sem política agrícola e instrumentos de comercialização para dar sustentação aos preços dos cereais e oleaginosas, o setor prossegue à deriva. Os ganhos significativos de produtividade conquistados não vêm compensando a queda de renda. Os textos da economista Maria José Cyhlar Monteiro corroboram isso com todas as letras.

O desenvolvimento sustentado da agricultura brasileira não requer subsídio e proteção como a que é disponibilizada aos produtores rurais norte-americanos e europeus. E sim respeito, tratamento sério, garantias para competir em igualdade de condições, de forma a gerar emprego e riqueza aqui.

RENDIMENTO				ÁREA COLHIDA				RENDA BRUTA			
1980/89	1990/99	1990/94	1995/99	1980/89	1990/99	1990/94	1995/99	1980/89	1990/99	1990/94	1995/99
7,57	9,17	4,81	14,71	-6,01	-10,88	-11,15	-13,34	-4,34	-4,01	-5,38	-0,12
1,43	0,84	1,28	-0,18	-13,04	1,78	2,45	0,88	-8,10	3,45	2,09	3,93
3,34	5,68	6,04	4,79	-1,87	-0,39	2,86	-3,40	-6,60	4,01	5,25	6,84
-0,36	-0,68	-0,42	-0,99	2,95	0,89	1,41	0,66	4,02	0,57	-0,35	-12,58
2,69	1,69	0,73	1,84	-1,58	1,10	2,08	-0,28	1,90	-1,24	8,71	-12,29
-1,56	-6,19	-3,05	-6,94	4,16	0,33	1,30	-1,90	-7,91	-5,21	-1,58	-5,11
1,46	4,34	5,48	10,37	2,47	-3,00	-7,85	4,28	-2,62	5,04	11,18	11,02
1,26	1,22	2,26	0,78	5,17	1,45	0,43	1,58	-3,61	-0,02	3,43	-0,12
0,17	2,81	1,78	4,57	1,05	-1,13	2,30	-2,51	-11,27	-10,62	-22,27	-12,66
0,63	4,21	6,59	4,06	1,28	-1,25	3,97	-4,37	-1,06	-2,37	11,70	-0,75
2,02	1,31	-0,08	4,12	-0,85	2,54	4,04	4,01	0,34	2,82	6,86	5,76
0,90	1,65	0,28	-0,73	4,85	1,29	-0,41	4,57	3,66	-3,67	-12,09	-3,04
-3,11	-6,39	-0,52	-9,82	-5,37	-12,06	-22,01	4,51	-12,58	-18,79	-23,63	-6,78
0,80	0,55	1,30	0,33	-0,80	-2,18	-1,11	-4,95	-4,13	1,07	-5,97	-6,57
1,64	4,43	5,97	1,59	1,36	0,23	4,81	-4,47	-1,22	0,81	4,91	-0,99
-1,00	1,38	-7,20	8,81	1,84	-9,70	-11,03	-8,07	1,56	4,02	-16,73	25,37
0,33	3,85	1,79	7,78	-1,01	-3,76	-9,82	3,70	-11,11	4,86	-2,81	12,57
1,49	3,57	5,72	1,93	3,74	1,40	0,07	2,78	1,36	4,04	9,13	11,45
1,64	3,37	3,99	3,41	3,02	0,72	0,39	1,23	5,68	-2,97	-10,46	-12,30
6,76	5,97	7,69	5,95	0,61	-8,11	-15,79	5,95	0,77	-3,46	-12,98	15,64
4,94	1,25	-0,51	2,98	0,39	-0,14	1,16	-1,65	1,75	12,19	-29,47	51,92
								-1,61	0,69	2,30	1,94

gia, recursos naturais etc.

As estatísticas do mundo rural nacional se agigantam quando se leva em conta que dos quase 5 mil municípios brasileiros, em 1995, aproximadamente 80% contavam com menos de 50 mil habitantes cada um. Se a esse número se somarem as vilas, os distritos e os núcleos de pessoas circunvizinhas das localidades maiores, a totalidade vai a 8 mil pequenas comunidades. O contingente de pessoas vivendo nesses pontos do mapa e os rurícolas existentes nos imóveis agropecuários representam mais de 50% da população.

Saber para planejar

Bem a esse propósito, a pesquisa sobre o Perfil do Agricultor Brasileiro do Centro de Estudos Agrícolas, da FGV, que a Confederação Nacional da Agricultura acaba de divulgar, traz excelentes informações. Um documento valioso que aponta diretrizes básicas para as políticas públicas de agricultura.

O exercício de planejar a agricultura consiste num desafio vivo em diversas frentes. De um lado, é impossível ocupar de forma produtiva os cidadãos do meio rural somente com as explorações agropecuárias tradicionais. De outro, é indispensável envidar esforços para vitalizar aquelas atividades empregadoras de um enorme contingente de trabalhadores rurais no país.

A tarefa exige treinamento, educação e reconversão das atividades produtivas. Uma obra a ser construída a médio e longo prazos. Mesmo neste mundo globalizado, nenhum país abdica inteiramente da imagem bucólica e idílica da vida campestre. Com uma sociedade que mal conhece sua agricultura, fica difícil prever que caminhos o Brasil irá trilhar.

BRASIL: RANKING DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

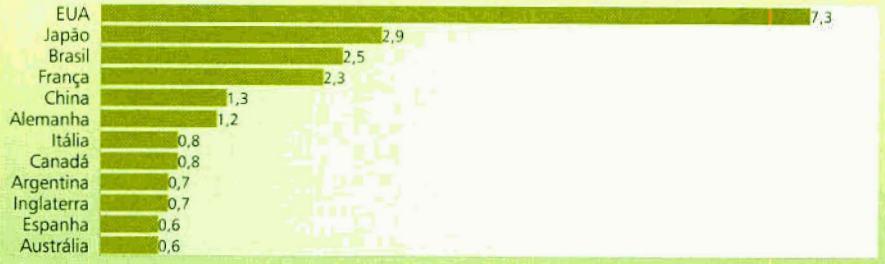
EMPRESA	1998 VALOR US$ MIL	1998 PARTICIPAÇÃO %
Novartis	318,6	12,4
Zeneca*	217,6	8,5
Milenia	211,2	8,3
Du Pont	208,1	8,1
Cyanamid	207,5	8,1
Monsanto	184,3	7,2
Bayer	182,5	7,1
Agrevo	155,5	6,1
Basf	145,2	5,7
Dow	129,2	5,0
Rhodia	117,9	4,6
Hokko	95,9	3,7
FMC	92,6	3,6
Iharabras	52,7	2,1
Rohm Haas	44,0	1,7
Spcam	28,5	1,1
Uniroyal	10,5	0,4
Outras	158,0	6,2
Total	2.559,8	100,0

EMPRESA	1999 VALOR US$ MIL	1999 PARTICIPAÇÃO %
Aventis	300	13,6
Novartis	288	13,1
Milenia	191	8,7
Monsanto	187	8,5
Cyanamid	177	8,0
DuPont	176	8,0
Zeneca	176	8,0
Bayer	159	7,2
Basf	138	6,3
FMC	90	4,5
Outros	318	14,1
Total	2.200	100,0

Fonte: Andef. *Inclui a ISK.

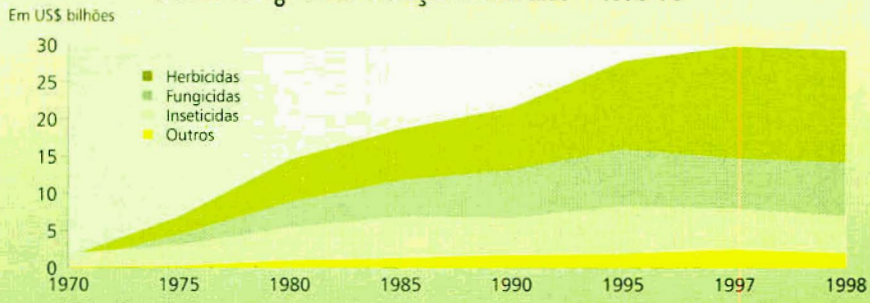
Defensivos agrícolas: mercado mundial – 1998

Total: US$29,4 bilhões (em %)



Fonte: Andef.

Defensivos agrícolas: evolução de mercado – 1970-98



Fonte: Andef.

Defensivos agrícolas: principais cultivos – 1998



Fonte: Andef.

Calcário: leve recuperação

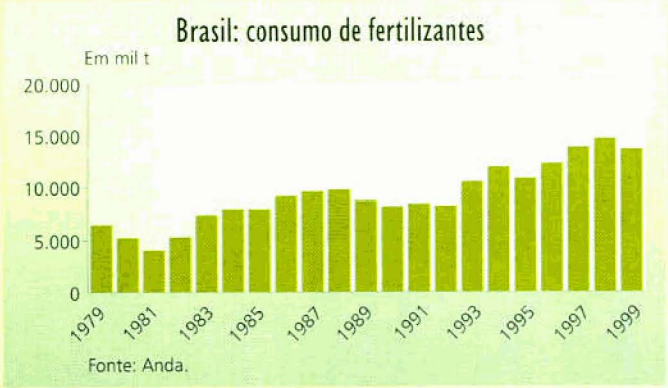
A liberalização cambial do início de 1999 também afetou o mercado de calcário agrícola no país. Os agricultores adotaram postura mais conservadora na compra do insumo, principalmente ao longo do primeiro semestre. A concentração na comercialização dos grãos, principalmente os escoados pelo porto de Paranaguá, gerou uma pressão maior sobre as transportadoras, que para ganhar tempo abdicaram do frete de retorno, fazendo com que o calcário não escoasse regularmente para as zonas agrícolas de produção.

As expectativas são de que o consumo se recupere no corrente exercício. Contudo, o risco de não aproveitamento do segundo frete persiste, o que acarreta justificavelmente uma dose de preocupação para o setor. Outro ponto duvidoso paira no ar e traz preocupações para os empresários da indústria: a prorrogação do Prosolo. De uma verba prevista de R$310 milhões, até o momento foram utilizados R$100 milhões. Existe o temor de o governo cancelar o programa. A ociosidade nos moinhos supera 60%. Se o país perseguir a meta de 100 milhões de toneladas de grãos, o consumo médio por hectare de calcário terá de no mínimo duplicar, passando de 400 para 800 quilos.

Defensivos: Tensas negociações

Outro segmento afetado com a desvalorização do real foi o setor de defensivos vegetais, cujos produtos contam com componentes importados. Com muitos acordos firmados na moeda americana, as negociações entre as indústrias, os canais de distribuição e os produtores transcorreram de forma tensa durante todo o ano.

Existem muitos casos ainda em aberto e não acertados. Com as vendas realizadas em prazos de safra, com vencimentos prin-



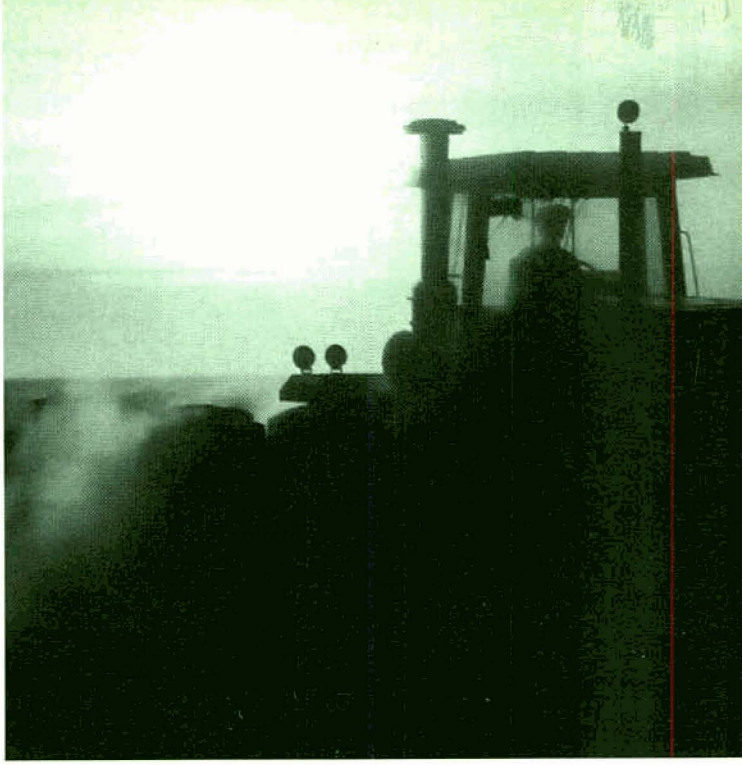




cipalmente entre maio e junho, os distribuidores, as revendas e os agricultores resistiram em reajustar o valor das operações para acompanhar o dólar.

Sem acerto definitivo e com muitas pendências em aberto, o faturamento do setor teve um recuo relativamente pequeno de 9%, ficando em US$2,346 bilhões. Em 1998, essa quantia realizada somou US$2,573 bilhões. Só o segmento de inseticidas teve crescimento de US$579,26 milhões para US$615,45 milhões. Todos os demais caíram: herbicidas, de US$1,369 para US$1,172 bilhão; fungicidas, de US$435,86 para US$409,54 milhões e acaricidas, de US$112,94 para US$83,93 milhões.

Em 1999, a empresa Aventis, formada com a fusão da Rhône-Poulenc e da Agrevo, assumiu a posição de líder de mercado, seguida de perto pela Novartis. Na hipótese da constituição da Syngenta, fruto da fusão entre Novartis e Zeneca, o quadro mudará de figura, garantindo à companhia maior participação.



Nesse vaivém de grandes negociações entre as corporações mundiais, as empresas menores se articulam e montam parcerias estratégicas para produção e distribuição de produtos.

Fertilizantes: Aumento nas vendas

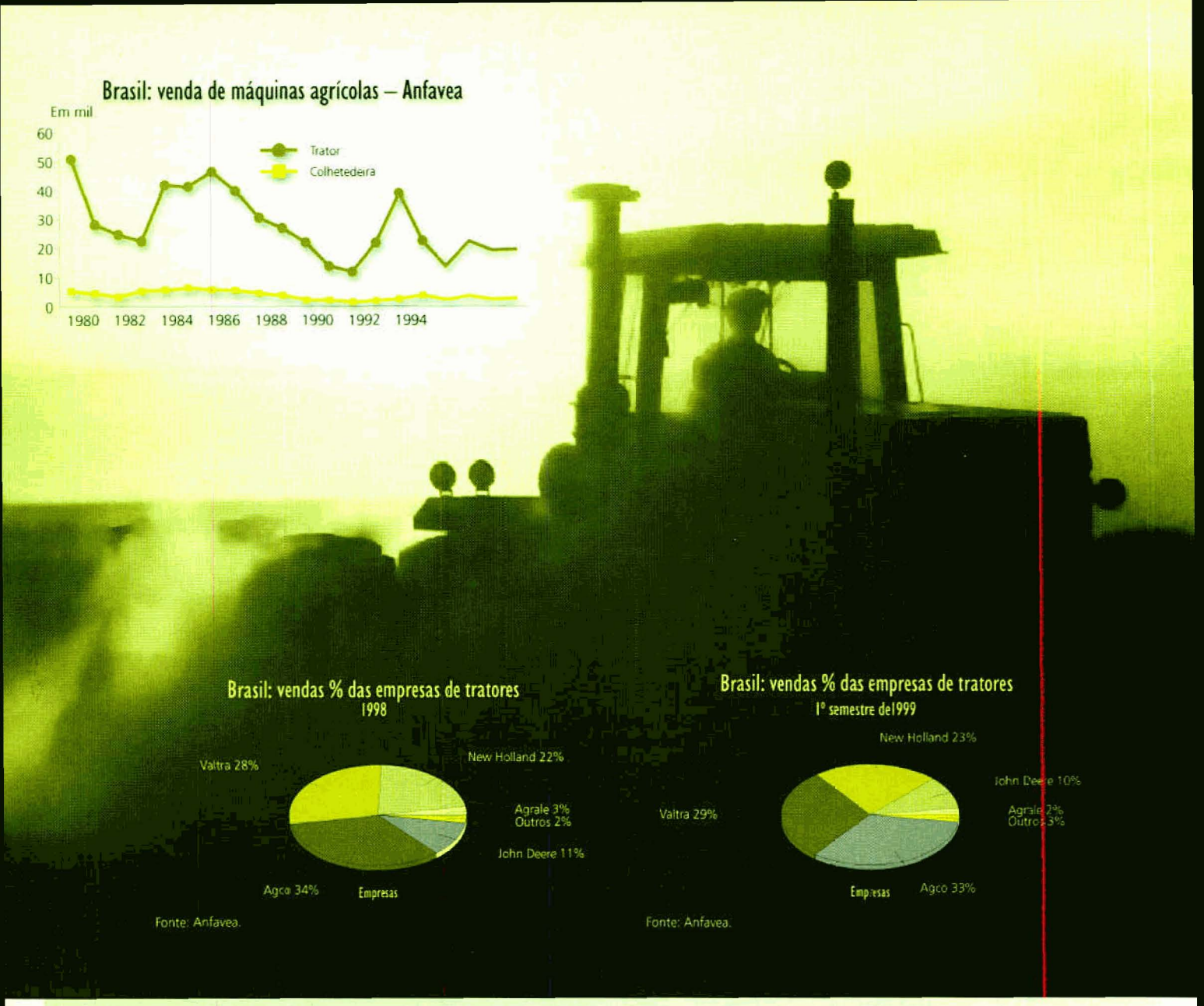
A desvalorização do real ante o dólar no princípio de 1999 trouxe muitas dificuldades para a indústria nacional de fertilizantes. O compromisso de quitar os pagamentos da matéria-prima importada ficou repentinamente bem mais oneroso. Isso veio pesar significativamente nos fluxos de caixa. Por outro lado, a agricultura não teve condições de absorver o aumento nos preços do produto e a demanda se retraiu.

O resultado foi uma retração no mercado da ordem de 7%. Em relação ao clima reinante no primeiro semestre do ano passado, o desempenho previsto para 2000 pode até ser considerado satisfatório. As expectativas são de que haverá uma recuperação total ou parcial dessa perda.

No *ranking* das empresas, avançam as grandes corporações internacionais. O alvo preferencial é a Fosfértil. A Serrana, integrante do grupo argentino Bunge, assumiu a liderança do mercado e os indicadores apontam que deverá avançar ainda mais sua participação em 2000. Especula-se que a estatal norueguesa Norsk Hydro também está aportando seus negócios no território nacional. A Cargill adquiriu a Solorrico em 1999, e a Copebrás, do Grupo Anglo-American, anuncia investimentos no pólo de Catalão, em Goiás.

Tratores e colheitadeiras: Concorrência acirrada

Sem expectativa de grandes vendas no corrente ano, a indústria de tratores e colheitadeiras trava enorme disputa comercial. Corporações globais do porte da Case, SLC/John Deere, New Holland, Fiat Allis, Agco, Valtra, Yanmar, Agrale, Caterpilllar, Metasa (montadora dos tratores poloneses Ursus, em Passo Fundo), Caneco (colheitadeiras de cana) entre outras competem palmo a palmo pela preferência do agricultor. A comercialização ficou praticamente no



mesmo patamar em 1999 e 1998.

Na verdade, as empresas continuam apostando na demanda reprimida existente no mercado brasileiro. A média anual de tratores de roda transacionados na década de 90 está na ordem de 18,8 mil. É um nível bem abaixo das médias verificadas nos anos 80 e 70, respectivamente, de 34,8 mil e 40,7 mil. Ela supera apenas a média registrada na década de sessenta, de 7,4 mil, quando a agricultura brasileira apenas iniciava o seu processo de mecanização.

Ainda que inferior ao desejado, de qualquer forma, a taxa de mecanização na agricultura registra aumento ao longo das últimas décadas. A relação de hectares aráveis para número de tratores era de 410 nos anos 60; depois ficou estável entre 90 e 100, e agora esbarra em 104.

Em comparação a outros países, há muito espaço para crescimento. Foram grandes os avanços apurados quanto à produtividade e eficiência das máquinas novas. Mas a frota brasileira está envelhecendo. A Anfavea estima que, da frota nacional de tratores, de cerca de 500 mil unidades, um quarto tem entre 15 e 30 anos. Nas colheitadeiras, das 50 mil existentes, quase um quinto está com idade de 15 a 26 anos.

A partir de janeiro, o setor não conta mais com o benefício da isenção do imposto sobre produtos industrializados, correspondente a 5%. Entre agosto e dezembro foi retirado 1% por mês. As indústrias afirmam que a incidência de IPI na comercialização de máquinas agrícolas não se refletirá sobre os preços pagos pelos produtores.

Por outro lado, o governo acaba de anunciar a liberação de recursos da ordem de R$800 milhões para financiar a modernização da frota de tratores, colheitadeiras e equipamentos agrícolas, com juros fixos de 8,75% para produtores com renda de até R$250 mil e 10,75% para produtores com faturamento superior àquela faixa. Se o agricultor tiver de fato acesso a essa quantia, o setor contará com um sopro muito importante para agilizar a comercialização.

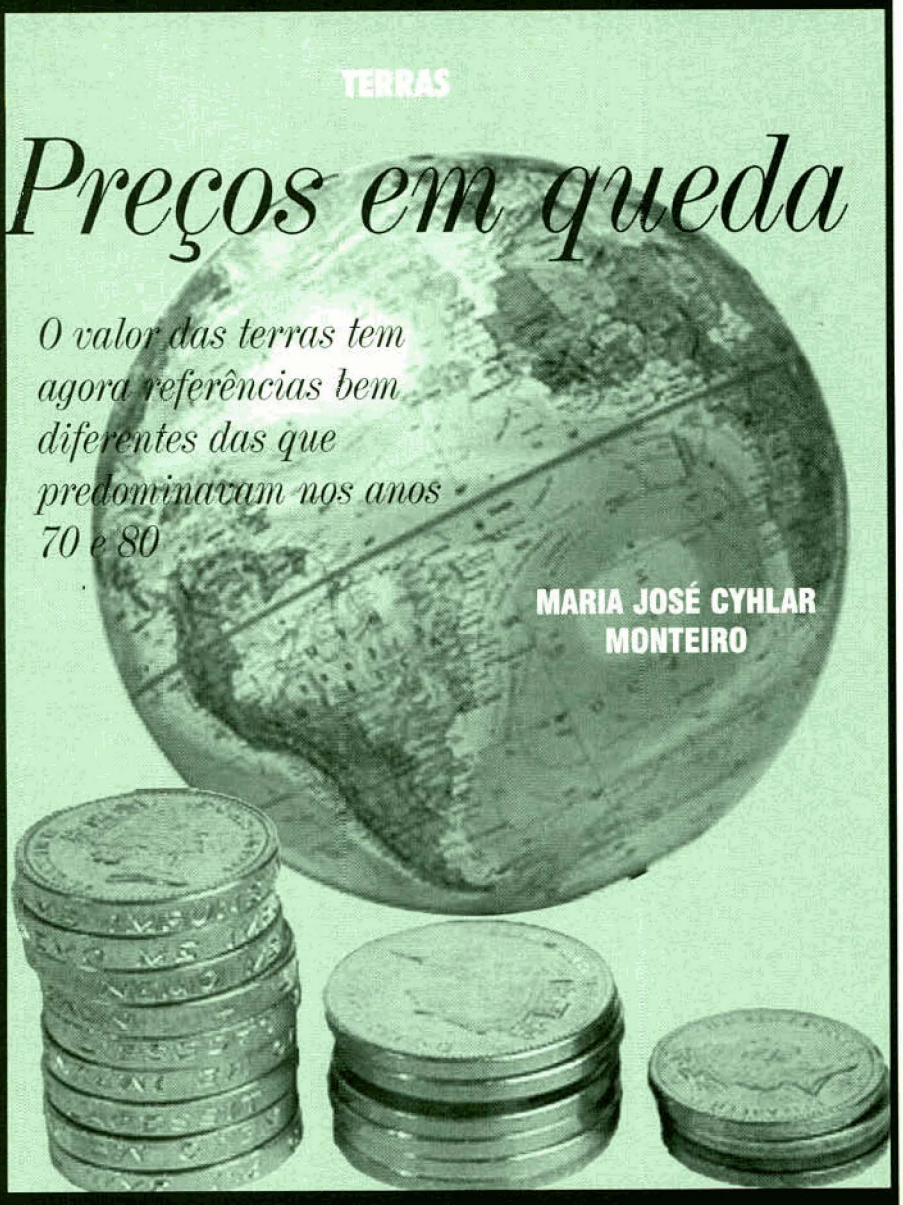
E-mail: pinazza@agrocerres.com.br e regis@fgv.br

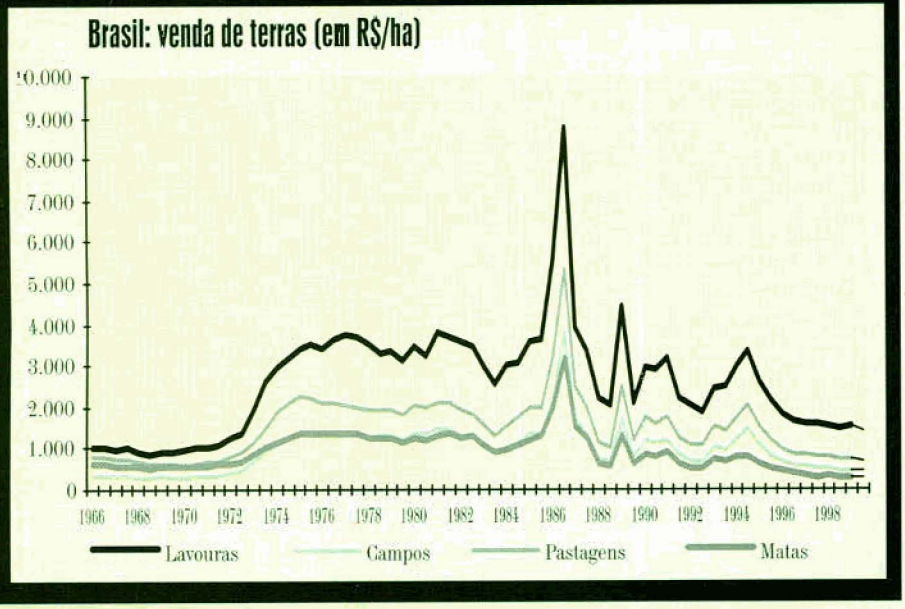
TERRAS

Preços em queda

O valor das terras tem agora referências bem diferentes das que predominavam nos anos 70 e 80

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO





Em 1999 os preços de venda de terra registraram ligeiro aumento nominal. Descontada porém a variação do IGP-DI, a trajetória continua sendo negativa.

Valorização

Vários fatores contribuem para explicar o movimento. A estabilização da economia retirou da terra sua função de reserva de valor e contribuiu para a estagnação da demanda especulativa de terras. Por outro lado, e apesar das boas safras colhidas nos últimos anos, os produtores continuam endividados.

Assim, não se pode esperar um aumento da demanda de terra para a produção, mas pode-se concluir que a oferta – terras postas à venda – estaria sendo aquecida por agricultores que pretendem desfazer-se de terras, seja para pagar dívidas, seja para fazer capital de giro, uma vez que as condições não são propícias para recorrer ao crédito rural.

Ainda assim, quando se observa o movimento dos preços de venda das terras segundo categoria de uso (lavouras, campos, pastagens e matas), constata-se que a queda dos preços é menor nas terras de lavoura, indicando que as transações estão sendo influenciadas pelo uso produtivo – ao contrário do que ocorria nas décadas de 70 e 80, quando o fator especulativo pesava muito no mercado.

Lavouras e pastagens

Os preços de terra mais elevados foram registrados, como tradicionalmente, na região Sul. As terras mais caras são destinadas às lavouras.

As diferenças entre os preços relativos de terra segundo seu uso mostram maior desvalorização das terras de pastagens naturais relativamente às de lavouras, principalmente nas regiões Sudeste e Sul, nos últimos anos.

Isso pode ser atribuído, pelo menos em parte, a dois fatores. De um lado, a crise que tem afetado a bovinocultura ao longo da última década deve ter levado muitos pecuaristas a abandonar a atividade. Por outro lado, a mudança do sistema de produção está passando da tradicional pecuária extensiva para métodos de criação mais sofisticados tecnologicamente. Os pecuaristas modernos precisam de menos terra por cabeça de gado; usando pastagens cultivadas, podem estar necessitando de terras de melhor qualidade como aquelas tradicionalmente destinadas às lavouras.

PREÇOS MÉDIOS DE TERRAS

Segundo semestre de 1999 – Em reais

DISCRIMINAÇÃO	LAVOURAS HA\ANO	EXP. ANIMAL HA/ANO	ENG. EST. ANIMAIS CAB.\MÊS	LAVOURAS HA	CAMPOS HA	PASTAGENS HA	MATAS HA
Região Norte	136,32	53,34	3,81	395,19	76,44	237,18	127,49
Rondônia	125,39	58,88	2,97	518,75	202,50	321,91	201,59
Acre	...	89,55	5,18	397,19	130,32	329,37	143,85
Amazonas	126,33	90,44	7,14	754,23	218,02	503;13	121,02
Pará	156,56	68,76	4,47	297,36	64,33	207,79	102,58
Tocantins	128,01	44,68	3,34	257,70	66,68	231,80	112,27
Região Nordeste	112,34	73,96	7,93	429,56	204,93	330,05	184,56
Maranhão	74,70	59,14	5,77	241,99	92,78	232,31	160,79
Piauí	77,91	...	9,90	149,15	47,97	232,06	85,17
Ceará	90,27	64,54	7,33	207,33	97,36	127,35	125,87
Rio Grande do Norte	122,99	70,44	8,00	458,75	299,14	288,33	197,25
Paraíba	130,62	75,18	8,44	312,38	171,29	239,67	137,56
Pernambuco	168,44	83,70	8,60	643,16	339,83	483,45	201,25
Sergipe	143,53	116,43	11,26	1.094,79	471,03	714,18	363,99
Bahia	295,27	97,47	8,53	653,91	265,65	406,94	247,92
Região Sudeste	188,16	72,83	6,56	2.027,83	704,79	1.004,15	439,52
Minas Gerais	139,06	70,09	6,59	1.209,77	459,64	667,81	399,81
Espírito Santo	406,87	69,97	6,18	1.356,76	781,93	900,18	532,50
Rio de Janeiro	489,20	94,51	7,71	1.746,40	1.097,47	1.191,03	950,99
São Paulo	...	...	6,04	2.805,79	1.327,76	1.958,66	...
Região Sul	147,91	44,23	4,12	2.206,65	1.196,59	1.086,12	940,22
Paraná	204,16	96,93	5,50	2.634,75	1.337,13	1.725,45	1.009,39
Santa Catarina	201,19	76,33	6,69	1.891,78	885,12	1.048,09	839,37
Rio Grande do Sul	110,12	37,23	3,82	1.901,83	...	827,93	...
Região Centro-Oeste	96,95	57,91	4,74	1.033,39	401,40	662,70	347,37
Mato Grosso do Sul	105,41	56,02	4,74	1.164,08	493,53	715,14	540,05
Mato Grosso	81,21	51,47	3,88	653,59	241,21	462,06	238,66
Goiás	93,68	61,05	5,09	1.152,49	418,32	750,47	515,97
Distrito Federal	102,50	35,00	5,20	2.000,00	883,33	1.300,00	900,00
Brasil	130,70	58,31	5,30	1.441,96	448,40	694,65	272,11

Fontes dados primários: Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural.
Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira.
Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas/IBRE/FGV.

Em fins de 1999, para o Brasil como um todo, um hectare de terras de lavouras valia 3,2ha de campos, 2,1 de terra de pastagens naturais e 5,3 de matas. Como parâmetro de comparação, em 1990 esses preços relativos eram de 2,5; 1,8 e 3,6ha respectivamente.

PRESERVAÇÃO DAS MATAS

A maior desvalorização do preço das terras com matas naturais está ligada a questões ambientais.

A imprensa vem noticiando desde há muito tempo o intenso desmatamento que se processa em todo o território nacional. Pelo lado da oferta de terras, a pressão deveria ser altista, já que essas terras se tornaram mais escassas.

A desvalorização leva a pensar em um reflexo da menor demanda decorrente do receio de que a atenção da sociedade e de organismos responsáveis venha a impedir a conversão de terras de mata, baratas, em terras de lavoura, mais caras, por meio do desmatamento. Mas talvez estejam faltando mecanismos de aquisição dessas terras por representantes da sociedade, como já ocorre em vários países, para criar reservas naturais preservadas.

E-mail: mjeyhlar@fgv.br

POLÍTICAS PÚBLICAS

Nova energia

A força gasta em críticas às ações de governo deve ser canalizada em uma nova energia em favor das mudanças de fundo

MAURO DE REZENDE LOPES

A abertura da economia começou em 1989. No ano seguinte, implantou-se a redução das tarifas de importação. Só que as reformas complementares a uma abertura correta – reformas do sistema financeiro, tributária, fiscal etc. –, ainda

hoje necessárias, engrossam a lista mundialmente conhecida como *unfinished business*. Isso gerou um custo financeiro, econômico e social para a economia como um todo e para os setores agroindustriais. Ainda por cima, em 1994 instalou-se uma política que resultou em defasagem cambial de 20%, de acordo com um estudo feito pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Sem condições de competir

Com a redução das tarifas de importação e o câmbio defasado, acirrou-se no mercado interno a concorrência entre o produto nacional e o importado. Cresceram rapidamente as importações de produtos agroindustriais. A sociedade passou a ver produtos importados baratos nas prateleiras dos supermercados, generalizando-se a idéia de que algumas agroindústrias não eram competitivas. Essa idéia gerou um relativo conformismo: se as agroindústrias não eram competitivas, não havia muito o que fazer para evitar a desestruturação de muitos setores produtivos agroindustriais.

Na verdade, as reformas incompletas custaram muito caro às agroindústrias brasileiras. Reformas incompletas implicam condições não eqüitativas de concorrência – e sem condições eqüitativas, não se pode competir.

A Argentina – um país com o qual competimos tanto nas exportações como nas importações – foi muito mais ágil em introduzir reformas profundas em sua economia. Um exemplo foi a eliminação dos impostos de exportação. A lei Kandir só eliminou o ICMS nas exportações seis anos depois dos argentinos, que fizeram ainda reformas fiscais e reduziram os encargos sociais, mantendo ainda um custo financeiro idêntico aos praticados nos mercados externos.

O que se discute aqui é o peso social das políticas públicas (*positivas* e *negativas*) sobre a capacidade de sobrevivência e competição das cadeias agroindustriais brasileiras em um ambiente econômico em que as reformas não aconteceram na seqüência correta e de forma completa. Mas, admitindo que o Brasil tivesse feito suas reformas, será que poderíamos competir com o vigor que – como todos sabem – têm as agroindústrias brasileiras? Afinal de contas, quais os custos sociais da perda de emprego, produção e divisas na importação e na exportação?

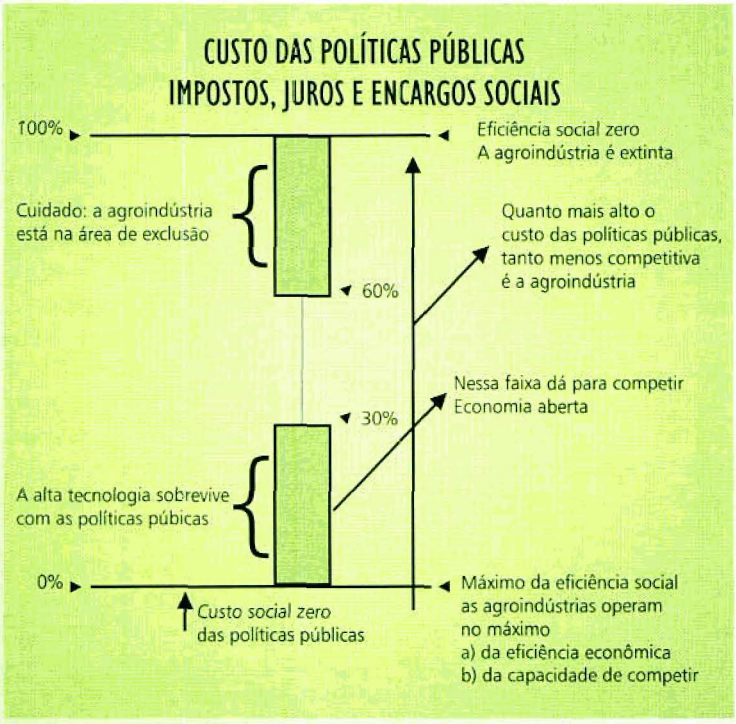
Políticas adotadas

Algumas políticas públicas beneficiam as cadeias produtivas e realçam enormemente a eficiência econômica e a competitividade do agribusiness brasileiro, como a pesquisa agropecuária, cujos efeitos se fazem sentir nos elevados níveis de eficiência das agroindústrias nacionais.

Em contrapartida, as cadeias agroindustriais brasileiras estiveram oneradas com impostos diretos como o ICMS, o PIS, o Cofins, o IPI e o IR; pagavam juros mais elevados do que os que prevaleciam no mercado internacional e tinham altos encargos sociais – muito embora o governo tenha tentado reduzi-los através do Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, que diminuiria em 42% os encargos incidentes sobre a folha de pagamento.

Os custos dos impostos e dos componentes de políticas públicas do custo Brasil eram elevados em larga medida devido à falta de reformas de políticas públicas, tais como as reformas tributária e fiscal, essa última de grande importância para o país.

Mas e o peso social desse conjunto de políticas? O setor agroindustrial e o país ganharam ou perderam em termos financeiros e sociais, no final das contas?



Hipóteses testadas

Existem cadeias competitivas nas agroindústrias brasileiras, até mesmo nas atividades em que a sabedoria comum acredita que o país não é competitivo (como nos casos do trigo, do leite em pó e do algodão). Mas as próprias cadeias mais competitivas podem estar passando por dificuldades de sobrevivência devido aos custos de juros, encargos e impostos.

A não reforma nas políticas monetária, tributária, fiscal e cambial afetou profundamente as agroindústrias brasileiras. O montante dos efeitos do câmbio defasado, dos juros elevados, dos impostos e dos encargos sociais pode ser alto demais para algumas cadeias já fragilizadas. E a falta de instrumentos de política de defesa da concorrência trouxe prejuízos para as agroindústrias brasileiras.

Até porque quanto menores as margens de competitividade, medidas pelas margens líquidas geradas pelas cadeias, mais necessário será racionalizar as políticas públicas, ou seja, mais do que nunca são necessárias e urgentes as reformas propostas pelo Poder Executivo.

Finalmente, se houve desorganização de cadeias agroindustriais importantes, como as do trigo, do algodão, do leite em pó e do arroz, em grande parte isso se deveu ao custo de políticas públicas resultantes da não aprovação das reformas mais urgentemente propostas.

Medindo o perigo

Com o objetivo de medir o impacto das políticas públicas na eficiência econômica e na competitividade das cadeias agroindustriais brasileiras e discutir a urgente necessidade de introduzir reformas impostergáveis nessas políticas, foram construídos indicadores de desempenho de eficiência privada e social que permitissem estabelecer comparações relativas entre as cadeias agroindustriais, hierarquizando-as através da medida de sua competitividade, de forma a indicar quais as mais fortes, quais as mais fragilizadas e quais as ameaçadas diretamente pelas atuais políticas de juros, encargos sociais e impostos.

Interessa comparar indicadores de eficiência econômica – privada e social – entre os setores agroindustriais, conferindo destaque àqueles que possivelmente estão atingindo uma zona de exclusão, ou seja, setores gravemente ameaçados de extinção gradual, por perda de competitividade.

Foram construídos indicadores de eficiência econômica e competitividade para 15 macrocadeias agroindustriais brasileiras: soja-grão para exportação; farelo e óleo de soja; milho e frango; açúcar e álcool; café torrado e moído e café para exportação; leite fluido B e C; leite em pó; algodão em pluma; trigo e farinha de trigo; arroz e feijão.

Estudaram-se 44 subcadeias agroindustriais de estados brasileiros além de algumas cadeias na Argentina e no Uruguai. Além da construção dos indicadores básicos, foram feitos 15 testes para medir os efeitos da defasagem cambial, da falta de impostos compensatórios e os efeitos dos créditos concedidos pelos exportadores estrangeiros aos importadores nacionais sobre o desempenho de cadeias agroindustriais selecionadas.

Simples contabilidade

O modelo é relativamente simples, embora exigente em termos de dados detalhados. Consiste em uma estrutura de matrizes contábeis para todos os elos que compõem as cadeias agroindustriais no Brasil. Além de fornecer indicadores de desempenho das cadeias aos órgãos públicos, permite a qualquer setor, com a mão-de-obra disponível nas próprias empresas, montar suas estruturas de custos em todos os elos da cadeia e utilizá-las para discutir preços, margens, peso de impostos, negociar entre os representantes dos elos melhores condições de integração entre os setores da cadeia e estabelecer mecanismos de coordenação dentro das cadeias. Trata-se de um método de contabilidade simples.

Os elos da produção, do transporte, do processamento e industrialização e o elo do transporte até o atacado – onde terminam as comparações – são organizados de forma seqüencial tal como a que existe hoje no mercado.

As colunas representam o conjunto de custos, preços, receitas e margens privadas como são percebidos hoje – naturalmente pelo setor privado –, a preços correntes de mercado.

Cada elo tem sua própria matriz contábil. Em seguida construímos uma coluna com os mesmos dados com impostos reduzidos, sem tarifas, com custos de encargos sociais propostos no Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, com juros de 9% anuais, e comparamos os indicadores de ambas – para medir principalmente o custo das políticas públicas.

A metodologia usada no trabalho de pesquisa pode ser encontrada de uma forma mais rigorosa e definida em melhores níveis de detalhe na pesquisa original que gerou este texto.

Analisando resultados

A tabela mostra as margens líquidas atuais das agroindústrias brasileiras (coluna A), a preços correntes de mercado. A margem do leite C (primeira linha das agroindústrias) é de R$0,01/litro no final da cadeia, para uma receita total da cadeia, no atacado, da ordem de R$0,32/litro. Portanto, a margem líquida atual é de 3,13%.

As margens líquidas possíveis de ser atingidas com redução de impostos e encargos sociais, com custos de capital nos mesmos níveis internacionais, preços de insumos importados sem impostos e custos dos produtos da cadeia sem proteção tarifária estão na coluna B.

As margens líquidas finais das cadeias na unidade do produto final poderiam ser atingidas, com a vantagem de serem as de máxima eficiência social. As cadeias estariam livres para competir, mostrando sua força de eficiência, sem ônus que representam perdas de produção, emprego, renda etc. No caso do leite C, se eliminássemos os impostos mencionados, a margem líquida da cadeia no atacado aumentaria de R$0,01/litro para R$0,06/litro.

Na penúltima coluna da tabela, na margem direita, está a relação entre as margens atuais e as potenciais socialmente ótimas. É um indicador de eficiência e competitividade muito importante: indica o quanto a margem atual representa como percentual da margem potencial sem os impostos mencionados. No caso do nosso exemplo, a margem líquida do leite C é de R$0,01/litro e a margem potencial com reformas é R$0,06/litro. Logo, a margem atual é apenas 16,76% daquela que poderia ser atingida com a desgravação dos impostos.

A última coluna da direita do quadro é a mais importante. Ela mostra a perda de rentabilidade social e potencial da cadeia devido ao conjunto de impostos mencionados. Por outras palavras, a falta da redução das políticas de impostos, juros e encargos sociais acarreta, no caso do leite C, a extraordinária perda de 83,33% de uma margem potencial, socialmente ótima, que poderia ser atingida com as reformas e a redução desses impostos. A coluna indica o quanto as políticas públicas cobram seu custo das cadeias agroindustriais em relação ao que poderia ser alcançado com as reformas e redução de impostos excessivos.

Escolhemos propositadamente as cadeias mais eficientes na agroindústria brasileira para reforçar nosso argumento de que, mesmo para as agroindústrias mais eficientes, as políticas de impostos, juros e encargos sociais estão ameaçando algumas cadeias que ainda apresentam níveis de competitividade bastante razoáveis.

Todas as cadeias estudadas são competitivas. Apesar das políticas de impostos, juros e encargos sociais, elas conseguem gerar uma margem líquida positiva a preços de mercado, no produto final da cadeia.

Entretanto, alguns produtos têm margem extremamente exígua: o leite C, o açúcar, o álcool, a soja de exportação e o algodão. Apresentam margens líquidas bastante baixas em suas cadeias mais eficientes no Brasil. Esses produtos estariam eventualmente ameaçados por uma sobrecarga de impostos juros e encargos

MARGENS LÍQUIDAS ATUAIS DAS AGROINDÚSTRIAS – PRINCIPAIS AGROINDÚSTRIAS BRASILEIRAS CUSTO EFETIVO DAS POLÍTICAS DE IMPOSTOS, JUROS E ENCARGOS SOCIAIS

AGROINDÚSTRIAS	MARGEM LÍQUIDA ATUAL (%) (A)	MARGEM LÍQUIDA SEM O CUSTO DAS POLÍTICAS (MÁXIMA EFICIÊNCIA SOCIAL) % (B)	RELAÇÃO ENTRE AS MARGENS ATUAL E POTENCIAL[1] (%) [(A)/(B)*100]	CUSTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS[2] (%) [(B)-(A)/(B)*100]
Leite C (R$/litro)	3,13	18,75	16,67	83,33
Açúcar (R$/t)	6,86	27,78	24,68	75,29
Soja Exportação (R$/t)	8,41	27,48	31,08	69,42
Alcool (R$/1.000l)	7,92	25,49	32,12	68,93
Algodão (R$/t)	15,44	30,73	48,97	49,75
Feijão de Cores (R$/t)	36,13	53,31	67,77	32,23
Café Torrado e Moído Conillon (R$/t)	27,71	40,32	68,73	31,27
Arroz de Sequeiro (R$/t)	24,55	34,04	72,11	27,89
Café Exportação (R$/t)	39,28	53,44	73,49	26,51
Leite B (R$/litro)	24,07	31,48	76,47	23,53
Trigo Nacional Farinha Brasil (R$/t)	49,50	61,80	80,26	19,91
Feijão Preto (R$/t)	42,45	51,98	81,66	18,34
Leite em Pó Importado (R$/t)	24,94	29,98	83,21	16,79
Frango Mercado Interno SP (R$/t)	30,56	34,13	89,54	10,46
Milho Argentino Frango Brasil (R$/t)	35,55	38,47	92,41	7,59
Frango Exportação SC (R$/t)	41,50	44,32	93,62	6,38
Trigo Importado Farinha Brasil (R$/t)	25,03	25,75	97,17	2,83

Fonte: Resultados dos modelos.

[1] Indica o quanto a margem atual representa como percentual da margem potencial sem as políticas.

[2] Indica o quanto a margem da cadeia aumentaria caso fossem reduzidas as políticas públicas que agravam o setor.

sociais. Precisam ser desoneradas sob pena de estarem na área de exclusão, de extinção gradual.

Ameaças de exclusão

A coluna b – margem líquida – mostra que para um grande número de produtos, sem o custo das políticas públicas, caso fossem reduzidos os impostos, os juros e os encargos sociais, essas margens poderiam melhorar substancialmente. Sem esses gravames, os índices de rentabilidade social são mais elevados do que os da rentabilidade privada atual. A margem líquida que seria possível atingir com reformas profundas nas políticas públicas mostra o potencial de rentabilidade, capacidade de competir e eficiência econômica das cadeias brasileiras.

Para o leite C, de longe a cadeia mais ameaçada de exclusão, a margem líquida atual passaria de 3% para 19%. As políticas públicas de algodão, soja de exportação, álcool, açúcar e leite, necessitam de reforma urgente para competir e sobreviver.

A coluna sobre relação entre margens atuais e potenciais, que mostra o percentual da margem atual sobre a margem de máxima eficiência social, indica para o leite C que a margem atual representa apenas 17% do potencial de rentabilidade da cadeia no máximo da sua eficiência social, caso fossem feitas as reformas políticas necessárias. Para os outros quatro produtos mencionados, a rentabilidade atual é um quarto da potencial. Quanto menores esses números, mais as cadeias são dependentes de reformas nos impostos, juros e encargos sociais.

Acima das vicissitudes

Os valores próximos de 100% na penúltima coluna significam que a desgravação de impostos, juros e encargos sociais não causaria tanto impacto assim sobre as margens atuais. Isso ocorre nas cadeias de alta tecnologia relativa, capazes de sobreviver a políticas de impostos, juros e encargos sociais adversos.

Finalmente, a última coluna da direita da tabela mostra a perda de rentabilidade e eficiência social dos setores agroindustriais devido a políticas de impostos. Ela mede o desperdício de recursos produtivos que a sociedade tem que pagar pela demora em introduzir as reformas de que o país tanto necessita.

Rentabilidade pelo ralo

Todos perdem em não operar com a máxima eficiência social de que as cadeias são capazes: produtores, trabalhadores, transportadores, indústrias, toda a sociedade. São bilhões de reais que poderiam ser gerados na economia. Basta multiplicar a margem de máxima eficiência pelo volume de produção, admitindo que os preços não se alterariam com o crescimento da produção – pressuposto não muito heróico, porque falta produção e sobram importações e consumidores necessitando de comida.

Esses números têm que ser interpretados com muito cuidado. Eles indicam que a margem líquida atual é tão baixa que é absolutamente imprescindível para as cadeias potencial ou gravemente ameaçadas a introdução de reformas nos impostos, juros e encargos sociais, sob pena de se desorganizarem e desestruturarem.

As cadeias do leite C, do açúcar, do álcool, da soja de exportação e do algodão estão ameaçadas pelo custo das políticas públicas, em termos de perda de rentabilidade social, de 50 a 83%, do algodão ao leite C (gráfico).

Ilustrando a realidade

O gráfico é um termômetro que indica até que ponto o custo das políticas públicas onera as cadeias através de impostos, juros e encargos sociais, a ponto de eventualmente ameaçá-las de extinção. No limite inferior, temos um custo zero dessas políticas públicas sobre a rentabilidade das cadeias.

Quando o custo social das políticas públicas é zero, a cadeia está no máximo de sua eficiência social: as agroindústrias operam no máximo de sua eficiência econômica e capacidade de competir. Entre 0 e 30% esse indicador mostra uma faixa em que a cadeia agroindustrial pode competir em um regime de economia aberta, mesmo que as políticas lhe sejam adversas.

Entretanto, a situação mais grave ocorre no topo da escala do termômetro de custo das políticas públicas. Quando esses custos ultrapassam 60% e atingem 100%, o indicador recomenda extrema cautela, pois a agroindústria está na área de exclusão. Ainda que sejam competitivas – gerem lucro privado positivo –, o peso das políticas públicas as torna ineficientes para atrair investimentos e até sobreviver.

No nível de 100% de custo das políticas públicas, a eficiência social da agroindústria é zero, e eventualmente ela será extinta ou é forte candidata à extinção. Assim, quanto mais alto o custo das políticas públicas, menos competitiva é a agroindústria e mais estará ameaçada de exclusão.

Hierarquia da ameaça

É possível hierarquizar as agroindústrias brasileiras de acordo com o custo das políticas públicas. Cinco delas estão ameaçadas pelo custo das políticas públicas – impostos, juros e encargos sociais: leite C, álcool, açúcar, soja de exportação e algodão, cujo custo em questão supera 60%. Cuidado especial deve ser dispensado a essas cadeias, sob pena de graves problemas de sobrevivência e competitividade.

A parte inferior da tabela informa que o frango de exportação consegue conviver com o custo das políticas públicas devido a sua alta tecnologia de conversão – 1,86kg de ração por 1kg de frango vivo.

Não fazer as reformas constitui grave problema, mas não significa que as cadeias agroindustriais brasileiras não sejam competitivas e muito menos que se deva deixá-las entregues a um processo de desorganização e desestruturação responsável por números elevados de desemprego rural como no caso do algodão – cultivo de pequenos produtores, o que confere ao setor uma grande importância social.

Cálculos feitos para outros produtos que reduziram a área de cultivo ou a produção nos segmentos de pequenos estabelecimentos, como no caso do leite, mostram que o desemprego rural pode crescer ainda mais. Não conhecemos sua extensão exata porque não existe no Brasil um acompanhamento do desemprego rural, como no caso do emprego urbano-industrial.

Políticas recomendáveis

Se competíssemos em igualdade de condições com a Argentina, teríamos agroindústrias fortemente competitivas no Brasil.

De acordo com o critério de melhor uso de recursos domésticos, em que se destacam o trabalho e o capital, já que a terra é um fator relativamente abundante, temos que priorizar as reformas das cadeias que têm, na sua composição de custos, elevada participação desses recursos. Nessa linha, as reformas de políticas deveriam tomar como prioridade a soja-grão e as cadeias do complexo sucroalcooleiro. Entretanto, no caso de farelo e óleo de soja para exportação, é urgente a desgravação do ICMS nas transações interestaduais da matéria-prima.

Em termos do critério de geração de divisas, usando poucos recursos internos, a soja-grão e o complexo sucroalcooleiro merecem especial destaque enquanto conjunto de cadeias de alto potencial de crescimento nas exportações. E em termos de necessidade de redução de tributos internos, de novo a soja-grão, açúcar e café merecem especial destaque.

Entre os produtos importáveis, usando-se o critério de maior e mais eficiente uso dos recursos domésticos, há dois setores em condições muito delicadas de competitividade: o algodão e o leite C. Seus indicadores apontam para um baixo grau de sobrevivência na concorrência com produtos importados. Merecem especial cuidado por parte dos formuladores de políticas, sob pena de pesadas perdas nos níveis de emprego do setor – ambos são setores trabalho-intensivo e suas cadeias estão severamente ameaçadas.

Também se destacam o algodão e o leite C em termos de economia de divisas gastas com importações. Desgravar essas duas cadeias significa aumentar o emprego e economizar divisas, combinação suficiente para conferir prioridade aos dois setores.

Pelo critério de necessidade de desoneração tributária, os produtos prioritários são o chamado "novo algodão" (de alta tecnologia) e o algodão cultivado dentro dos padrões tradicionais, para os quais o peso dos encargos tributários restringe a capacidade de competir.

Para que o setor agroindustrial brasileiro possa sobreviver e competir no mercado internacional numa economia aberta, é fundamental discutir, sugerir mudanças e apoiar os programas de reformas propostos pelo Executivo nas áreas de políticas tributárias e fiscais. Interessa à agricultura apoiar de forma irrestrita esses programas, sob pena de continuar pagando o preço das reformas incompletas. A força gasta em críticas às políticas públicas que não foram reformadas deve ser canalizada em uma nova energia em favor das mudanças de fundo; quanto mais tardarem as reformas, mais prejudicados serão os setores reais da economia.

Mauro de Rezende Lopes é economista e pesquisador do Centro de Estudos Agrícolas, do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getulio Vargas. E-mail: mrlopes@fgv.br.

Um novo caminho

Um ambiente computacional repetitivo, baseado na abstração de um modelo, não pode dar suporte a mudanças em tempo real



NIVALDO T. MANZANO

O aumento da produtividade e a melhoria da competitividade das cadeias produtivas apresentam desafios de suporte computacional até recentemente não superados em qualquer parte do mundo. A necessidade de integrar essas cadeias, mediante a sincronia de seus processos, exige ambientes computacionais adequados para suportar a gestão da mudança. A quase totalidade das tecnologias disponíveis no mercado, no entanto, é fixa. Elas são insusceptíveis de suportar a gestão da mudança no tempo requerido pela necessidade de resposta da cadeia produtiva à mudança do mercado.

Para baixo do tapete

Na tentativa de contornar o problema, recorre-se à *customização* ou à reengenharia, expediente de custo elevado, inadequado e nocivo, além de representar desperdício. Desperdício que essas tecnologias impedem seu usuário de enxergar, para quantificá-los e reduzi-los. Para fixar o estado do problema no modelo estático com que operam, vêem-se obrigadas a esconder debaixo do tapete as inconsistências que caracterizam a realidade contextual ainda não refinada – ou seja, aquela que interessa, de fato, enxergar.

Para que o tempo da resposta seja adequado à sincronia necessária, requerem-se ambientes capazes de se refazerem contínua e automaticamente em tempo real, abertos, portanto, à incorporação de novidades. Ou seja, requerem-se ambientes cujo espaço acolha ao mesmo tempo o problema e sua solução.

Como esse convívio é conflitivo, as ciências clássicas da computação optaram por remover o conflito e oferecer uma solução linear pré-fabricada, que não se acomoda à sincronia requerida pelo problema, nem antes nem depois de seu estado de mudança.

Respostas sem pergunta

Embora poucos saibam disso, somente o Brasil dispõe de tecnologias de desenhos de processo e de geração de *software* adequadas ao enfrentamento desse tipo de problema que, na verdade, é universal, apresentando-se indistintamente em qualquer área de negócio.

Em outras palavras: existe uma desafinação estridente entre as exigências de gestão privada e pública das cadeias produtivas e os sistemas de informação e gestão que lhe dão suporte. Os ambientes computacionais dos sistemas de informação e gestão têm suas funções pré-definidas, uma característica estrutural que converte tais produtos em soluções de uso genérico, ou seja, soluções para ninguém em especial. São como que uma resposta dada a uma pergunta que ninguém fez. Cada problema, cada cadeia ou o contexto em que opera cada empresa é singular no espaço e no tempo. Não se confunde com outro assim como um gesto humano não se repete duas vezes da mesma maneira.

Engessando o cliente

Para que os ambientes computacionais possam oferecer suporte à gestão de respostas à realidade em mudança, seria preciso que a indústria de informática oferecesse soluções capazes de atender ao contexto de cada um. Diz-se no mercado que a essa exigência respondem a *customização* ou a reengenharia.

Na realidade, a *customização* não funciona como o alfaiate, quando o cliente o procura em busca de um terno novo. A *customização* é o expediente de que se serve o cliente para se submeter às mudanças que promove o alfaiate em seu terno *prêt-à-porter*, comprado pronto e que não corresponde às medidas de seu manequim. A *customização* é um expediente a que recorrem as empresas de informática para engessar o cliente, uma vez que não conseguem desengessar a indústria de informática.

A permanecer a orientação conservadora na pesquisa tecnológica, a perspectiva de se sincronizar a andadura das tecnologias de

geração de sistemas de informação e de gestão com a realidade em mudança não é das mais animadoras. Cada vez mais, buscam-se soluções universais, como se o mundo estivesse para se reduzir a uma identidade transparente, esvaziada de suas diferenças.

Ortopedia informática

O resultado desastroso é visível no desapontamento de organizações que se deixaram engessar pela reengenharia que, supostamente, veio para sintonizá-las com a mudança. A julgar pelos desdobramentos previsíveis, é de supor que o custo da manutenção desses sistemas, hoje elevado, continuará a crescer. Imagine-se o que significa transferir a empresa para o departamento de ortopedia ou contratar ortopedistas para a atividade recorrente e frustrante de desengessá-las e engessá-las outra vez, inutilmente.

O mais novo engodo da ortopedia informática é o ambiente computacional oferecido para o *e-business*. Contratam-se soluções de caráter genérico, como se pudesse existir uma empresa idêntica a outra. As ciências da computação nasceram sob a idéia de que a abstração do modelo é capaz de submeter a realidade a seu controle. Confundem a abstração, fixa e repetitiva, com a realidade em mudança, sem contemplar a diferença entre uma e outra.

A vantagem da abstração do modelo – supõe o arteiro que o concebeu – é que a realidade passa enquanto a abstração fica. Essa é, na verdade, a sua desvantagem: a realidade, para mudar, não espera pela construção de abstrações. A própria abstração que gera o modelo de representação da realidade já é um efeito da mudança. Os sucessivos *upgrades* e os novos pacotes tecnológicos não compensam a deficiência. O problema e a solução disputam o mesmo espaço contextual, exigindo reconhecimento e resposta imediata e espontânea, que não cobrem esforço, energia nem dispêndio de recursos em manutenção ou integração artificial.

Bonecos desastrados

A era da informação se concebeu a si mesma como os bonecos desastrados dos desenhos animados. É comum ver em cenas de desenho animado bonecos que, lançados de repente para o alto sem que se dêem conta, passam a acreditar que é a força de sua imaginação que os faz flutuar no espaço, e não a do artista que os criou.

Desde o seu advento, a era da informação não fez senão imitar tais bonecos. Mas é especialmente agora, com a adoção generalizada dos sistemas de informação e gestão, que seus usuários se dão conta de que estão a flutuar fora da realidade por força de sua própria miragem. O mesmo impulso que os atirou para as nuvens da abstração cibernética os traz de volta ao solo, para se arrebentarem na frustração: a abstração do modelo é incapaz de fazer a organização andar sozinha. A cada passo mecânico, a cada novo avanço ortopédico, a era digital tropeça na realidade, que a desperta para a inadequação de seus modelos como resposta à mudança.

Ocorre que a máquina cibernética, criada para lidar com todo e qualquer tipo de problema, é incapaz de enxergar o contexto. Quem enxerga o contexto é o ser humano. É a visão do contexto que nos leva a enxergar a diferença entre nossas abstrações e a realidade. É o reconhecimento da diferença que leva os bonecos a se precipitarem ao chão do cotidiano outra vez.

A permanecer a orientação conservadora na pesquisa tecnológica, a perspectiva de se sincronizar a andadura das tecnologias de geração de sistemas de informação e de gestão com a realidade em mudança não é das mais animadoras.

Careta congelada

Indomesticável em seus estados de mudança, a realidade não se deixa controlar, da mesma forma que um compositor musical não deixa sua inspiração ser aprisionada por um realejo.

Empenhada inutilmente em controlar a realidade, a era digital produz *softwares*-coisas, como se fosse possível obrigar um ator a desempenhar um único papel de uma mesma maneira, em desacordo com os perfis dos novos personagens que deve assumir no contexto da representação de novas peças teatrais, em atendimento à mudança de gosto da platéia. A era da informação produz uma careta congelada na face.

A pergunta sonhadora que faz todo usuário de ambientes computacionais é se não seria possível a existência de ambientes que sirvam de suporte à sua lida cotidiana em resposta a uma realidade em mudança. Por que não seria possível ao usuário gerar o seu próprio software, para lidar, não com uma suposta realidade genérica, mas com a singularidade de uma realidade contextual que é somente sua? Não é assim que atua a sua própria cabeça?

Essa questão óbvia, como sabe o leitor, tem toda a razão de existir. Ignora-se na história das tecnologias algum momento em que a submissão ao comando da máquina foi celebrada com tanta euforia. Lembra o deslumbramento do indígena ao ver um relógio pela primeira vez.

Suporte à mudança

Quando se atenta para os desafios presentes e os que estão por vir, a pergunta é mais que oportuna. Como fazer frente ao desafio de sincronizar os processos nas cadeias produtivas com tecnologias engessadoras, se as interfaces em interação entre esses processos mudam de função a cada momento? Qual é o tempo requerido para o desengessamento e o novo engessamento que seria suportável? Seria o caso de parar a realidade até que ocorra a mudança do sistema de informação e gestão? Que opção de controle alguém teria sobre a realidade, que não tenha antes a realidade sobre quem pretende controlá-la?

O que se faz necessário, então, é um ambiente computacional que dê suporte à operação da realidade em mudança e que confie a seu operador a habilidade de gerar automaticamente um novo *software*, sem ter de escrever linhas de código e sem necessidade de manutenção. É isso possível?

Perguntar não é proibido e a resposta é positiva e concreta. Mais que possível, é realidade no Brasil e, por enquanto, somente no Brasil. Disso se tratou em artigo anterior, publicado nesta revista, na edição de dezembro de 1999, ao qual se remete o leitor.

Organismo que se defende

Aqui complementa-se a idéia, recorrendo a um exemplo para mostrar, se ainda é preciso, que a melhoria da eficiência e da competitividade das cadeias não pode continuar dependente do jogo entre o engessamento e o desengessamento, não apenas por razões de custo do desperdício, mas também da inutilidade e nocividade do procedimento, ao gerar o caos em vez de solução.

A interação entre as interfaces de cada um dos elos da cadeia ou entre os elos, ou ainda, entre uma cadeia e outra, é um processo dinâmico e co-evolutivo. Cada parte depende do todo em mudança e o todo depende das partes em mudança. Essa dependência é de caráter auto-recorrente. Ou seja, a mudança numa interface obriga a que as demais atingidas pela mudança mudem também, para se ajustarem ao novo contexto; mudando, elas desencadeiam na viagem de volta novas mudanças naquela, num processo recorrente.

A idéia de cooperação entre os elos da cadeia ou entre as cadeias não expressa a complexidade do problema, por ser apenas funcional. Dois elos cooperados, por definição, mantêm entre si relações de contato apenas. Mas os elos da cadeia, além de cooperarem entre si, são também solidários, no mesmo sentido em que é solidário o organismo, que se mobiliza por inteiro para afastar o risco oferecido por uma unha encravada. O organismo inteiro reage por efeito de contágio. Imaginem-se os efeitos exponenciais de contágio que podem ocorrer numa indústria de papel e celulose, por exemplo, constituída de mais de 1 milhão de processos.

Mudanças em cadeia

Recentemente, pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa anunciaram a possibilidade de se explorar a pele de frango como se explora a pele de peixe. Os estudos de viabilidade econômica parecem ainda incipientes. Importa aqui refletir, imaginando, o impacto de uma mudança, na aparência pequena, na cadeia do frango e sobre outras cadeias também.

Cada frango apresenta 180 gramas de pele. Ao consumidor esclarecido interessaria consumir frango sem pele, por motivo de saúde. O apelo de mercado para o frango sem pele promoveria um aumento na produção da carne de frango, para compensar os 180 gramas que seriam retidos de cada ave abatida e promoveria também um aumento de seu consumo, deslocando outras carnes, o que levaria as cadeias produtivas dessas carnes a reagir também à mudança.

À indústria do frango, até agora à falta de melhor opção, interessava utilizar a pele como componente da ração. Poderia vir a processar a pele, se a viabilidade econômica de sua substituição na ração e o preço a ser pago pela pele curtida o recomendar. Nesse caso, seria preciso recorrer a outra cadeia produtiva para complementar a fração a que atende a pele na composição da ração. Essa mudança, caso ocorra, há de provocar mudanças naquela cadeia. Não é difícil imaginar que, mudando aquela também, provocará mudanças em uma outra, por efeito de interação entre os processos. Mas fiquemos por aqui. Os processos, por definição, são complexos e constituem-se ao final num só processo.

Um ambiente computacional que dê suporte à operação da realidade em mudança e que confie a seu operador a habilidade de gerar automaticamente um novo *software* é por enquanto exclusividade do Brasil.

Os pesquisadores de Viçosa estão tingindo a pele curtida com corantes naturais extraídos de frutas nativas, como jenipapo, cacau, urucum e açaí. Eis um novo impacto, agora sobre a cadeia produtora de frutas. Quando a pele de frango chegar ao mercado na forma de biquíni e outros acessórios do vestuário, exigentes quanto à dobradura e delicadeza do couro, deslocará outros produtos de couro ou de tecido, induzindo mudanças em suas respectivas cadeias, que por sua vez induzirão mudanças em outras cadeias e assim por diante.

Enfim, da mesma forma como uma unha encravada mobiliza o organismo inteiro em defesa da própria saúde, não há inovação tecnológica que não provoque um rearranjo na interação entre as interfaces das cadeias produtivas, para que se ajustem ao novo contexto oferecendo uma resposta adequada à mudança. Como simular a realidade de cada um, emulá-la, proto-interá-la e encená-la, antes de tomar a decisão? Eis o desafio.

Respostas inadequadas

Mudanças, como a da pele de frango, estão a ocorrer de maneira contínua. Seu impacto sobre as cadeias é contínuo. A resposta à mudança deve ser contínua. Estará na onda da mudança, como um surfista nas ondas do mar, a organização que em tempo zero estiver capacitada a responder à mudança. Como a realidade não atende à imaginação das crianças, não adianta sonhar em converter o mar em geléia para a organização poder sincronizar a contenção do movimento das ondas com a sua imperícia. O mercado cuidará de desclassificá-la do torneio. A realidade não tolera a estupidez.

Pense-se agora nas implicações para a integração das cadeias produtivas trazidas pela certificação e rastreabilidade dos produtos, desafios que somente a criatividade nacional se encontra em condições de responder com qualidade sem concorrentes. A resposta que oferecem atualmente os ambientes computacionais tradicionais importados para problemas auto-recorrentes – todos eles o são – é totalmente inadequada quanto à eficácia dos resultados. Quando o trabalho de rastreabilidade tiver sido concluído, a interação entre os processos na cadeia produtiva será outro, obrigando a refazê-lo.

Pense-se que o Brasil é, até o momento, o único país detentor de tecnologias de desenhos de processos e de geração de ambientes computacionais capazes de oferecer suporte à gestão da mudança em tempo real. Pense-se nos ganhos, em termos de visualização do desperdício, produtividade, eficiência, competitividade e controle do risco. Pense-se que a liderança virtual brasileira pode converter-se em liderança real, caso os interessados se manifestem e os responsáveis pela formulação de opções estratégicas para a definição do futuro enxerguem o alcance dessa tecnologia sensível.

E-mail: nmanzano@u-net.com.br



Dos males, o menor

Não conseguiremos a sustentabilidade da agricultura brasileira sem modernizar e racionalizar o uso dos agrotóxicos

TOMAZ LANGENBACH

A agricultura hoje mostra uma alta capacidade produtiva que atende a demanda mundial. Um de seus desafios é a utilização de processos produtivos que não degradem o ambiente, mantendo a agricultura seus recursos naturais renováveis – e sendo por isso sustentável. Embora a proposta tenha aceitação quase consensual, sua prática ainda é muito limitada.

O IMPASSE DO MAL NECESSÁRIO

Os grandes avanços da agricultura brasileira com a introdução progressiva do controle biológico de pragas e do plantio direto parecem comprovar o sucesso dessas técnicas. Paradoxalmente no entanto, o volume de recursos gastos com agrotóxicos dobrou entre 1993 e 1997.

O uso de agrotóxicos transfere custos sob a forma de contaminação do ambiente; a eficácia do sistema de controle dessas substâncias é altamente discutível.

O consumo de agrotóxicos cresce, principalmente o de herbicidas, necessários à agricultura mecanizada e de alta produtividade, para os quais não há controle biológico. O processo de plantio direto, cada vez mais utilizado, oferece grandes vantagens ambientais, garantindo a alta fertilidade do solo – e por outro lado aumenta o consumo de herbicidas.

RESULTADOS & CONSEQÜÊNCIAS

Um grande acervo de informações científicas aponta intermináveis problemas decorrentes do uso dos agrotóxicos. Em termos ideais, os agrotóxicos deveriam controlar apenas as pragas que ameaçam a produção agrícola; seus efeitos porém não são tão específicos e afetam muitas outras formas de vida.

Reduz-se a população de determinadas espécies da flora e da fauna, às vezes ameaçando-as de extinção. Tais alterações modificam o equilíbrio ecológico, aumentando e diminuindo a população de outras espécies, muitas vezes predadoras das pragas que se quer combater.

Obtém-se então o efeito oposto ao que se busca, recrudescendo a infestação. A realidade mostra ao longo do tempo que, com o emprego maciço de agrotóxicos, o número de pragas em todo o mundo aumentou significativamente. Com isso aumentaram os custos no combate a pragas, com degradação ambiental generalizada ou grandes perdas na produção.

PREJUÍZOS EM CADEIA

É evidente que os prejuízos causados pelos agrotóxicos não afetam só a agricultura, mas têm desdobramentos bem mais abrangentes, transferindo-se para outras áreas como saúde e ambiente.

A aplicação dos pesticidas, sobretudo manual, por pequenos produtores, expõe os trabalhadores rurais à contaminação com altas doses. No Brasil, um grande número de intoxicações agudas e danos crônicos à saúde causa prejuízos físicos que ficam por conta do agricultor ou são repassados ao sistema de saúde pública.

Outra fonte de contaminação são os resíduos nos alimentos que chegam praticamente a toda a população.

AVENTURA AO VENTO

No entanto, muitas doenças provocadas pelos agrotóxicos não são diagnosticadas como tais, o que dificulta a avaliação desses prejuízos.

Tem-se observado a redução da fertilidade masculina e suspeita-se que ela seja decorrente da ingestão diária de um coquetel de diferentes agrotóxicos, mesmo que em baixas concentrações. Isso se deve à função de disruptores hormonais de certos pesticidas, que podem aumentar ou reduzir a quantidade de hormônios como testosterona e estrogênio.

Os efeitos cumulativos de baixas concentrações sobre o organismo, bem como de misturas de agrotóxicos, são assuntos pouco pesquisados. Sabe-se apenas que, por vezes, as baixas concentrações têm efeitos inversos às concentrações mais altas.

Estamos participando de uma aventura. Os pesticidas se deslocam no ambiente, transportados pelos ventos e pela chuva, provocando uma das mais temidas formas de poluição – a das águas. As chuvas podem distribuir os agrotóxicos pelo solo, lixiviá-los para os lençóis d'água ou ainda deslocá-los na superfície por *run-off* e erosão, contaminando águas superficiais como os rios e lagos.

O MAL QUE VEM PELAS ÁGUAS

A bioacumulação dos agrotóxicos nas algas leva, pela cadeia alimentar, à biomagnificação, contaminando os peixes com al-

tas concentrações. Nesse caso os prejuízos são a redução do pescado quando há mortandade, a degradação ambiental dos rios e lagos e os possíveis efeitos negativos sobre a saúde da população ribeirinha.

A contaminação das águas subterrâneas compromete seu uso, o que se torna ainda mais grave se considerarmos que essas águas tendem a ser mais utilizadas devido ao esgotamento de águas pluviais de boa qualidade.

A degradação generalizada do ambiente não atrai investimentos: um dos argumentos que mais pesou contra a escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2004 foi a poluição da baía de Guanabara. Hoje, as regiões com ambientes preservados levam vantagem sobre aquelas muito degradadas e portanto com má qualidade de vida.

Legislação específica

O desafio é como controlar as pragas sem a contaminação ambiental. Há um elenco de possibilidades.

A substituição de agrotóxicos nocivos pela introdução de outros mais suaves ao meio ambiente, isto é, facilmente biodegradáveis, mais específicos, exigindo concentrações muito baixas e menos tóxicas às formas de vida não-alvo, foi o principal mecanismo de modernização utilizado na redução dos problemas do uso de agrotóxicos nos países mais ricos.

Esse processo resultou da legislação do registro dos agrotóxicos, que permite ou restringe a comercialização de determinados produtos em cada país, forçando assim as empresas a desenvolverem produtos tecnologicamente mais avançados.

Influenciados por essa forma de controle dos pesticidas via processo de registro, o movimento ambiental brasileiro logrou estabelecer uma legislação em moldes semelhantes.

Política de interesses

Mas a realidade dos últimos anos mostrou a pouca eficácia desse mecanismo para o controle de agrotóxicos. A política oficial de redução do estado em benefício da iniciativa privada reduziu muito sua capacidade operacional. Não há controle sistemático da qualidade de lençóis d'água, águas superficiais e contaminação atmosférica. Não dispondo desses dados, não é possível restringir produtos que poluem tais ambientes. Isto inviabiliza um processo eficiente de registro.

Além disso, a política para esse particular tem se caracterizado pela submissão aos interesses da grande indústria e pela não interferência no processo produtivo.

Um processo complementar de controle compatível com nossa capacitação técnico-científica atual seria excluir progressivamente os produtos de maior taxa de intoxicação, persistência, lixiviação e volatilização.

Tal política conduziria a própria indústria a se empenhar pela aplicação adequada de seus produtos, evitando as intoxicações e criando uma dinâmica de substituição de produtos mais nocivos por outros mais suaves.

O consumo de agrotóxicos cresce, principalmente o de herbicidas, para os quais não há controle biológico. O processo de plantio direto, muito utilizado, oferece grandes vantagens ambientais, garantindo a alta fertilidade do solo – e por outro lado aumenta o consumo de herbicidas.

Caminhos a desbravar

A modernização se dará pela garantia de uma superação gradual dos problemas atuais – e pela quebra da lógica empresarial movida por interesses estritamente comerciais.

Essa política poderia começar pelos estados, capazes de legislar de forma complementar.

A lei pode exigir que um produto atenda a certos critérios para ser registrado. Ao mesmo tempo, concede o registro ao solicitante se tais condições forem atendidas.

Outros sistemas de controle utilizados no passado chegaram a dar certo. Antes de a Inglaterra ingressar na antiga Comunidade Européia, hoje União Européia, não havia nenhuma legislação sobre a matéria. O controle se dava por avaliação do uso de um produto através de um colegiado qualificado – um sistema de maior flexibilidade tanto no sentido de restringir como no de liberar o registro.

Flexibilizar é preciso

No congresso internacional da Iupac surgiu a proposta de reduzir as exigências para determinados produtos de uso mais limitado por serem mais adequados a culturas menores.

O processo de registro atual é tão oneroso que não compensa para produtos de menor uso, e assim um produto melhor acaba sendo substituído por outro pior mas que já está no comércio.

Inversamente houve casos em que determinado produto mostrou características cancerígenas em concentrações próximas a sua proibição. Apesar da recomendação técnica dos profissionais da área, a empresa se valeu do direito que a lei lhe confere e lançou o produto no comércio.

Deve-se lembrar que avaliação por colegiados qualificados é continuamente utilizada nas universidades, nos exames de teses e concursos públicos assim como em outras situações, e tem se mostrado eficaz.

Ao produtor o que é do produtor

É importante inserir o ônus dos problemas com agrotóxicos nos custos da produção, responsabilizando a indústria diretamente pela solução ou recuperação do problema.

Com isso, se uma empresa colocar no mercado um produto poluidor de lençóis d'água, a ela caberá despoluir os aqüíferos contaminados com o produto ou cobrir os custos médicos envolvidos em casos de intoxicação ou enfermidades decorrentes do uso de determinados produtos.

Os agrotóxicos que representem ameaças perderão o interesse para a empresa por seus altos custos, e produtos mais inofensivos serão preferidos. O que não pode acontecer é a transferência dos prejuízos socializando os custos.

Alterar os hábitos

A sustentabilidade da agricultura só pode ocorrer pela introdução das tecnologias chamadas suaves, entre as quais está o controle biológico.

A instituição de um selo de qualidade, como o selo verde, estimularia o agricultor a tornar seu processo produtivo sustentável e seu produto alcançaria maior valor comercial.

A aplicação dos pesticidas talvez possa ser corrigida pela exigência de cursos curtos para aplicadores de agrotóxicos somados a um controle mais eficaz dos receituários agronômicos.

A comunidade científica deve contribuir pesquisando agrotóxicos e procurando alternativas para reduzir o perigo que oferecem.

Em nosso laboratório pesquisamos a distribuição e degradação de pesticidas em nossos solos e comparamos com resultados obtidos em outros solos da região temperada onde há grande acervo de informações. Os resultados iniciais com determinados herbicidas apontam para uma semelhança de comportamento, sugerindo que os fatores predominantes nesses processos são a matéria orgânica do solo e as características granulométricas.

Outros fatores regionais nitidamente distintos em nosso solos como o alto teor de ferro e alumínio possivelmente têm influência menor.

Importância da pesquisa

Se esses resultados forem confirmados, será possível avaliar os problemas de uma região não monitorada com experiências feitas em outras regiões.

Hoje por não termos dados sobre contaminação de lençóis de água no Brasil, tarefa difícil devido às dimensões do país, permitimos o uso de produtos que podem estar contaminando as nossas águas de subsolo em função das características desses produtos, bem conhecidas na literatura internacional. Uma avaliação feita com base em informações previamente selecionadas, segundo a semelhança de comportamento de um produto, evitaria possíveis problemas.

Outra pesquisa em andamento procura meios de reduzir os problemas dos agrotóxicos desenvolvendo uma prática agrícola que promova a biodegradação do produto pela planta; é a chamada fitorremediação.

Pretendemos estudar a possibilidade de incorporação dos pesticidas em ácidos húmicos, polímeros vegetais como celulose, hemicelulose, pectinas e outras, processo chamado de fitoestabilização, que restringe o deslocamento dos pesticidas pelo ambiente reduzindo assim a poluição dos corpos de água e o ar.

Uma função importante da comunidade científica é exercer a função de esclarecer a população e os órgãos fiscalizadores do Estado.

Sustentabilidade e investimento

O que não serve aos interesses da sociedade é manter a situação estática atual convivendo com formas de controle pouco eficientes, permitindo que a questão dos agrotóxicos seja decidida levando em conta somente os interesses econômicos da indústria e dos produtores rurais.

A introdução de uma lógica que garanta um processo dinâmico para suavizar os métodos de controle de pragas tornará possível alcançar gradativamente a desejada sustentabilidade agrícola.

É bom lembrar que "agricultura sustentável" é modernidade, e para alcançá-la é preciso investir. Sem esse esforço estamos com certeza fadados ao atraso, comprometendo nosso futuro com altos custos econômicos e sociais.

Tomaz Langenbach é do Instituto de Microbiologia Prof. Paulo de Góes, UFRJ, Centro de Ciências da Saúde, Bloco I, Ilha do Fundão, Rio de Janeiro, RJ.

Mercado futuro

Álcool transparente

O primeiro mercado futuro de álcool anidro revela expectativas e informações capazes de iluminar as efetivas relações do mercado

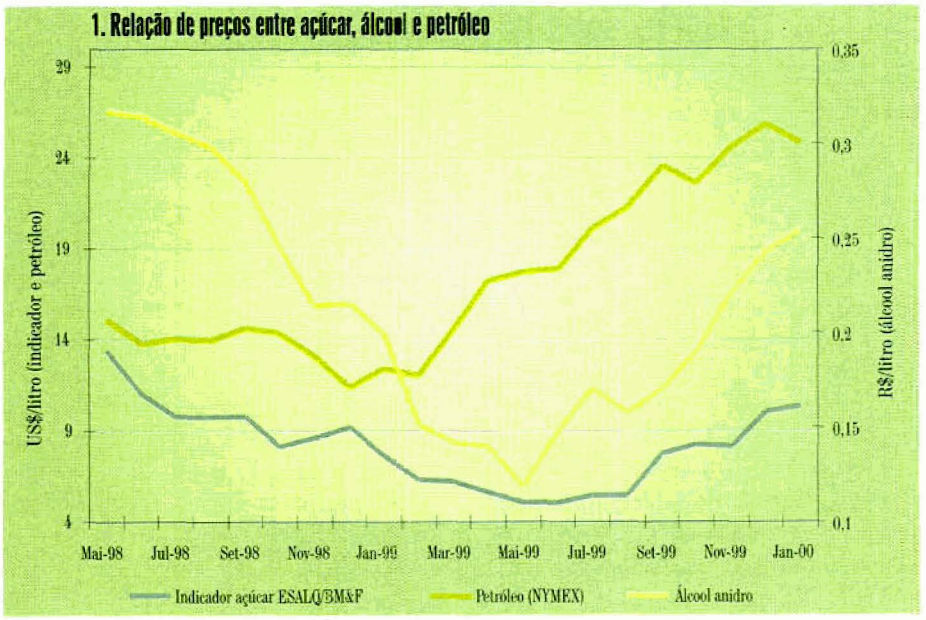
FÉLIX SCHOUCHANA
CARLOS ALBERTO WIDONSK
FABIANA S. PEROBELLI

Começou no fim de março o contrato futuro de álcool anidro carburante na BM&F e algumas relações começam a ser analisadas à luz das muitas informações disponíveis sobre esse mercado. Uma delas é a projeção dos preços do álcool para o futuro, refletindo de maneira transparente pela primeira vez no Brasil e no mundo as expectativas do mercado.

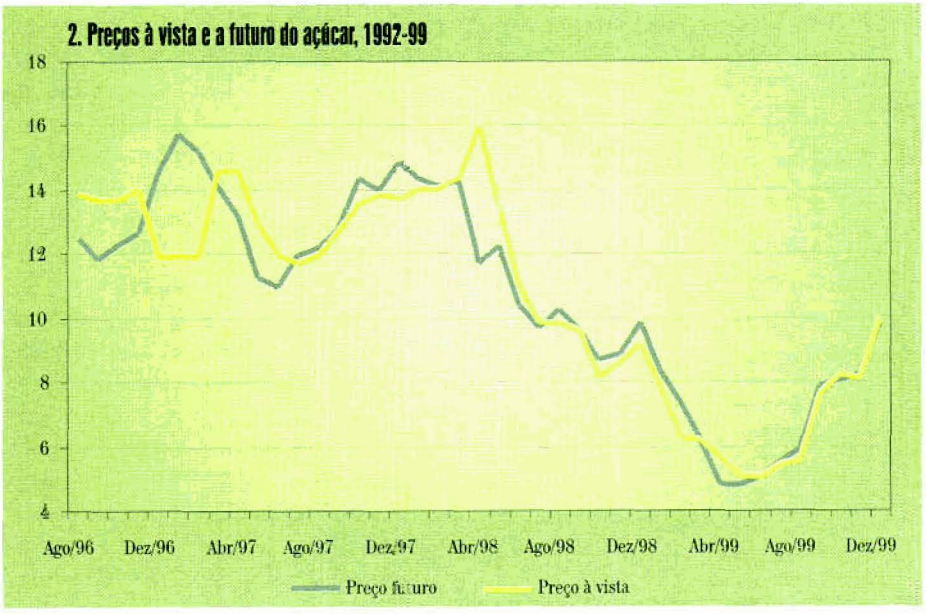
Primeiras operações

Em seu primeiro dia de negociação, o mercado sinalizou um preço de R$390,00 por metro cúbico para vencimento em agosto próximo e de R$400,00 para outubro. O volume negociado, de 837 lotes, correspondente a cerca de 25 milhões de litros, mostrou boa liquidez, já que o consumo diário brasileiro é de 38 milhões de litros. No pre-

1. Relação de preços entre açúcar, álcool e petróleo



2. Preços à vista e a futuro do açúcar, 1992-99



gão seguinte, o mercado abriu o vencimento de março do próximo ano, sinalizando um preço de entressafra de R$400,00 por metro cúbico.

O produtor procura maximizar seu lucro ao vender açúcar ou álcool anidro (misturado à gasolina nas distribuidoras) e/ou o hidratado (direto no motor a álcool). Com os preços a futuro do álcool e do açúcar na BM&F, ele passa a ter parâmetros para avaliar qual a melhor opção do ponto de vista econômico.

Paridade técnica

As unidades produtoras trabalham com o conceito de ATR (açúcares totais redutores), que informa a quantidade de sacarose que pode ser transformada em açúcar e/ou álcool a partir de uma quantidade de cana-de-açúcar. Assim, por exemplo:

ATR = 1,0495 açúcar
ATR = 1,8169 álcool anidro
ATR = 1,7409 álcool hidratado

Essa é uma paridade técnica, ou seja, mil litros de álcool anidro ($1m^3$) equivalem a 577,6kg de açúcar. A paridade técnica baliza a paridade econômica, conforme se vê no gráfico, onde a correlação de preços de açúcar e álcool é elevada (0,9137), e fraca entre álcool e petróleo (-0,17667).

Pode-se conferir se no momento atual os preços à vista e futuro do açúcar e do álcool guardam relação com a paridade técnica. O preço à vista do açúcar no mercado interno em 31 de março passado foi de R$17,64/saca de 50kg; o preço à vista do álcool anidro no leilão de 30 de março foi de R$400,00/metro cúbico.

Com 577,6kg de açúcar ao preço de R$0,3528/kg, tem-se uma receita de R$203,78 – inferior portanto à de R$400,00 obtidos com o álcool. Dessa forma, o preço atual do álcool reflete um valor econômico acima da paridade com o açúcar, ou seja, é melhor para o produtor vender álcool do que açúcar.

Outros casos

Aqui se tomou o preço do açúcar posto município de São Paulo e do álcool posto município de Paulínia. Portanto, não foi considerado o preço FOB usina.

No mercado futuro, vencimento agosto de 2000, o preço do açúcar foi negociado em 31 de março a US$7,25/saca, ou R$13,07/saca, e o álcool a R$390,00/metro cúbico. A receita do açúcar, com 577,6kg, seria de R$150,98, portanto inferior à de R$390,00/metro cúbico de álcool. Nesse caso, o álcool também está acima de sua paridade econômica em relação ao açúcar.

Sabe-se da influência do preço da gasolina sobre o do álcool, uma vez que a elevação do preço da gasolina tende a elevar o do álcool, aumentando a demanda de conversão de veículos a álcool ou o próprio consumo da frota existente. Se a demanda de álcool se mostrar firme, durante a safra pode haver mais cana destinada à produção de álcool do que à de açúcar, de forma que o preço do açúcar aumentará até encontrar a paridade. Ou

O produtor também pode melhorar a administração de seu fluxo de caixa vendendo à vista e comprando futuro, se tiver a percepção (e os preços futuros podem refletir esse quadro) de aumento de preços e necessitar fazer caixa no curto prazo.

um arbitrador poderá comprar açúcar e vender álcool na BM&F, na expectativa de que o preço entre ambos se estreite.

Em 4 de abril deste ano foram negociados contratos de álcool na BM&F para os vencimentos agosto, outubro e dezembro de 2000 e março de 2001. Em breve os contratos de açúcar serão abertos também para dezembro 2000 e março 2001, e aí poderemos observar em que nível estarão os preços em relação à paridade técnica para todos esses vencimentos, abrindo oportunidades interessantes de operações no mercado futuro.

Volatilidade do preço à vista de commodities selecionadas

Maio de 1998 a janeiro de 2000

Álcool anidro	Açúcar	Algodão	Boi	Soja
0,121351	0,136349	0,051686	0,072786	0,054366

Instrumento de proteção

Uma importante função do mercado futuro é a de servir de instrumento de proteção contra oscilações de preço. Ao vender um contrato futuro, o produtor fixa um preço de venda que lhe garante receita e margem de lucro determinadas. Agora, o produtor pode não só fixar seu preço de açúcar, pois já existe o contrato de açúcar na BM&F desde 1995, como também pode fixar seu preço de venda do álcool.

Da mesma forma os contratos com os fornecedores de cana poderão ser balizados pelo preço do açúcar e do álcool em bolsa. O comprador desse produto fixa um preço de compra, protegendo-se contra uma alta indesejada no custo de sua matéria-prima.

O produtor também pode melhorar a administração de seu fluxo de caixa vendendo à vista e comprando futuro, se tiver a percepção (e os preços futuros podem refletir esse quadro) de aumento de preços e necessitar fazer caixa no curto prazo.

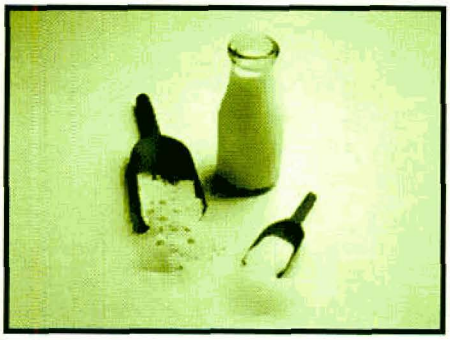
Dados decisivos

Outro dado relevante é que o mercado futuro permite melhor administração do custo de carrego do produto negociado ao longo da safra e entressafra. Por exemplo, se o preço na entressafra não cobre o custo de armazenagem e a taxa de juros de mercado, desde a safra até a entressafra, o produtor irá vender mais álcool na safra e não carregará o produto até a entressafra, o que se traduz em escassez. O preço tenderá a ser arbitrado (venda à vista e compra a futuro a uma taxa de juros abaixo do mercado), até o preço se ajustar a um nível maior, para que não haja falta do produto.

No caso do açúcar o ajuste é mais fácil que para o álcool, já que a exportação de álcool é marginal. É verdade que os arbitradores vêm ganhando com a compra de açúcar na safra e a venda a futuro na entressafra, já que a diferença de preços entre ambos é maior do que a taxa de juros de mercado, conforme se vê no gráfico 2.

Outra contribuição do contrato futuro de álcool é a melhor comercialização e financiamento da atividade pela administração de contratos, em que em vez de se praticarem preços fixos, com risco de inadimplência, podem-se praticar preços a fixar contra o preço da bolsa, transferindo o foco da disputa entre as partes para o mercado futuro.

O produtor ganha parâmetros para avaliar a melhor opção de lucro com a decisão de vender açúcar para o mercado interno e/ou externo, e vender álcool anidro (misturado à gasolina nas distribuidoras) e/ou o hidratado (direto no motor a álcool).



O uso de contratos futuros como colaterais de financiamentos ainda não está difundido no Brasil, mas é uma importante garantia nos financiamentos que deve ser estimulada pelo sistema financeiro nacional, sobretudo por termos ainda altas taxas de juros.

Contrato pioneiro

O uso da CPR poderá contemplar também o açúcar e o álcool, pois existindo o mercado futuro fica mais seguro para o financiador desse certificado fixar uma taxa de juros. O emitente da CPR se compromete a entregar uma quantidade de açúcar e álcool para o comprador, que antecipa o recurso, na forma de dinheiro ou de insumos, para o produtor. O financiador/comprador da CPR compra o álcool e/ou açúcar e simultaneamente vende a futuro, fixando sua taxa de juros.

No vencimento, o produtor deve entregar ou a mercadoria objeto da CPR – se a CPR for com entrega física e o comprador quiser receber o produto – ou o dinheiro equivalente àquela mesma quantidade ao preço observado no vencimento, se for CPR com liquidação financeira. Nessa última é importante que a referência de preço seja a do vencimento do contrato futuro, e que se mantenha a equivalência-produto, de forma a não onerar o produtor.

O grande desafio do contrato de álcool, como de qualquer contrato negociado em bolsa, será o da liquidez, ou seja, se haverá um volume diário de negócios capaz de permitir aos agentes entrar e sair a qualquer momento com um grande volume de contratos, sem afetar o nível dos preços. Essa é uma condição essencial para o sucesso de um contrato.

Esse contrato de energia é o primeiro no mundo; não há concorrência de outras bolsas. No entanto, se o contrato surgir em outro país, abrirá a possibilidade de arbitragens, onde se compra (ou se vende) na bolsa com preço mais baixo (ou mais alto) e se vende na de preço mais alto, visando ganhar com a diminuição ou aumento das diferenças de preços.

O mercado futuro tem por função econômica atender a uma necessidade de proteção contra a oscilação dos preços para esse mercado, e como o álcool tem uma elevada volatilidade (tabela), espera-se que atraia também os tomadores de risco.

Félix Schouchana é chefe do Departamento Agropecuário da BM&F; Carlos Alberto Widonsk é consultor da BM&F e Fabiana S. Perobelli é economista da BM&F.

Transações virtuais

O mecanismo privado de financiamento e comercialização da produção oferece cobertura plena aos investimentos

AFONSO CELSO BERTUCCI

Este é o primeiro de quatro trabalhos destacando os pontos cruciais de relacionamento integrado dos elementos da cadeia do agronegócio por meio dos recursos de teleinformática, objetivando o fluxo contínuo de recursos do mercado de capitais para os contratos agrícolas representativos de produtos em desenvolvimento no campo (CPR – cédula do produto rural) e *warrants* (certificado de produtos depositados em unidades armazenadoras). O mecanismo visa oferecer cobertura plena aos investimentos agrícolas na produção ao mesmo tempo em que satisfaz os requisitos dos investidores no que tange a padronização, liquidez e, principalmente, garantias financeiras líquidas, certas e imediatas dos contratos.

Justiça lenta

De sustentação jurídica satisfatória para o contexto judiciário brasileiro, a CPR constitui instrumento de lei, com registro em cartório de imóveis e no Cetip, caracterizando o emitente como fiel depositário e o endosso eletrônico quanto à troca de titularidade, tornando claras as ações jurídicas de cobrança.

Os demais instrumentos financeiros e o processo adotado nos EUA esbarram na lentidão da justiça brasileira, em caso de cobrança, por demandar longos processos de execução que inibem os investimentos privados.

A prática de emissão de contratos nos EUA ocorre justamente pelo pragmatismo da justiça local quanto à proteção de suas instituições financeiras, tendo o capital como escala competitiva indutora de uma vanguarda econômica.

O investimento agrícola no Brasil carrega o protecionismo e o paternalismo dos senhores de engenho e barões do café, substituído atualmente pela proteção estatal, que, por sua vez, induz risco moral pela pouca eficácia na cobrança dos créditos liberados especialmente para os recursos oficiais de financiamento do custeio.

Seguro garantia como saída

A credibilidade atual recai sobre o sistema financeiro privado, único capaz de suprir as necessidades de garantia dos contratos que, do ponto de vista do investidor, só existe por aval ou por meio do seguro garantia. O primeiro apresenta dificuldades naturais pela exigência cadastral que filtra a grande parte dos produtores, ao mesmo tempo em que os associa às operações integradas de cadeias de produção tendo os *traders* como os elementos aglutinadores.

Por outro lado, os bancos ainda sofrem restrições impostas pelo acordo de Basiléia, segundo o qual o valor avalizado contabiliza-se no passivo, inibindo outras formas de aplicação.

A saída aponta para a difusão do seguro garantia voltado para o investidor com o suporte do seguro agrícola, vida e penhor para a proteção do produtor, especialmente para eventos climáticos e biológicos.

As operações securitárias, pela sua própria natureza, aceitam os sinistros dentro de estudos probabilísticos controlados, possibilitando a filtragem dos produtores emitentes em termos técnicos e de comportamento moral.

Padronização: condição básica

A padronização dos produtos, exigência dos investidores, embute em sua definição requisitos de rastreabilidade, vital para atuação em mercados diferenciados por consumidores exigentes, com reflexos em toda a cadeia de produção, desde a produção de insumos agrícolas, especialmente cultivares e agroquímicos, passando pelas técnicas de produção agrícola, armazenagem, transporte, industrialização e distribuição.

O requisito inicial se concentra na previsibilidade da classificação a ser atingida – conjunção de fatores técnicos e de rastreabilidade como forma de orientar as ações mercadológicas de toda a cadeia.

Os centros de pesquisa das principais universidades agrícolas nacionais constituem o fórum para o desenvolvimento dessas tarefas, identificando e definindo dinamicamente os parâmetros de qualidade do mercado, em associação com a cadeia de agronegócios e sua incorporação às técnicas produtivas.

A padronização, refletida já na numeração dos contratos identificando diversas classificações, e os critérios de entrega, atomização em quantidades, padrões de comercialização, datas e locais agilizam a arbitragem do investidor.

Giro das aplicações

A liquidez dos contratos obedece sempre a uma seqüência crescente, em função do

entendimento do projeto por todos os membros. Inicialmente o investidor, enquanto produtor, tem como custear sua lavoura sem recorrer a recursos próprios ou a quaisquer formas de empréstimo pela venda antecipada de produtos através do mecanismo de CPR. Ele pode utilizar a troca da titularidade das CPRs com a indústria de sementes, fertilizantes e agroquímicos e uma quantidade em espécie para fazer frente aos gastos com pessoal, manutenção de máquinas e combustíveis.

Garantido o cumprimento dos contratos, os titulares podem a cada momento oferecê-los aos *traders*, que desejam, em maior ou menor escala, antecipar suas compras; ou – pela garantia de um preço de compra futura – oferecer os títulos como garantia aos fundos de *commodities*, segundo a competitividade do mercado financeiro.

Esse mecanismo inicial de garantia de preço futuro induz finalmente o entendimento claro dos mercados de *hedge* e as opções cruciais para a fixação da tendência de preços que, em última análise, tornam-se o principal indicador do planejamento de toda a atividade agrícola por refletir os anseios futuros de consumo da comunidade mundial.

A PRÁTICA DE EMISSÃO DE contratos nos EUA se deve justamente ao pragmatismo da justiça local quanto à proteção de suas instituições financeiras, tendo o capital como escala competitiva indutora de uma vanguarda econômica.

Entendidos esses mecanismos alicerçados pelo mercado físico garantido por seguro, o giro financeiro de aplicações assumirá proporções definitivas, especialmente no país onde a cadeia de agronegócios reflete 40,5% do PIB.

SISTEMA DE CONTROLE

O suporte tecnológico de processamento e comunicação de dados vem sendo desenvolvido e operacionalizado pela Finagro, compreendendo um sistema para controle de padronização e rastreabilidade agrícola. O sistema trata especialmente da operação em massa do seguro agrícola pelos centros de pesquisa; da padronização e treinamento pelas empresas de planejamento agrícola; da adequação de técnicas produtivas entre produtores e unidades armazenadoras e receptoras de produtos.

O sistema disponibiliza ainda uma forma eletrônica de colocação de ofertas de compra e venda dos ativos, integrando os membros do mercado através de corretores credenciados e balizando os preços físicos como suporte a operações de *hedge* e opções ou às CPRs com liquidação financeira.

Os comentários sobre a implantação de um conjunto de modalidades de seguro que garantam, em última instância, a entrega física dos produtos serão tema da próxima edição. Na terceira etapa desta série analisaremos o reflexo da atuação nos agentes do agronegócio, em especial as cooperativas, indústria de insumos, *traders* e corretores. A quarta desenvolverá esquemas de atuação de fundos de investimento em diversas etapas da consolidação do modelo.

Afonso Celso Bertucci é engenheiro químico pela UFMG, mestre em Ciências e Tecnologia pela Universidade de Manchester e diretor da Finagro – Companhia Administradora de Negócios Agrícolas do Brasil S.A.

MÃO-DE-OBRA

Conjuntura adversa

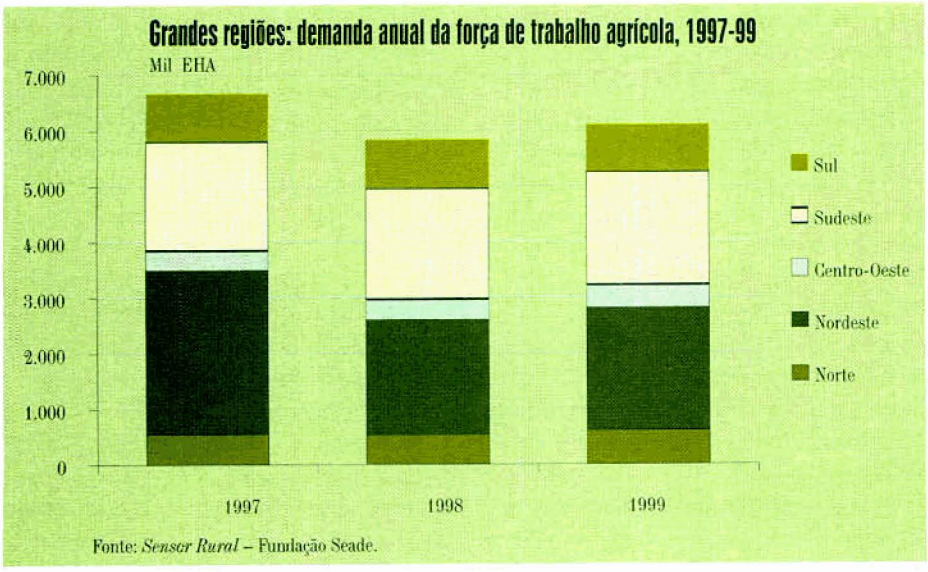
Expectativas desfavoráveis e clima reduzem a demanda de mão-de-obra na agricultura brasileira

WALTER BELIK E OTAVIO VALENTIM BALSADI

O problema do desemprego é o principal foco de atenção de quem acompanha as marchas e contramarchas da economia. A cada mês é grande a expectativa quanto às estatísticas de contratações e demissões nas áreas urbanas, mas pouco se comenta sobre as questões de emprego no campo, porque são poucas as informações e pesquisas conjunturais sobre o tema na agricultura.

ESTATÍSTICAS

Periodicamente, a Fundação Seade divulga o retrospecto e estimativas para a evolução da demanda de mão-de-obra na agricultura paulista e brasileira através do boletim quadrimestral *Sensor Rural*.* As fontes de dados primários para a realização das estimativas são os levantamentos de safra do LSPA-IBGE para o Brasil e do IEA/Cati para as culturas no estado de São Paulo, além dos coeficientes técnicos de absorção de mão-de-obra por cultura. Com base nessas informações, pode-se construir um panorama do emprego na agricultura brasileira no período 1997-99.



Fonte: *Sensor Rural* – Fundação Seade.

Demanda da força de trabalho agrícola anual das principais culturas

Estado de São Paulo e do Brasil – 1997-99

Regiões/culturas	EHA			1999	Variação
	1997	1998	1999	(%)	1997-99 (%)
Estado de São Paulo	713.277	738.363	733.991	100	2,9
Cana-de-açúcar	233.049	231.449	219.406	29,9	-5,9
Café	109.370	117.423	122.765	16,7	12,2
Laranja	92.212	93.860	94.376	12,9	2,3
Olerícolas	74.073	78.644	79.041	10,8	6,7
Eucalipto	29.296	29.220	30.994	4,2	5,8
Demais culturas	175.277	187.767	187.409	25,5	6,9
Brasil	6.660.084	5.826.081	6.087.506	100	-8,6
Café	1.011.634	1.053.245	1.096.312	18	8,4
Milho	1.147.255	804.378	924.032	15,2	-19,5
Mandioca	843.386	617.135	610.044	10	-27,7
Cana-de-açúcar	607.089	598.945	575.993	9,5	-5,1
Arroz	611.414	493.374	566.919	9,3	-7,3
Feijão	545.678	366.742	468.308	7,7	-14,2
Demais culturas	1.893.628	1.892.262	1.845.898	30,3	-2,5

Fonte: Fundação Seade.
EHA= equivalentes-homens-ano.

No fim de 1999 havia demanda de 6.087.506 equivalentes-homens-ano (EHA) no Brasil e de 733.991 em São Paulo (tabela). Enquanto no Brasil houve redução de 8,6% na demanda de mão-de-obra agrícola, o quadro foi oposto em São Paulo, com um crescimento de 2,9%, tomando-se como base o triênio 1997-99. A explicação para esse desempenho diferenciado está na composição da produção paulista e brasileira, além da seca no Nordeste em 1998.

A agricultura brasileira é muito dependente de grãos e oleaginosas, que respondem por cerca de 70% da área total cultivada e por 40% da demanda de mão-de-obra. Em São Paulo, a maior participação é de outras atividades (grãos e oleaginosas respondem por 30% da área e por, aproximadamente, 10% da demanda de mão-de-obra). Entre 1997 e 1998 houve redução de quase 3 milhões de hectares na área total cultivada com grãos e oleaginosas no Brasil.

Dados de São Paulo

Em São Paulo, as cinco principais culturas em termos de ocupação de mão-de-obra são cana-de-açúcar, café, laranja, olerícolas e eucalipto. A demanda de mão-de-obra para essas lavouras somou quase 75% do total na agricultura paulista em 1999. Para o Brasil, as principais culturas demandantes de mão-de-obra são café, milho, mandioca, cana-de-açúcar, arroz e feijão, que representaram cerca de 70% dessa demanda em nossa agricultura no ano que passou.

Particularmente para o caso paulista, a queda na demanda de mão-de-obra na cana-de-açúcar (-5,9%) foi largamente compensada por um aumento da demanda no café (12,2%) e nas olerícolas (6,7%) principalmente.

No caso da laranja (crescimento de 2,3% no período considerado), é preciso considerar que, em 1999, muitos colhedores não foram contratados porque, diante do excesso de suco concentrado estocado e da baixa remuneração da caixa de laranja, muitos pomares não foram colhidos.

Para o Brasil como um todo, o crescimento na demanda de mão-de-obra no café (8,6%) foi insuficiente para compensar as quedas generalizadas nas demais culturas, especialmente no milho (-19,5%), na mandioca (-27,7%) e no feijão (-14,2%), castigados pela seca nordestina.

Preços mais baixos

Sob todos os aspectos, a agricultura brasileira teve problemas em 1998. Houve uma redução no nível de preços no mercado externo e no doméstico. No exterior, particularmente, houve queda significativa nos preços das *commodities* em relação ao que havia ocorrido no ano anterior, quebrando-se as expectativas de renda favorável para 1998.

Especificamente a cultura da soja foi muito afetada pelos preços baixos no exterior. Mas de modo geral quase todos os produtos agrícolas exportáveis passaram por momentos difíceis, devido ao câmbio desfavorável para a exportação e a concorrência cada vez mais acentuada de produtos importados.

No mercado interno as dificuldades decorrentes da gestão macroeconômica recessiva levaram a uma redução na demanda de gêneros alimentícios e conseqüentemente a uma queda nos preços domésticos.

O clima também não colaborou em 1998. O excesso de chuvas no Centro-Sul e a seca no Nordeste foram fatores decisivos para reduzir a produção.

Por último, há o descontentamento dos agricultores com o baixo volume de recursos colocados à disposição do crédito no início do ano, o que levou a reduções na área

de plantio e na utilização de insumos modernos. Era previsível que a agricultura fechasse o ano civil de 1998 com números bastante desfavoráveis.

Sinais de melhora

As expectativas para a agricultura começaram a melhorar a partir do segundo semestre de 1998, com uma reversão dos indicadores negativos observados no início do ano. Em setembro e outubro daquele ano, os preços de importantes produtos agrícolas como café, soja, laranja e milho começaram a reagir e o governo anunciou maior disponibilidade de recursos para financiar a safra de verão do Centro-Sul.

Essa reversão nas expectativas resultou em aumentos nas áreas cultivadas e também na utilização de insumos, propiciando uma excelente colheita de grãos em 1999 (82,4 milhões de toneladas, segundo dados do IBGE). A recuperação elevou o nível de emprego agrícola, embora ainda abaixo do observado em 1997.

Diferenças regionais

As estimativas da demanda de força de trabalho das culturas indicam que o impacto dos problemas ocorridos na agricultura brasileira foi diferenciado por região.

Os maiores impactos foram verificados na região Nordeste, cuja área cultivada com lavouras sofreu redução de 31,3% entre 1997 e 1998 em decorrência dos problemas climáticos (seca). Embora a área de lavouras nordestina tenha crescido novamente em 1999 (12,9%), o resultado final para o triênio foi uma queda de 22,4%.

Apesar do excesso de chuvas no mesmo período nas regiões Sudeste e Sul, não se verificou nenhuma queda dessa magnitude nas áreas cultivadas das principais culturas nessas regiões.

Pode-se perceber que a redução nas áreas cultivadas do Nordeste puxou para baixo a demanda de força de trabalho no Brasil, dada a importância da região no emprego agrícola (gráfico). No balanço do triênio, houve uma redução geral para o Brasil de 8,6% na demanda de força de trabalho, sendo a maior queda a do Nordeste, com uma diminuição de 25,3%. Outra queda foi detectada na região Sul, com o declínio da área cultivada em decorrência dos problemas enfrentados pelas culturas do trigo e do milho.

O bom desempenho da região Norte foi determinado pela recuperação de culturas tradicionais importantes (juta, guaraná e pimenta-do-reino) e pela expansão do café no estado de Rondônia, que atualmente é um dos principais produtores nacionais.

O crescimento da demanda no Centro-Oeste deveu-se, principalmente, à expansão das culturas de algodão e soja. A cultura do algodão está recebendo fortes incentivos do governo do Mato Grosso, de tal forma que atualmente o estado é um dos maiores produtores brasileiros.

O aumento da demanda de mão-de-obra no Sudeste pode ser creditado, em boa medida, ao bom desempenho da cultura do café, pois três dos principais estados produtores (Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo) estão nessa região.

Walter Belik é professor do Instituto de Economia da Unicamp; Otavio Valentim Balsadi é analista da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade).

*A série toda do *Sensor Rural*, com 10 números publicados desde novembro de 1996, pode ser consultada na *home page* da Fundação Seade (www.seade.gov.br).

Recursos Humanos

Tudo para dar certo

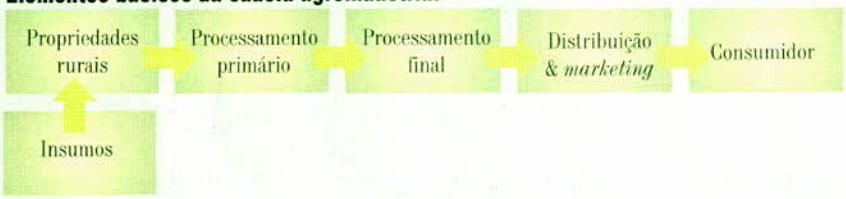
Renovado, o agronegócio brasileiro precisa de recursos humanos à altura de sua potencialidade

CARLOS ANTONIO MOREIRA LEITE

Não é novidade que o agronegócio brasileiro, a cada ano, vem conquistando o maior valor agregado. As cifras das estatísticas oficiais demonstraram, no ano passado, uma contribuição líquida do agronegócio para o balanço de pagamentos da ordem de US$13,5 bilhões. Para 2000, espera-se alcançar entre US$15 e US$16 bilhões.

As opiniões sobre o desenvolvimento do agronegócio brasileiro em artigos científicos, jornais e revistas são encorajadoras. E o que é melhor: segundo grandes empresários, a preocupação com a qualidade dos produtos domésticos é uma promessa firme de que conseguiremos atingir os mercados mais exigentes do mundo.

Elementos básicos da cadeia agroindustrial



Cadeia agroindustrial

É óbvio que o produto final para o consumidor é resultado da interação dos vários agentes da cadeia produtiva. A cada dia a qualidade ocupa maior espaço nas funções de utilidade dos consumidores.

As drásticas mudanças que presenciamos em todas as sociedades estão representadas nos fantásticos avanços da comunicação, do transporte e das tecnologias de produção, o que vem criar novas oportunidades para os produtores e novos agronegócios para as comunidades rurais.

Essas mudanças pressionam as cadeias agropecuárias em direção a patamares mais eficientes e mais difíceis de atingir. Em primeiro lugar, na sociedade globalizada não haverá reserva de mercados; todos os mercados passarão a competir de maneira imperfeita e até os nichos e consumidores tradicionais terão menos lealdade às marcas, passando para produtos de qualidade certificada, semelhantes ou melhores. Em segundo lugar, o diferencial de preços ocupará papel de destaque nos contratos, que ficarão mais volumosos e terão entrega programada nos moldes *just in time*.

Novas tecnologias

As mudanças que se consolidam no setor industrial de todo o mundo já começam a alterar as engrenagens do agronegócio brasileiro. Por isso é primordial que elas sejam implementadas de maneira que nada se perca em toda a cadeia. São bilhões de dólares de produtos e serviços da economia brasileira que ficam na berlinda. A agilidade de resposta do mercado financeiro e do setor produtor de matérias-primas é indispensável para suportar as mudanças promovidas pelas novas engrenagens.

Mas é preciso investir em duas áreas que requerem algum tempo de ajustamento, se quisermos garantir elos fortes nas cadeias produtivas: a formação de pesquisadores e gestores do agronegócio.

Há uma expressiva demanda de pesquisadores para o agronegócio brasileiro. Todas as áreas da ciência associadas ao agronegócio carecem de tecnologia, desde os aspectos biológicos simples até a oferta de *softwares* de controle da cadeia e interface com outras cadeias produtivas.



A formação de pesquisadores no Brasil tem sido responsabilidade quase exclusiva do governo. A corrida pelo poder da ciência também precisa do apoio do setor privado, seu primeiro beneficiário. Requerido para o novo agronegócio, o pesquisador deverá ter formação holística, entender os processos envolvidos e a necessidade premente de operar com custos mínimos e apresentar respostas em tempo recorde.

Gestão inovadora

Empreendedor dinâmico, o gestor para o novo agronegócio deverá apresentar características bem distintas dos atuais profissionais no mercado. Precisa apreender o agronegócio como um todo e flexibilizar as fronteiras de sua atuação, buscando constantemente novos mercados.

Uma das primeiras iniciativas para a formação desse profissional se deu na Universidade Federal de Viçosa, que já formou centenas de profissionais para o agronegócio; criou inúmeras variedades de produtos (café, soja, tomate, milho etc.), tecnologias reconhecidamente importantes e investe hoje na formação de profissionais em gestão do agronegócio.

As drásticas mudanças que presenciamos em todas as sociedades estão representadas nos fantásticos avanços da comunicação, do transporte e das tecnologias de produção, criando novas oportunidades para os produtores e novos agronegócios para as comunidades rurais.

A formação desse profissional inclui sólidos conhecimentos de micro e macroeconomia, administração de empresas, informática, pesquisa operacional, gestão da qualidade, *marketing* etc. Deve também conhecer suficientemente as cadeias produtivas para que possa atuar em qualquer de seus segmentos, além de estar preparado para avançar em estudos de pós-graduação e atuar em pesquisa do agronegócio.

Há oportunidades de treinamento em agronegócio nos diversos centros de economia e economia rural no Brasil. O momento é propício para avaliar o treinamento tradicional e as novas demandas das cadeias agroindustriais, renovando a dinâmica do agronegócio brasileiro.

Ao setor privado – produtores de insumos e serviços, industriais, exportadores, cadeias varejistas – compete abraçar a parceria no investimento e na formação de pesquisadores e gestores do agronegócio. Há muitos anos essa parceria está formada nos países desenvolvidos.

A formação de recursos humanos não se limita à pós-graduação, mas traduz uma oportunidade de conquista de eficiência de todo o agronegócio: maior competitividade e ampliação da geração de empregos, desde trabalhadores analfabetos até pesquisadores científicos; aumento da renda interna e contribuição cada vez maior para o balanço de pagamentos do país.

Carlos Antonio Moreira Leite é professor titular da Universidade Federal de Viçosa, coordenador do curso Gestão do Agronegócio. E-mail: caml@mail.ufv.br

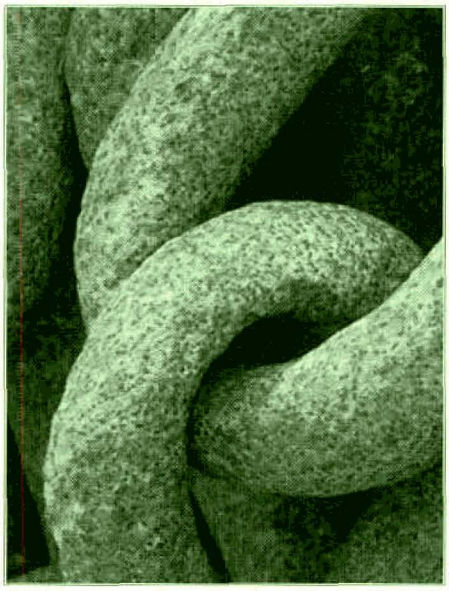
Ilusões perdidas

O adeus ao Freedom to Farm não significa redução do intervencionismo estatal ou do protecionismo no setor rural dos EUA

FATIMA CARDOSO E ANDRÉ PESSOA

Bastaram três anos de preços baixos para acabar com a ilusão do Freedom to Farm. Os ideais liberalizantes que motivaram a reforma da política agrícola dos EUA em 1996 nunca estiveram tão desacreditados. Agricultores, parlamentares, economistas e até o presidente Bill Clinton dizem que o Fair Act (Federal Agriculture Improvement and Reform Act, também chamado de Freedom to Farm Act) não atingiu seus objetivos.

Os defensores da mudança prometiam, em contrapartida à redução da interferência do Estado na agricultura, a abertura de novos mercados para a agroindústria norte-americana. Não foi o que aconteceu. A competição pelos mercados mundiais se acirrou e os preços desabaram para os níveis mais baixos dos últimos 20 anos.



INTERVENÇÃO ESTATAL

A insatisfação com o Freedom to Farm chegou às manchetes dos jornais em fevereiro, quando mais de 2 mil fazendeiros tomaram as ruas em frente ao Capitólio, em Washington. O *Wall Street Journal* considerou a passeata a maior demonstração de agricultores dos últimos 20 anos. Representantes de mais 40 estados vieram à capital norte-americana para pressionar os parlamentares republicanos a aprovarem o projeto do governo Clinton de ampliar a rede de sustentação oficial aos agricultores e reforçar a legislação antitruste para o setor.

Se havia alguma esperança de que o Freedom to Farm pudesse diminuir o intervencionismo na agricultura, um novo projeto do governo Clinton - o Farm Safety Net (rede de segurança para a agricultura) - indica que o Estado vai continuar determinando o desempenho do setor.

Os US$15 bilhões de ajuda adicional dados aos agricultores norte-americanos nos últimos dois anos (US$6 bilhões em 1998 e US$9 bilhões em 1999) já haviam colocado o Freedom to Farm sob suspeita. Como esse dinheiro foi considerado insuficiente para solucionar a crise na área rural, o presidente Clinton enviou ao Congresso um amplo projeto "para evitar a necessidade de novas ajudas emergenciais".

CRITÉRIOS DE PROTECIONISMO

O secretário da Agricultura dos EUA, Dan Glickman, tem enfatizado que não pretende reescrever o Farm Bill de 1996, mas "melhorá-lo". Mas em seu discurso de abertura do Outlook Forum do Usda, em 24 de fevereiro último, Glickman defendeu uma nova política agrícola para o país. Ele destacou a necessidade de criar uma nova política para entrar em vigor em 2002, quando devem ser totalmente eliminados os pagamentos para o suporte de preços de *commodities* como soja, milho e trigo. O Farm Bill de 1996 estabeleceu uma regra de transição para esses pagamentos de 96 a 2002, o Agricultural Market Transition Act (Amta).

Glickman sustenta que o Farm Safety Net estabelecerá novos critérios de ajuda aos agricultores. Segundo ele, é preciso definir novos mecanismos de assistência "para que o governo possa consertar os vazamentos do telhado antes de começar a chover". A novidade agora é que, ao invés de garantir preços, o governo norte-americano fala em garantir renda. O projeto prevê bilhões de dólares em ajuda para os próximos dois anos. "Os pagamentos podem crescer ou diminuir de acordo com o que acontecer com a renda rural, e os menores produtores serão priorizados", diz ele.

Mas, nas palavras do próprio Glickman, 98% dos produtores que hoje recebem os pagamentos para suporte de preços (aqueles previstos no período de transição do Farm Bill de 1996) têm o perfil para receber a ajuda do Safety Net. E mais: os pagamentos serão somados, como aconteceu nas ajudas emergenciais. Aprovado no Congresso, os agricultores americanos poderão con-

tar com mais um cheque do governo para os próximos dois anos.

Preservação rural

No total, o Farm Safety Net prevê um acréscimo de US$11 bilhões nos orçamentos agrícolas de 2000 a 2002. A proposta enviada ao Congresso contém quatro metas básicas: complementar os pagamentos do Farm Bill de 1996 através de um programa de garantia de renda, o chamado Supplementary Income Assistance Program; ampliar os benefícios para a proteção ambiental, com pagamentos para conservação do meio ambiente; melhorar os instrumentos de administração de risco para a agricultura, por meio da reforma do programa de seguro agrícola; expansão das oportunidades na economia rural.

O projeto do governo Clinton se encaixa perfeitamente dentro da tendência de renovação do protecionismo na agricultura, já apontada pelos debates que culminaram no fracasso da reunião da Organização Mundial do Comércio em Seattle, no ano passado. O tema do livre mercado foi substituído pela idéia da preservação do ambiente rural.

O projeto destaca a necessidade de manter a autonomia dos agricultores norte-americanos para decidir o que plantar e a redução das barreiras para o comércio mundial. Mas, usando outras palavras, reforça a idéia da multifuncionalidade. Ou, como disse o secretário Glickman, a preservação da tradição rural norte-americana.

Representantes de mais 40 estados vieram à capital norte-americana para pressionar os parlamentares republicanos a aprovarem o projeto do governo Clinton de ampliar a rede de sustentação oficial aos agricultores e reforçar a legislação antitruste para o setor.

Argumento de segunda mão

No caso dos Estados Unidos, os defensores do protecionismo têm um aliado a mais: o crescimento econômico. Enquanto o Federal Reserve se esforça para reduzir o boom nos mercados financeiros em Wall Street, o Usda prevê mais problemas para o setor agrícola. O trigo e o milho podem cair para os menores preços desde a recessão de meados dos anos 80 e a soja para o patamar de 1970. A renda agrícola, aponta o Usda, deve ter queda de 16% em 2000 para US$49,7 bilhões a menor desde 1986.

Como justificar esse cenário com o país registrando o período mais longo de crescimento do PIB desde a Segunda Guerra Mundial? Ironicamente, um dos argumentos a favor do Freedom to Farm em 1996 era exatamente dar maior liberdade aos agricultores para que eles também capitalizassem o *boom* econômico já em curso na época. Como não foi o que aconteceu, o argumento serve agora para a defesa do intervencionismo.

Fatima Cardoso é jornalista, editora do AgroCast (www.agrocast.com.br) da Agência Estado; está cursando um programa de especialização na Universidade da Califórnia, EUA. André Pessoa é engenheiro agrônomo pela UFV-MG, mestre em Economia Agrícola pela Esalq/USP, especialista em negócios internacionais pela Universidade da Califórnia, Berkeley e diretor da empresa de consultoria Agroconsult.

Cronologia da política agrícola norte-americana

1949 – Agricultural Act — Junto com o Agricultural Adjustment Act, de 1938, esse é o conjunto de leis que definiu o modelo de política agrícola norte-americana até os anos 70. Ainda é a lei básica. As Farm Bills nos anos seguintes são consideradas leis temporárias, embora façam mudanças no Agricultural Act. O Act de 1949 determinou *mandatory support* (uma espécie de preço mínimo) para uma série de produtos, de madeira a mel, passando por leite e batata.

1965 – Food and Agriculture Act.

1970 – Agricultural Act — Foi a legislação que iniciou as mudanças na política de suporte de preços. Farm Bill de três anos, o Act de 1970 diminuiu as restrições de plantio (reformulando o *set-aside*) e determinou um limite anual de pagamento aos produtores (US$55 mil).

1973 - Agriculture and Consumer Protection Act – Farm Bill de quatro anos que adotou *target prices* e *deficiency payments* como o modelo de suporte à renda agrícola, mas tentando diminuir a acumulação de estoques agrícolas. O Congresso reduziu o limite de pagamento anual a cada produtor para US$20 mil. É considerada uma coletânea de leis, pois institui emendas em uma série de programas do Usda.

1977 – Food and Agriculture Act — Também é considerada coletânea de leis. Ampliou os preços de suporte e criou uma série de programas para os produtores de amendoim. Estabeleceu ainda o National Agricultural Research, Extension, and Teaching Policy Act, que fez do Usda o grande responsável pela extensão, pesquisa e educação agropecuária nos EUA.

1981 – Agriculture and Food Act — Farm Bill de quatro anos, que continuou a modificar a política agrícola, reduzindo os preços de suporte para leite e derivados e estabelecendo *target prices* para os anos seguintes.

1985 – Food Security Act — Farm Bill de cinco anos, que novamente reduziu preços de suporte e pagamentos de garantia de renda. Foram feitas mudanças em uma série de programas do Usda, especialmente nos programas de conservação ambiental.

1990 – Food, Agriculture, Conservation and Trade Act (FACT) — Farm Bill também de cinco anos, que ampliou a tendência de uma agricultura mais orientada para o mercado nos EUA. Congelou os *target prices* e ampliou a flexibilidade de plantio.

1996 – Federal Agriculture Improvement and Reform Act (FAIR) — É o Farm Bill que acabou com o suporte de renda para a agricultura norte-americana baseado nos preços agrícolas. Estabeleceu um programa de sete anos de pagamentos fixos baseados no histórico de pagamentos dos anos anteriores. Os produtores passaram a ter liberdade de plantar o que quisessem, pois esses pagamentos não estavam vinculados a determinados limites de área plantada.

2000 – Farm Safety Net — Ainda em discussão no Congresso.

Culturas de alta qualidade

Com o manejo integrado de culturas, o homem escreverá um novo capítulo da produção agrícola no próximo século

CRISTIANO WALTER SIMON

A tendência de racionalizar atividades agrícolas levou os países desenvolvidos a concentrar a produção agrícola em cultivos que permitiam menor intervalo de tempo entre as culturas em rotação, além de priorizar culturas de alta rentabilidade. Na Europa, isso resultou na ampliação do cultivo de cereais em rotação, tendo como conseqüência o aumento da incidência de gramíneas invasoras, além da maior ocorrência de doenças de folhagem em trigo e cevada principalmente. Esse é um exemplo da realidade que o homem enfrenta desde o alvorecer da agricultura em sua luta contra pragas, doenças e pela competição com as plantas daninhas, sempre buscando meios de minimizar as perdas e obter culturas mais sadias com produtividade crescente.

DEFESA VEGETAL

Quanto mais intensivo o sistema de produção maiores os riscos de perdas dessa produção pela ação de diversos organismos. Se a intensificação e a otimização dos métodos de cultivo vêm alcançando aumentos significativos na produção e na produtividade das lavouras, grande parte desse sucesso se deve à defesa vegetal. Grandes mudanças ocorreram nos últimos 30 anos nos países industrializados, palco de importantes inovações.

Na década de 60, era necessário sintetizar cerca de 4 mil compostos e desses apenas um conseguia chegar ao mercado num prazo de avaliação entre quatro e cinco anos. No início da década de 1990 essa proporção passou a um produto comercial para 20 mil sintetizados para um período de avaliação entre oito e 10 anos, significando que as chances de sucesso diminuíram e o tempo de pesquisa e desenvolvimento ampliou-se bastante. Se para empresas que fazem pesquisa básica isso significou um retorno sobre o capital investido muito mais demorado do que no passado, levando muitas delas a rever suas estratégias quanto a permanecer nesse setor de atividade, a contrapartida foi o encaminhamento dos processos de produção para um nível de excelência jamais visto.

O MANEJO INTEGRADO DE PRAGAS (MIP) evoluirá para o manejo integrado de culturas (MIC), que pode ser definido como a produção econômica de culturas de alta qualidade, com prioridade para métodos de cultivo ecologicamente seguros.

MAXIMIZAÇÃO DE RESULTADOS

Mesmo considerando toda a gama de novas tecnologias disponíveis, dificilmente se resolvem os problemas do controle fitossanitário com medidas isoladas ou independentes. A agricultura intensiva praticada nos dias atuais e no futuro necessita integrar todos os métodos disponíveis para a maximização de resultados. E isso é a função primordial do controle integrado de pragas, doenças e plantas invasoras. O objetivo é utilizar todos os fatores que limitem a ocorrência das pragas, a começar por medidas culturais e biológicas, complementando com produtos químicos com modo de ação específico. Nesse caso, os produtos só deverão ser aplicados se as infestações apresentarem níveis que excedam os limites que possam provocar danos econômicos.

O manejo integrado de pragas (MIP) evoluirá para o manejo integrado de culturas (MIC), que pode ser definido como a produção econômica de culturas de alta qualidade, com prioridade para métodos de cultivo ecologicamente seguros, minimizando efeitos secundários indesejáveis e utilizando produtos fitossanitários que garantam a salvaguarda da saúde humana e a preservação do ambiente. O manejo integrado de culturas é a base da agricultura sustentável com que o homem escreverá um novo capítulo da produção agrícola no próximo século.

Cristiano Walter Simon é engenheiro agrônomo e presidente executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef).

Celeiro do mundo

A indústria de fertilizantes investe maciçamente para que o país se torne uma das principais fontes de alimentos do planeta

NELSON PEREIRA DOS REIS

A situação mundial da fome e o balanço entre a produção agrícola e o fornecimento de alimentos têm apresentado um crescente desvio, projetando um forte déficit de oferta para as próximas décadas.

Em 1990, para atender precariamente à demanda mundial de alimentos foram produzidos 1,97 bilhão de toneladas de cereais, o que representou uma produtividade de 2,5 toneladas por hectare plantado.

Para o ano de 2025, estima-se que, para uma população da ordem de 8,3 bilhões de pessoas, será necessária a produção de 3,97 bilhões de toneladas. Para atingir esse nível de produção de cereais será necessário ampliar a produtividade para 4,5 toneladas por hectare plantado, ou seja, um aumento de 80%.

Biodiversidade

Hoje o mundo encontra-se diante da necessidade de ampliar a oferta de alimento, preservando as reservas florestais e a biodiversidade do planeta. Para superar esse desafio, sem que amplie significativamente a área ocupada com a agricultura, teremos que adotar o uso mais intensivo e racional das tecnologias já disponíveis para aplicação na agricultura.

A adoção de práticas de conservação do solo, o uso de sementes selecionadas, a utilização racional de fertilizantes, corretivos e defensivos agrícolas pode seguramente permitir que a produção mundial de alimentos atinja os patamares necessários para suprir condignamente a demanda da população mundial.

O SETOR DE FERTILIZANTES VÊ com otimismo e responsabilidade o seu papel como uma das principais ferramentas a serem utilizadas pela população mundial no combate à fome.

Fertilizantes minerais

Entre as tecnologias disponíveis, o uso racional de fertilizantes minerais é a de maior resposta individual. Para cada hectare de terra adubada corretamente, obtém-se a produção correspondente a quatro hectares plantados sem essa adubação. Assim, o setor de fertilizantes vê com otimismo e responsabilidade o seu papel como uma das principais ferramentas a serem utilizadas pela população mundial no combate à fome.

No Brasil, a indústria de fertilizantes tem investido algumas centenas de milhões de dólares visando ampliar a oferta desse insumo tão importante para a agricultura. Com isso, tem gerado as necessárias condições para a ampliação da produção agrícola brasileira, que deverá ser em futuro muito próximo uma das principais fontes de alimentos para o mundo.

Nelson Pereira dos Reis é presidente da Anda.



IRENE RAGUENET TROCCOLI

O mundo não é 'diet'

Produção crescente e estoques elevados de açúcar em alguns países garantem o suprimento do mundo

Brasil: açúcar

Item	*1997/98*	*1998/99*	*1999/00*
Estoque inicial	860	560	1.010
Produção	15.700	18.300	19.200
Importação	0	0	0
Exportação	7.200	8.750	9.700
Consumo interno	8.800	9.100	9.300
Estoque final	560	1.010	1.210

Fonte: Usda, janeiro 2000.

A recomposição dos estoques finais brasileiros de açúcar segue em marcha acelerada; a quantidade estimada para o presente ano-safra suplanta a de dois anos antes em quase 120%.

China: açúcar

Item	*1997/98*	*1998/99*	*1999/00*
Estoque inicial	2.784	2.515	2.495
Produção	8.631	8.969	9.173
Importação	420	577	510
Exportação	308	556	470
Consumo interno	9.012	9.010	9.100
Estoque final	2.515	2.495	2.608

Fonte: Usda, janeiro 2000.

Para a temporada 1999/00, a produção chinesa de açúcar está sendo estimada em seu maior nível histórico. Por outro lado, o patamar dos estoques ainda se encontra aquém dos 3,2 milhões de toneladas registrados em 1994/95.

Cuba: açúcar

Item	1997/98	1998/99	1999/00
Estoque inicial	300	290	155
Produção	3.200	3.780	4.100
Importação	0	0	0
Exportação	2.500	3.200	3.000
Consumo interno	710	715	720
Estoque final	290	155	535

Fonte: Usda, janeiro 2000.

Apesar do aumento que a produção cubana de açúcar vem registrando nos três últimos anos-safra, o país não conseguiu repetir o desempenho que chegou a registrar em 1996/97, quando a colheita alcançou 4,2 milhões de toneladas.

Índia: açúcar

Item	*1997/98*	*1998/99*	*1999/00*
Estoque inicial			
Produção	6.979	5.850	7.330
Importação	14.592	17.361	18.400
Exportação	1.000	1.050	200
Consumo interno	21	11	50
Estoque final	16.700	16.920	17.300
Fonte: Usda, janeiro 2000.	5.850	7.330	8.580

A Índia vem se destacando entre os países maiores produtores por seu elevado volume de estoques de açúcar, à custa de presença muito tímida no comércio internacional do produto.

a b a g

Associação Brasileira de Agribusiness

A ABAG FOI CRIADA EM 1993 POR EMPRESAS INTERESSADAS EM PROMOVER A VISÃO SISTÊMICA DO AGRIBUSINESS.

POR QUÊ?

Porque todos os elos da cadeia produtiva formam um único organismo onde os segmentos "antes, dentro e fora da porteira" vivem em contínua interação e interdependência.

MISSÃO

Conscientizar os tomadores de decisão e os formadores de opinião para a importância e complexidade do agribusiness, a sua relevância no desenvolvimento socioeconômico e a necessidade de tratá-lo sistemicamente.

ESTRATÉGIA

Desenvolver estudos, ações e estimular sinergias que promovam o desenvolvimento sustentado, a segurança alimentar e solucionem os gargalos que obstruem a competitividade do agribusiness.

JUNTE-SE À ABAG!

Rua Marquês de Itu, 58 - 5º andar - São Paulo - SP - CEP: 01223-000
E-mail: abag@cibernet.com.br - Telefones: 011-256.1052/256.5109 — Fax: 011-256.5968

ASSOCIADOS DA ABAG:

- Agco do Brasil – Du Pont do Brasil
- Agência Estado – EMBRAPA – Emp. Bras. Pesq. Agropecuária
- Agroceres Nutrição Animal Ltda. – F.M.C. do Brasil S.A.
- Algar S.A. Empreend. Participações FECOAGRO / FECOTRIGO – Fed. Coop. Trigo RS
- Agropalma S.A. – Fertibrás S.A.
- Andef – Assoc. Nac. Defesa Vegetal – Fertilizantes Serrana S.A.
- Anec – Assoc. Nac. Exportadores de Cereais – FIEPA - Fed. Ind. Estado Pará
- Baldan Implementos Agrícolas – Manah S.A.
- Banco Bradesco S.A. – Máquinas Agrícolas Jacto S.A.
- Banco Rabobank International Brasil S.A. – Marchesan Imp. Maq. Agrícolas "TATU"
- Batavia S.A. – Monsanto do Brasil Ltda.
- Bayer S.A. – Novartis Biociências S.A.
- BM&F – Bolsa de Mercadorias e Futuros – Pioneer Sementes
- Caramuru Óleos Vegetais Ltda. – RBS/Canal Rural
- Cargill Agrícola S.A. – Sadia Concórdia S.A. Ind. e Comércio
- Ceval Alimentos S.A. – SINDAG – Sind. Nac. Ind. Def. Agrícolas
- Cia. Comercial OMB – Tetra Pak do Brasil Ltda.
- Coop. Agric. Reg. Orlandia – CAROL – UNICA - União Agroind. Canavieira SP
- Coop. Prod. Cana, Açúcar e Álcool – COPERSUCAR – Zeneca do Brasil
- Coop. Reg. Cafeic. Guaxupé Ltda – COOXUPÉ

Rações a perigo

Uma situação-limite pode estar a caminho, se a produção de milho não crescer de acordo com o aumento da demanda

IRENE RAGUENET TROCCOLI

Apesar da crescente tendência de criadores de aves e suínos adquirirem o *premix* (ao qual posteriormente adicionam os macroelementos) em lugar da ração pronta, a indústria brasileira de rações fechou 1999 comemorando a produção recorde de 32,5 milhões de toneladas. O valor correspondente, de cerca de US$7 bilhões, coloca-a numa posição de destaque no cenário do agronegócio, dando-lhe representatividade compatível com a pujança dos segmentos de produção de carnes alternativas à bovina.

É GRAVE O PROBLEMA

Da quantidade total de rações produzidas no ano passado, quase 90% se destinaram aos setores de aves e suínos, importantíssimos para a sustentabilidade do fabrico desses insumos.

Mas se a indústria brasileira de rações se mantém sintonizada com as necessidades dos consumidores, seu desempenho futuro corre sério risco de colapso. A base de fornecimento da principal matéria-prima das rações específicas para os rebanhos avícola e suinícola – o milho – vem passando por situação delicadíssima.

Pode-se avaliar isso pela perspectiva de desempenho que a Associação Nacional dos Fabricantes de Alimentos para Animais – Anfal – traçou para o setor neste ano. Esti-

Murro em ponta de faca

Prevê-se falta de milho para 2000 – algo para mais de 2 milhões de toneladas –, porque não houve incentivo ao plantio, não se ampliaram as áreas plantadas e não houve estoques de passagem.

Em 1997/98, o milho não *pegou* preços. Estava superofertado. Os preços de mercado eram irreais e indicavam prejuízo para o agricultor.

Em 1999 faltou produto e foi preciso recorrer às importações. O preço subiu muito no segundo semestre: em agosto-setembro chegou a R$15,80 e R$16,00 a saca de 60kg, com base na cidade de Campinas, São Paulo. Era quase desesperador para a época. A indústria e os criadores, principalmente avicultores, pressionaram o governo a tomar algumas medidas, principalmente a redução do imposto de importação para o milho americano, que é de 11%.

Devido à atratividade do preço no mercado interno, algumas *trading companies* aceleraram a internação de lotes de milho: os grandes produtores de frango conseguiram importar pelo sistema de *draw back*, com redução do imposto de importação. Isso e algumas vantagens de financiamento para a importação fizeram com que o preço, que por alguns momentos ultrapassou o valor do produto importado internalizado – o que é absurdo –, parasse de subir e desse sinais de queda. Nesse momento, as cooperativas e os comerciantes de milho que ainda tinham algum estoque trataram de comercializá-lo.

A combinação de importações pelo sistema de *draw back* e o interesse de comercializar os estoques remanescentes mantiveram o preço do milho ligeiramente abaixo do valor que teria o produto importado internalizado – algo ao redor de US$140 a 143 por tonelada, posto Campinas – nos meses de novembro e dezembro de 1999 e janeiro de 2000.

Embora houvesse uma expectativa de atraso na entrada da safra nacional, conseqüência do atraso das chuvas, houve um fato novo: o bom preço do milho em agosto-setembro levou agricultores que dispunham de equipamentos de irrigação a irrigarem a lavoura, o que resultou numa safra precoce, já disponível para o mercado na primeira quinzena de fevereiro deste ano, e amenizou o preço em fevereiro.

Em 90 dias o milho entrou para a indústria valendo em torno de US$140 a 143; o preço ideal para o agricultor seria de US$85 a 90, e seguramente na safra foi vendido por valores inferiores a esse. Para onde foram os US$48 a 50 por tonelada que a indústria pagou e o agricultor não recebeu? Resposta: impostos, fretes e despesas aduaneiras, para o milho importado; ou despesas de armazenagem e lucros para os atravessadores que transportaram esse milho até a escassez forçar um patamar no nível de preço do milho importado.

Se na época do plantio o milho estava em alta, por que não houve aumento de área plantada? Resposta: o agricultor não confia na política do milho; o agricultor não confia no mercado do milho, que na safra não paga os custos de produção. Descapitalizado para manter estoque, quem será louco de produzir?

É certo que a demanda de milho é definida ao redor de 35 milhões de toneladas, com um crescimento ritmado de 5 a 7% ao ano. Não tem apresentado surpresas nos últimos cinco anos e não deverá apresentar variações superiores a esses índices nos próximos anos. Por que não ajustamos a produção adequadamente para que não haja falta nem excedente?

A indústria tem cumprido seu papel, registrando estatísticas seguras. Os agricultores podem se organizar para produzir e comercializar mais racionalmente. Podem também se organizar com a indústria num processo de parceria e garantias de produção e compras, melhorando a convivência econômica e a utilização dos recursos alocados para o milho enquanto matéria-prima.

Mercado brasileiro de pet food

Ano	Quantidade produzida (mil t)	Var. anual percentual	Valor da prod. (US$ milhões)	Valor médio (US$/t)
1995	380		482	1.268
1996	420	59%	504	1.200
1997	550	31%	632	1.149
1998	750	36%	825	1.100
1999*	950*	27%	997*	1.050
2000**	1.092**	15%	1.140**	1.044

Fonte: Anfal.
*Preliminar. ** Previsão.

ma-se um avanço de 7% na produção total de rações em relação ao obtido em 1999. Para garantir tal desempenho, está previsto aumento da demanda de milho por parte das empresas transformadoras de rações em percentual semelhante, saltando de 20,3 milhões de toneladas registrados no ano passado – o equivalente a 63% da produção da safra 1998/99 – para 21,7 milhões de toneladas em 2000.

Ocorre que, de acordo com a previsão de dezembro último realizada pela Conab, a produção esperada de milho na atual temporada alcançaria 32,7 milhões de toneladas. A relação entre a demanda do setor de rações e a produção interna de milho chegaria a 66%.

Ameaça e complicações

No período de um ano houve aumento de três pontos percentuais – ou quase 5% – na relação entre a demanda de milho originada do setor de rações e a capacidade de produção interna dessa matéria-prima. Mantida a tendência à estagnação da lavoura do milho, viria por aí uma situação-limite: de entrada, a indústria de arraçoamento sozinha consumiria todo o milho produzido no país. Os outros segmentos que demandam o grão ficariam desabastecidos e seria necessário importar para garantir seu abastecimento.

A perspectiva preocupa duplamente. Primeiro pela evidente insegurança que ronda a agroindústria de carnes. Os segmentos mais ameaçados são a avicultura e a suinocultura, que respondem isoladamente por quase 90% da demanda comercial de rações no país e cuja capacidade produtiva conjunta já ultrapassa o segmento de carne bovina.

Em segundo lugar, vem crescendo o cerco europeu aos grãos transgênicos – um complicador extra para o Brasil, já que suas importações de milho em geral se originam de países onde a transgenia vem sendo livremente praticada – Argentina e EUA. Um novo risco se coloca para a agroindústria avícola e suinícola brasileira, cujos importadores europeus sem dúvida não hesitarão em bloquear a entrada de carnes eventualmente suspeitas de terem sido produzidas à base de milho transgênico.

Pet food: prosperidade

O segmento de rações para animais de estimação ou *pet food* destaca-se como uma ilha de prosperidade.

Em 1999, sua produção alcançou o patamar inédito de 950 mil toneladas, um avanço espetacular de 27% sobre o desempenho do ano anterior. Em termos de valor o desempenho foi ainda mais significativo, levando em conta que o valor médio desse produto, da ordem de US$1.052/t, representou cinco vezes mais do que aquele do mercado total de rações animais.

O valor das vendas de *pet food* no mercado interno chegou a US$1 bilhão – o equivalente a um sexto do faturamento do mercado total de alimentação animal – alavancado por verba publicitária da ordem de US$20 milhões.

E-mail: irene@fgv.br

Indicador do Milho

Preços incertos

Apesar de o declínio já ter começado, os preços do milho podem voltar a subir e há quem aposte nessa subida

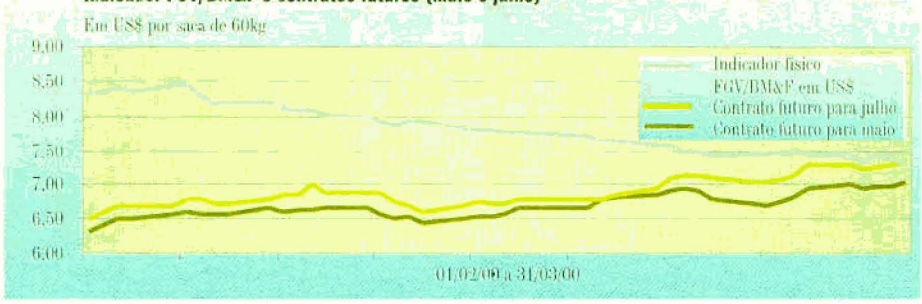
Rogério Ferreira de Souza

Os preços já estão em processo de queda. Com a intensificação da colheita da safra de verão 1999/2000 e o aumento da formação de maiores lotes, os preços no mercado físico de milho começam a ceder, processo que normalmente se estende até junho.

Entretanto, mesmo com o início da tendência de queda, o mercado está preocupado com a falta do produto para o segundo semestre. Em razão dessa preocupação, alguns agentes consumidores já começam a formação de estoques estratégicos, e na outra ponta, os vendedores procuram vender a preços melhores e em lotes menores. Esses grupos acreditam em preços ainda mais altos.

Comparando o mesmo período de janeiro do ano passado com janeiro deste ano, o preço do milho em dólar cresceu aproximadamente 78%. Esse crescimento no mês de janeiro serve de alerta para a possível elevação dos preços no período da entressafra e a percepção do mercado quanto à falta do produto.

Indicador FGV/BM&F e contratos futuros (maio e julho)



No mercado futuro de milho na BM&F, os contratos de março, maio e julho de 1999 foram cotados a US$5,08, US$5,26 e US$ 5,31 sucessivamente. Para este ano-safra, as cotações também sinalizam uma alta expressiva. Os contratos de março, maio e julho de 2000 estão sendo cotados a US$7,25, US$6,72 e US$7,05. A sensação em ambos os mercados é de um ano muito apertado, no que diz respeito ao abastecimento com o milho interno, e preços ainda mais altos para o segundo semestre.

Os contratos em aberto em março de 1999 foram 52. Este ano os contratos para entrega em março são muito mais numerosos: 224 em aberto. Em maio a diferença fica ainda maior: em 1999, 52 contratos; em maio de 2000, 521 contratos em aberto. É um dado importante para a análise do mercado, pois cada vez mais agentes integrantes da cadeia produtiva do milho estão se utilizando dos instrumentos de proteção de preços.

Mesmo com a possibilidade de falta do milho no segundo semestre, nada ainda está realmente certo. A safrinha ainda está sendo plantada, com forte tendência a aumento de área plantada e ganhos de produtividade.

Caso se confirme uma boa safrinha, os preços tenderão a um leve ajuste negativo, ou seja, preços não tão altos no segundo semestre.

Outra variável com que estão contando os grandes consumidores é a possibilidade de importação do milho argentino, que este ano poderá disponibilizar 9 milhões de toneladas para exportação. Caso o preço interno esteja muito alto, permitindo um preço de paridade de importação, essa será uma saída para amenizar os custos de grandes consumidores de milho e o repasse para o consumidor final.

E-mail: roger@fgv.br

análise de comercialização da safra 2000

SEMINÁRIO ABMR - ANÁLISE DE COMERCIALIZAÇÃO DA SAFRA 2000

Você não pode ficar de fora deste tradicional seminário promovido pela ABMR.
Uma análise da comercialização da safra agrícola 99/00, discutidas e comentadas por renomados profissionais que fazem o business do setor.

Venha colher as melhores informações!

Painel do Complexo de Soja e Derivados
Palestrante: Fábio Trigueirinho (ABIOVE) • Debatedor: Antonio Bueno (BM&F)
Painel do Milho e Complexo Carnes
Palestrante: César Borges de Sousa (ABIMILHO) • Debatedor: André Pessôa (Agroconsult)
Painel do Algodão e Indústria Têxtil
Palestrante: Andrew MacDonald (Alpargatas-Santista) • Debatedor: Oscar Augusto R. Ferreira (Tecel. São José e ABIT)
Painel do Complexo Sucroalcooleiro
Palestrante: Julio Maria Borges (Job Economia e Plan.) • Debatedor: José Pessôa de Queiroz Bisneto (Grupo J. Pessôa)
Painel do Financiamento Agrícola nos Estados Unidos e no Brasil
Palestrante: John Moore (Farm Credit Administration - EUA) • Debatedores: Manuel Felix Cintra Neto (BM&F), Ricardo Conceição (Banco do Brasil), Ademiro Vian (FEBRABAN)

Dia 27/04/2000 às 14:00 h
Crowne Plaza Hotel
Rua Frei Caneca, 1360 - São Paulo - SP

Informações e inscrições:
ABMR – Fones (11) 212.7814 / 814.049
e-mail: abmr@abmr.com.br

REALIZAÇÃO: ABMR Associação Brasileira de Marketing Rural

PATROCÍNIO: Banco do Brasil, BM&F, Dow AgroSciences, AgriZ

APOIO: abag Associação Brasileira de Agribusiness, Agroanalysis, Canal Rural, Febraban, Manah



FECHA ASPAS: NELSON MAMEDE

Faltam estratégias

MARCIO BUENO

Por que as exportações de produtos agropecuários brasileiros são tão baixas se comparadas com o peso do Brasil na economia mundial? E o que deve ser feito para modificar esse quadro? O empresário e administrador de empresas Nelson Mamede estuda o assunto há muitos anos, inclusive no período em que foi diretor comercial da Sadia e se radicou na Europa com o objetivo de ampliar os negócios para a empresa no Velho Mundo. "O Brasil – diz ele – fez aberturas unilaterais, sem negociação, mostrando exatamente como nunca prestou atenção em como é feita no dia-a-dia a relação entre países". Nelson Mamede entende que a falta de estratégias bem definidas, acordadas entre os poderes Executivo, Legislativo e a iniciativa privada, faz com que o Brasil atue amadoristicamente nas negociações multilaterais. Ex-presidente e atualmente diretor da Abag – Associação Brasileira de Agribusiness –, acumulou experiência suficiente para desenvolver um projeto inovador para o estado do Rio de Janeiro. Trata-se de um pólo de produção voltado para nichos de mercado em todo o mundo que exigem produtos saudáveis e ambientalmente corretos.

Qual é o peso do país no comércio internacional de produtos agropecuários?

— O Brasil participa com menos de 1% do comércio internacional total. Como um todo somos uma nação não-exportadora, embora sejamos a oitava economia do mundo ocidental. Isso caracteriza uma nação ainda muito voltada para o seu mercado interno, não tendo na sua cultura de comércio a chamada cultura exportadora como um negócio. Nunca fizemos o dever de casa corretamente sobre a função do antigo Gatt – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio –, porque o Gatt foi claramente formatado para beneficiar um grupo de países, logicamente os mais desenvolvidos. Esses países tiveram dentro do Gatt dois tipos de atuação: a atuação política, levando em conta que ao terminar a guerra fria, o foco foi deslocado para a guerra comercial. Os países que já tinham no Gatt o seu desenho, apenas transferiram esse desenho, com a mesma formatação, incluindo novas exigências, para a OMC – Organização Mundial do Comércio. Tanto assim que continuamos a ter os mesmos problemas que existiam no Gatt, que ficaram claros no final da Rodada Uruguai. E só então houve a percepção de que do Gatt para a OMC precisaria começar tudo novamente como trabalho porque simplesmente não houve mudanças. Nos discursos apontava-se claramente para a liberação do comércio mundial, mas todas as atitudes eram absolutamente contrárias e até hoje são contrárias a essa liberação. E o Brasil fez aberturas unilaterais, sem negociação, mostrando exatamente como nunca prestou atenção em como é feita no dia-a-dia a relação entre países. Há a atuação política e também a atuação puramente administrativa. O Brasil não consegue fazer seus pleitos de maneira correta, tem uma defesa deficiente e perde muitas demandas por decurso de prazo. Tanto política quanto administrativamente, a atuação tem sido amadorística.

O Brasil contava com alguma mudança em Seattle?

— Era previsível que Seattle fosse uma reunião mais social, com o fito de confirmar o não-acordo do que eventualmente de apontar para algum tipo de avanço. Mas em Seattle, acendeu para o Brasil a primeira luz amarela para descobrir que a tal da multilateralidade não nos favorece. O país está precisando estabelecer uma estratégia coletiva muito bem definida e neste momento não está preparado para isso. Faltam muitas definições internas dos objetivos como país, do que realmente nós temos de pontos fortes e de pontos fracos e saber negociá-los em bloco.

O Brasil não tem também que procurar parceiros entre os países do Terceiro Mundo para estabelecer estratégias comuns de atuação?

— Não tenha dúvida. É exatamente nesse jogo negocial que o país ainda não soube fazer com que ele funcione com o máximo retorno necessário. O Brasil participa do Grupo de Cairns, que foi formado por países que estariam dentro da mesma sintonia de problemas e que se defenderiam em bloco em relação às nações mais desenvolvidas. Acontece que vários participantes do Grupo de Cairns já não têm as mesmas proposições que tinham no momento da sua formação. Apenas para citar um exemplo, a Hungria hoje está muito mais empenhada em fazer parte da União Européia do que evidentemente ficar contra uma posição européia numa negociação mais ampla.

É verdade que nós temos tentado melhorar – o governo com o Legislativo e com a própria iniciativa privada estão começando a trabalhar mais juntos por um objetivo comum. Mas ainda estamos muito longe de um país totalmente organizado como são hoje os países desenvolvidos.

Há muitas restrições a nossos produtos alegadamente por questões ecológicas ou sanitárias, mas que na verdade mascaram razões protecionistas?

— Num primeiro momento surgiram as barreiras tarifárias. Elas seriam compensatórias à não-competitividade dos países desenvolvidos. Essas barreiras nada mais eram do que uma forma de tornar mais baratos os produtos produzidos localmente. Essa é uma medida protecionista muito grave e muito desleal. Como há uma evolução constante e os países desenvolvidos fazem dessas armas negociais um exercício diário – o que o Brasil ainda não aprendeu a fazer –, eles passaram para uma segunda etapa desse protecionismo, que são as barreiras sanitárias. Isso como adicional às barreiras tarifárias. À medida que se perde a capacidade de negociar as tarifas, compensa-se com as barreiras sanitárias. Acontece que surgiram problemas sanitários nos próprios países desenvolvidos, como é o caso da doença da vaca louca. Ora, se as barreiras tarifárias estão sob fogo cerrado e as sanitárias também apresentam problemas, tinham que ser criadas novas barreiras, posto que o desenho mundial do negócio é esse. Começaram a surgir as sanções ambientais, sanções religiosas, sanções trabalhistas, de direitos humanos, enfim todas as barreiras possíveis e imagináveis continuarão a ser levantadas sistematicamente como parte das negociações. Esse é um exercício diário. As exigências são cada vez mais subjetivas, em que o país exportador fica com o ônus da comprovação, o que exige tempo. Tempo suficiente para que o produtor local do país desenvolvido atue sem concorrência.



Há entidades ambientalistas que são manipuladas no sentido de criar campanhas contra determinados produtos que não seriam ecologicamente corretos?

— A negociação apresenta múltiplas faces. Uma delas é a negociação paralela com as próprias entidades ambientalistas. A imagem do país é um adicional ao produto, faz parte do pacote e o Brasil atua mal nesse aspecto. Não existe uma negociação focada num único ponto. É preciso ter uma negociação em bloco e negociações pontuais, e as duas têm que ser integradas no tempo e convergentes. É uma estratégia de país. As entidades ambientalistas têm que receber o tratamento adequado.

É verdade que o Brasil não conhece os hábitos e gostos do consumidor estrangeiro, o que prejudicaria a colocação dos nossos produtos?

— Nos últimos anos começamos a melhorar esta *performance*, mas o produtor brasileiro ainda essá distante do que seria o ideal. Ele produz para depois vender. É preciso que ele conheça as reais necessidades do seu consumidor e depois produza de acordo com a demanda do mercado. O Brasil está melhorando, mas ainda estamos longe de ter a cultura do exportador, do homem que se dedica ao seu consumidor, detectando as suas reais necessidades. Um exemplo é a cachaça, que é oferecida em garrafas de 1 litro, quando os produtos concorrentes são apresentados em garrafas de 700ml, mais de acordo com os hábitos dos consumidores. Recentemente foi exportado para a Inglaterra um tipo de carne que não é aceito pelo país. É a carne de frango semiprocessada, quando na legislação inglesa é especificado que só pode ser *in natura* ou processada. A carne não foi aceita e ficou retida na aduana porque contrariava a legislação local.

Por que países desenvolvidos são menos competitivos que países do Terceiro Mundo em relação a produtos agropecuários?

— Eles não têm competitividade porque a técnica e a tecnologia hoje, aplicadas à produção de alimentos, ficaram disponíveis para todos os países do mundo. Então o fator impeditivo de competitividade hoje são as coisas mais simples, como a qualidade da terra, a água, cuja escassez aponta para uma crise em um futuro bem próximo, o clima... É aquilo que não está disponível em qualquer lugar do mundo e está ficando cada vez menos disponível à medida que a terra vem sendo maltratada como um ser vivo. O esgotamento dessas riquezas está chegando primeiro ao Primeiro Mundo e as conseqüências vão surgindo, como é o caso da doença da vaca louca. O Brasil felizmente está qualificado para ser um dos principais produtores de alimentos por causa da extensão e qualidade de suas terras, quantidade de água – é um dos primeiros do mundo nesse aspecto –, clima favorável, ausência de problemas climáticos como furacões, terremotos etc. Todo esse conjunto credencia o Brasil a ter as melhores vantagens comparativas em relação a outros países.

Qual é exatamente o projeto de agricluster, de sua autoria, e quais as diferenças em relação a formas de associatividade, como é o caso das cooperativas.

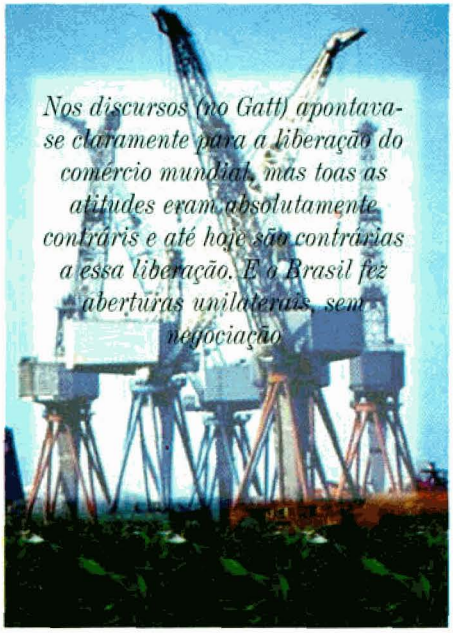
— Estou desenvolvendo um projeto no Rio de Janeiro – o Portal Orgânico – que espero ser o melhor produto orgânico que possamos fabricar no mundo. O Brasil detém condições excelentes de produção e o Rio de Janeiro, particularmente, mais ainda porque é um estado que sempre negligenciou a questão agrícola e principalmente o agribusiness. Aqui não há esgotamento. No passado, a falta de investimentos agrícolas no estado tinha uma certa lógica porque as produções exigiam escala e as condições topográficas e até climáticas eram um impeditivo. Mas o mundo mudou e não exige mais só as produções em escala. As *commodities* podem e devem ser produzidas em outros locais. Mas hoje, uma parcela do mundo que detém alto poder aquisitivo está voltada para uma alimentação de alto valor nutritivo e exige dos produtos *saudabilidade* e praticidade. Essa tendência fez surgir uma nova linha de produtos sofisticados, com agregação de valor, que não são *commodities*. Os governantes ainda não perceberam a ocorrência dessas mudanças. O Rio de Janeiro, com suas características, com terras que nunca foram usadas extensivamente, tornou-se uma região valorizada para determinado grupo de produtos. Em função da topografia, das serras, o Rio tem também águas mais puras do que as encontradas nas baixadas e locais menos privilegiados. Temos também clima para determinado grupo de produtos. O que o Rio precisa fazer é um agricluster de um *mix* de produtos definidos em função da melhor capacitação de produção que o estado oferece. O Rio é um estado basicamente importador e pode mudar o perfil para um estado importador de matéria-prima de outros estados e exportador de produtos de alto valor agregado. Penso que se desenvolvermos um programa de agricluster, num primeiro momento já será possível dobrar o PIB do agribusiness do estado.

Como se pode traduzir agricluster?

— É um pólo de produção, mas é mais amplo do que uma cooperativa ou um pólo apenas, como os pólos industriais.

No Norte fluminense está sendo implantado um pólo de fruticultura, um projeto desenvolvido pela Firjan...

— Esse é mais amplo que um pólo simplesmente, porque foi adicionada uma fábrica processadora, a MPE. Mas o agricluster é ainda muito mais amplo, envolvendo toda a comunidade. E o Rio de Janeiro tem a característica de ser um estado urbano-rural, o que é um diferencial importante. O êxodo do rural para o urbano tornou as duas áreas muito próximas, proximidade que se observa até em termos de distância. O agricluster envolve toda a questão ambiental, envolve a valorização do trabalho da mulher, seja em casa, seja dentro do próprio trabalho, a valorização do jovem. O produto vai sair com a marca e a imagem de toda a comunidade. É obrigatório ter um bom nível de educação, que estará incorporada ao agricluster. Haverá uma integração de atividades, que transforma o agricluster num centro de produção que atenderá a todos os quesitos reclamados por esse nicho importante de mercado: produção de qualidade, envolvimento da comunidade dentro do projeto, gerando empregos, criando o compromisso da comunidade em relação ao produto final, criando núcleos de educação e com consciência ambientalista, porque o produto deve levar a marca do respeito ao meio ambiente.



Que tipos de produtos poderiam ser desenvolvidos no Rio de Janeiro?

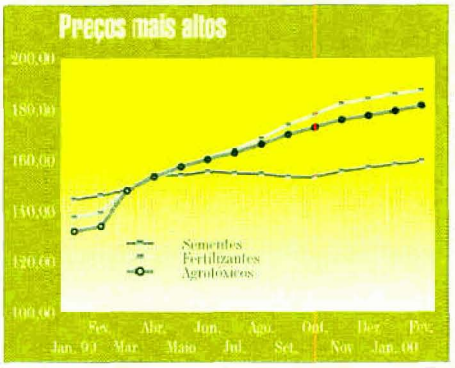
— A minha proposta é que a gente faça um Portal Orgânico. O termo portal está atualmente associado à informática e no caso do Portal Orgânico é exatamente para dar a idéia de abrangência mundial. Os produtos estarão disponibilizados para todo o mundo. O Rio reúne as condições para um *mix* de produtos orgânicos que poderão ser colocados em qualquer lugar do mundo no máximo em 24 horas. O transporte aéreo terá uma importância muito grande. Em relação ao tipo de produto, acho que devemos estudar cada um dos nichos de mercado de produtos orgânicos, que está crescendo a uma velocidade de 100% ao ano. A princípio, considero que os hórtis são produtos que devem ser desenvolvidos inclusive porque apresentam aquele apelo de sair diretamente do produtor para a mesa do consumidor. Outros produtos: café, aves, carnes, peixes...

Esse projeto de agricluster já está pronto, já foi apresentado a investidores, a governos?

— O projeto eu desenvolvi a partir do convívio durante anos com o comércio internacional, porque morei algumas vezes fora do Brasil. A concepção é minha, mas não pode ser um projeto meu – é do estado do Rio de Janeiro. Devido à miopia dos gestores de política do Rio, é exatamente aqui onde estou encontrando muita dificuldade em explicar o porquê da escolha desse estado. Há muita dificuldade de apresentar o projeto como gerador de emprego, gerador de benefícios sociais. Felizmente, recebi apoio de duas áreas muito importantes que o estão alavancando rapidamente. O primeiro foi do Sebrae – estou discutindo com seus representantes o passo inicial, que é um seminário a ser realizado por volta de maio. Para participar, estou trazendo uma delegação inglesa em conjunto com o Ministério da Agricultura da Inglaterra. Serão convocados desde os produtores de produtos orgânicos até chefes de cozinha, que farão parte da cadeia sistêmica de agribusiness. O segundo apoio da maior importância foi da Associação Brasileira dos Produtores Biológicos do Rio de Janeiro. Seus associados já têm essa concepção de produtos orgânicos que hoje o mundo está exigindo há muito mais tempo do que eu poderia imaginar. A Associação já está firmando um compromisso de parceria comigo, voltada para a idéia de posicionar o produto do Rio de Janeiro como o melhor produto que se possa obter em todo o mundo.

INSUMOS

Demanda crescente



A partir de 1999 os insumos agrícolas iniciaram uma trajetória de alta, demonstrando a grande demanda para o setor

Brasil: índices de preços recebidos e pagos pelos agricultores

Valores nominais (base agosto de 1994=100)

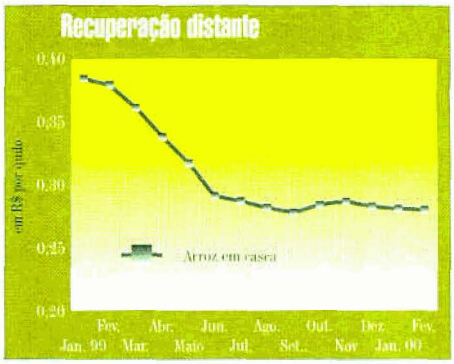
Produtos média	Lavouras	Lavouras – produtos PGPM	Demais lavouras	Produtos animais	Agropecuária IPR	Sementes	Fertilizantes	Agrotóxicos	Serviços	Combustíveis	Mão-de-obra	IPP
1992	0,112	0,141	0,079	0,121	0,114	0,144	0,170	0,163	0,182	0,153	0,147	0,159
1993	2,602	3,215	1,903	2,829	2,670	2,914	3,062	3,184	3,380	3,260	3,012	3,113
1994	70,490	73,192	66,860	70,440	70,348	70,358	69,590	69,556	70,490	69,377	78,287	71,441
1995	106,133	106,894	104,206	102,881	105,057	107,525	111,208	105,203	118,388	101,834	193,854	125,843
1996	125,690	136,944	108,126	101,925	117,128	119,544	130,937	113,884	126,825	110,525	239,794	144,119
1997	140,435	140,688	136,530	106,792	128,048	130,709	136,852	121,774	132,098	122,487	259,292	154,506
1998	154,263	158,255	143,619	109,529	137,453	138,743	137,114	129,473	136,252	124,986	270,458	159,693
Jan. 98	151,632	148,744	151,815	106,432	134,528	135,030	136,300	126,541	136,101	124,986	267,369	157,977
Fev.	151,480	148,995	151,032	106,448	134,447	134,975	136,119	127,184	136,223	124,986	266,398	157,819
Mar.	151,552	147,506	153,598	108,022	135,178	135,335	136,609	128,043	136,341	124,986	266,872	158,200
Abr.	148,128	144,400	149,760	108,479	133,386	135,896	137,723	128,778	137,161	124,986	267,932	158,964
Maio	158,331	163,234	145,695	109,987	140,022	137,049	137,693	129,491	137,300	124,986	269,810	159,587
Jun.	157,884	164,206	143,268	110,904	140,168	137,763	137,568	129,652	136,786	124,986	270,932	159,831
Jul.	156,561	165,808	137,992	111,471	139,646	138,638	137,558	130,056	136,632	124,986	270,878	159,981
Ago.	153,418	160,229	138,143	112,079	138,083	140,210	137,881	130,209	135,897	124,986	271,983	160 448
Set.	152,737	160,354	136,396	112,003	137,648	141,204	136,555	130,156	135,446	124,986	271,532	160,111
Out.	153,861	161,818	137,040	110,195	137,540	141,491	136,672	130,840	135,164	124,986	273,050	160 509
Nov.	157,487	166,499	139,180	108,611	138,980	142,944	137,379	130,902	135,429	124,986	273,380	161 030
Dez.	158,080	167,272	139,512	109,714	139,811	144,382	137,313	131,830	136,546	124,986	275,354	161,855
Jan. 99	158,031	165,712	141,449	110,379	140,076	146,054	139,078	133,934	136,726	128,100	275,709	163,383
Fev.	167,456	175,220	150,391	115,172	147,643	148,048	147,878	147,847	140,575	128,100	276,547	168 104
Mar.	168,302	175,771	151,601	119,683	149,868	153,863	152,860	153,310	143,135	136,347	278,525	172,907
Abr.	162,486	170,244	145,620	117,742	145,899	153,940	156,728	157,336	143,872	144,975	276,998	175,515
Maio	155,554	161,819	140,975	117,374	141,674	155,395	160,550	160,259	146,433	145,189	279,300	177,851
Jun.	153,462	157,812	141,592	118,974	141,098	154,548	163,708	162,644	146,410	145,189	277,582	178,466
Jul.	151,119	158,014	135,737	120,581	140,351	154,345	168,197	166,142	146,152	165,021	277,671	183,072
Ago.	154,370	162,175	137,627	121,143	142,551	153,305	173,665	170,085	145,857	175,963	276,999	186 303
Set.	160,182	173,373	135,910	123,843	147,155	153,081	177,703	172,881	148,733	178,786	279,074	188,820
Out.	167,034	180,878	141,772	131,143	154,278	155,325	181,863	175,751	149,145	178,786	282,964	191,356
Nov.	174,156	189,872	146,263	137,095	161,004	156,863	183,796	177,443	149,299	178,786	284,413	192,579
Dez.	176,930	193,158	148,278	139,228	163,548	158,215	185,820	179,367	151,698	178,786	284,541	193,858
Jan. 00	174,392	189,301	147,453	137,229	161,201	159,450	187,200	181,440	151,580	178,790	286,720	195,050
Fev.	171,121	183,831	147,026	137,807	159,465							

Fonte dos dados primários, brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais. Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas IBRE/FGV.
[1]Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

ESTATÍSTICAS

ARROZ EM CASCA

Área menor



Os preços mais baixos dos últimos cinco anos deverão desencadear uma queda na área plantada para a próxima safra

Brasil: preços recebidos pelos agricultores

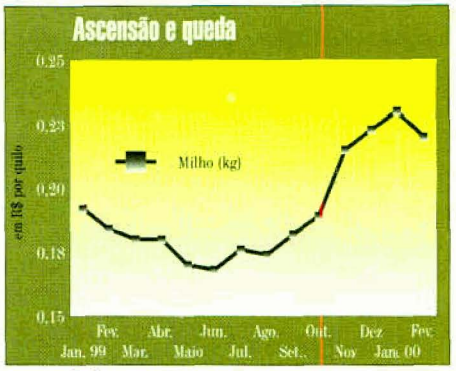
Em R$ de fevereiro 2000/unidade

Anos produtos	Algodão em caroço (kg)	Amendoim em casca (kg)	Arroz em casca (kg)	Banana (dúzia)	Batata-inglesa (kg)	Cacau (15 kg)	Café em coco (kg)	Cana-de-açúcar (t)	Feijão (kg)	Fumo em folha (kg)	Laranja (cento)
Média 1992	0,648	0,506	0,345	0,360	0,388	26,726	0,776	22,963	0,848	3,510	3,842
Média 1993	0,727	0,644	0,341	0,379	0,424	23,615	0,982	20,510	1,063	3,147	3,042
Média 1994	0,735	0,579	0,331	0,484	0,663	24,817	1,750	21,155	1,278	2,701	4,110
Média 1995	0,643	0,521	0,270	0,720	0,487	22,961	1,583	19,015	0,762	2,503	3,928
Média 1996	0,667	0,533	0,281	0,566	0,376	21,608	1,301	20,714	0,835	2,785	2,507
Média 1997	0,722	0,634	0,292	0,441	0,409	27,412	1,707	21,194	0,751	2,495	2,853
Média 1998	0,615	0,493	0,351	0,453	0,497	29,291	1,526	20,674	1,274	2,485	3,429
Média 1999	0,631	0,644	0,314	0,468	0,334	29,455	1,443	16,582	0,833	2,332	3,120
Jan. 98	0,710	0,526	0,318	0,392	0,514	29,054	1,934	21,059	0,735	2,498	3,012
Fev.	0,698	0,453	0,318	0,416	0,490	27,554	1,946	20,810	0,820	2,473	3,109
Mar.	0,659	0,440	0,318	0,427	0,537	27,490	1,856	21,323	0,879	2,504	3,578
Abr.	0,611	0,477	0,306	0,428	0,587	28,310	1,724	21,180	0,966	2,458	3,216
Maio	0,586	0,500	0,329	0,464	0,549	31,320	1,525	21,084	1,598	2,465	2,965
Jun.	0,584	0,499	0,341	0,475	0,535	31,088	1,411	20,745	1,789	2,409	3,188
Jul.	0,586	0,525	0,354	0,476	0,501	30,130	1,295	20,506	1,600	2,430	3,224
Ago.	0,599	0,502	0,355	0,477	0,453	29,448	1,321	20,627	1,517	2,422	3,511
Set.	0,587	0,514	0,379	0,477	0,428	29,516	1,285	20,400	1,346	2,484	3,757
Out.	0,588	0,502	0,392	0,477	0,453	29,404	1,285	20,210	1,371	2,534	3,795
Nov.	0,589	0,491	0,405	0,466	0,454	29,543	1,337	20,468	1,312	2,612	3,863
Dez.	0,583	0,486	0,401	0,461	0,461	28,636	1,397	19,674	1,360	2,526	3,935
Jan. 99	0,600	0,480	0,384	0,468	0,444	28,767	1,441	19,150	1,297	2,485	4,178
Fev.	0,598	0,494	0,379	0,437	0,391	37,363	1,518	18,406	1,092	2,345	4,392
Mar.	0,643	0,530	0,361	0,473	0,372	35,568	1,499	17,981	0,992	2,401	4,498
Abr.	0,654	0,552	0,338	0,473	0,372	29,968	1,454	17,649	0,924	2,277	4,001
Maio	0,645	0,588	0,317	0,475	0,396	27,866	1,448	16,659	0,746	2,251	3,404
Jun.	0,649	0,582	0,291	0,504	0,347	28,402	1,500	16,211	0,694	2,306	2,978
Jul.	0,639	0,617	0,287	0,463	0,320	27,572	1,344	16,089	0,617	2,237	2,524
Ago.	0,641	0,684	0,282	0,478	0,304	28,187	1,358	15,739	0,663	2,281	2,498
Set.	0,642	0,707	0,278	0,471	0,278	28,646	1,274	15,468	0,728	2,376	2,398
Out.	0,630	0,735	0,284	0,452	0,252	29,607	1,387	15,444	0,756	2,385	2,343
Nov	0,615	0,830	0,287	0,461	0,277	25,945	1,517	15,073	0,748	2,326	2,111
Dez.	0,617	0,931	0,283	0,455	0,253	25,568	1,579	15,112	0,739	2,318	2,115
Jan. 00	0,621	0,962	0,281	0,451	0,210	25,099	1,573	14,979	0,651	2,274	2,144
Fev.	0,640	0,750	0,280	0,440	0,240	23,390	1,410	16,090	0,600	2,210	2,130

Fonte dos dados primários, brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais. Elaboração: IBRE-CEA/FGV.

MILHO

Alta em cadeia



A intensificação da colheita da soja encareceu os fretes nas regiões produtoras e aumentou os preços nos pólos consumidores

Brasil: preços recebidos pelos agricultores

Em R$ de fevereiro de 2000/unidade

Anos produtos	Milho (kg)	Mandioca (t)	Soja (kg)	Tomate (kg)	Trigo em grão (kg)	Cebola (kg)	Mamona (kg)	Pimenta-do-reino (kg)	Sisal (kg)	Uva (kg)	Bezerro até um ano cabeça)
Média 1992	0,235	99,620	0,378	0,532	0,283	0,600	0,314	1,158	0,234	0,340	189,593
Média 1993	0,242	98,859	0,374	0,501	0,260	0,611	0,355	1,250	0,248	0,698	204,357
Média 1994	0,208	71,008	0,327	0,637	0,217	0,482	0,358	2,019	0,300	0,451	235,616
Média 1995	0,171	100,16	0,246	0,587	0,216	0,665	0,357	2,383	0,362	0,612	208,417
Média 1996	0,199	104,86	0,314	0,487	0,266	0,305	0,351	2,083	0,344	0,253	159,801
Média 1997	0,159	97,600	0,339	0,400	0,191	0,632	0,311	4,032	0,389	0,350	152,782
Média 1998	0,175	90,639	0,275	0,499	0,187	0,534	0,288	5,236	0,343	1,069	154,421
Média 1999	0,186	89,441	0,288	0,422	0,216	0,453	0,348	6,344	0,343	0,868	160,359
Jan. 98	0,171	88,250	0,343	0,490	0,184	0,526	0,294	4,897	0,343	0,735	150,790
Fev.	0,171	91,012	0,318	0,477	0,184	0,539	0,282	4,676	0,343	0,796	149,058
Mar.	0,171	89,188	0,293	0,501	0,183	0,537	0,281	5,496	0,318	0,867	150,372
Abr.	0,171	84,123	0,269	0,538	0,183	0,489	0,281	5,014	0,318	0,880	153,889
Maio	0,183	85,408	0,268	0,598	0,183	0,427	0,281	5,173	0,329	1,415	155,418
Jun.	0,170	88,371	0,256	0,596	0,195	0,511	0,268	5,828	0,341	1,217	155,328
Jul.	0,183	93,614	0,256	0,586	0,195	0,513	0,281	5,704	0,342	1,234	156,841
Ago.	0,171	92,444	0,245	0,526	0,196	0,477	0,294	5,530	0,355	1,236	155,525
Set.	0,171	91,767	0,257	0,428	0,184	0,526	0,306	5,250	0,367	1,138	156,588
Out.	0,171	93,426	0,257	0,428	0,184	0,661	0,294	5,117	0,343	1,102	156,346
Nov.	0,184	95,068	0,270	0,429	0,196	0,625	0,294	5,028	0,368	1,116	156,790
Dez.	0,182	95,004	0,267	0,389	0,182	0,571	0,304	5,125	0,352	1,093	156,113
Jan. 99	0,192	87,274	0,252	0,408	0,180	0,516	0,312	4,995	0,336	1,201	155,290
Fev.	0,184	87,590	0,299	0,402	0,195	0,448	0,333	5,047	0,345	1,150	155,614
Mar.	0,180	93,075	0,293	0,383	0,214	0,451	0,327	5,704	0,372	0,958	157,775
Abr.	0,180	96,598	0,270	0,361	0,225	0,473	0,338	5,432	0,383	0,969	162,529
Maio	0,170	98,685	0,271	0,407	0,237	0,486	0,351	6,220	0,362	0,961	165,297
Jun.	0,168	90,782	0,269	0,403	0,235	0,504	0,358	6,795	0,381	1,131	161,547
Jul.	0,176	88,941	0,264	0,408	0,231	0,452	0,342	6,204	0,353	1,344	159,203
Ago.	0,174	87,460	0,272	0,456	0,228	0,424	0,348	6,115	0,348	1,358	160,170
Set.	0,182	84,857	0,310	0,460	0,225	0,439	0,353	6,359	0,343	1,338	158,163
Out.	0,189	83,421	0,326	0,473	0,210	0,462	0,347	7,323	0,326	0,000	161,263
Nov.	0,215	85,928	0,318	0,492	0,205	0,420	0,338	7,654	0,277	0,000	162,830
Dez.	0,223	88,678	0,314	0,415	0,202	0,364	0,435	8,280	0,294	0,000	164,632
Jan. 00	0,230	90,467	0,291	0,451	0,200	0,301	0,551	8,216	0,301	0,982	167,949
Fev.	0,220	85,490	0,290	0,460	0,200	0,330	0,520	7,780	0,310	0,670	171,850

Fonte dos dados primários, brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais. Elaboração: IBRE-CEA/FGV.





Lançamento do livro no *stand* da Pirelli (Agrishow, Ribeirão Preto-SP). Da esquerda para a direita: Luiz Antonio Pinazza (Agroceres/FGV), Ignez Vidigal Lopes (Ibre-CEA/FGV), Roberto Rodrigues (Abag), Maurício Canineo e Roberto Iunes Jr. (Pirelli) e Regis Alimandro (*Agroanalysis*/FGV).
O livro foi lançado também nos stands da BM&F, Andef e *Panorama Rural*, todos na Agrishow.

O melhor lançamento da safra de publicações sobre o agribusiness.

Já está à venda *Reestruturação do agribusiness brasileiro: agronegócios no terceiro milênio*, organizado pelo economista Luiz Antonio Pinazza, da Agroceres/FGV, e Regis Alimandro, redator-chefe da revista *Agroanalysis*/FGV. O livro é resultado de uma parceria entre o Ibre/FGV e a Abag – Associação Brasileira de Agribusiness.

Com 280 páginas, prefácio de Roberto Rodrigues, presidente da Abag, e texto final do jornalista Nivaldo Manzano, *Reestruturação do agribusiness brasileiro: agronegócios no terceiro milênio* reúne ainda um time de primeira em *marketing*, economia e agronegócios:

- Coriolano Xavier e José Luiz Tejon Megido, do Genoma (ESPM);
- Décio Zylbersztajn, do Pensa (USP);
- Ivan Wedekin e Paulo Rabello de Castro, consultores em economia;
- Marcelo Prado, da Algar Agro e
- Mauro de Rezende Lopes, do Centro de Estudos Agrícolas do IBRE FGV.

Exemplares de *Reestruturação do agribusiness brasileiro: agronegócios no terceiro milênio* podem ser encomendados pelos faxes: Rio (21) 559-5616 e São Paulo (11) 256-5968, pelo telefax (11) 6232-2114 ou pelo e-mail: formula@netpoint.com.br

ESTATÍSTICAS

BOI PARA CORTE

Preços mais baixos



O mercado vislumbra preços mais baixos no curto prazo com a entrada da safra e o fraco consumo na virada do mês

Brasil: preços recebidos pelos agricultores

Em R$ de fevereiro de 2000/unidade

Anos produtos	Boi gordo para corte (15 kg)	Vaca leiteira de raça (cabeça)	Vaca leiteira comum (cabeça)	Suíno para corte (15 kg)	Frango/galinha para corte (kg)	Leite (litro)	Lã (15 kg)	Ovos (dúzia)	Mel de abelha (litro)	Bói magro (cabeça)
Média 1992	42,080	795,149	495,871	23,706	1,553	0,428	40,012	1,093	3,636	354,069
Média 1993	44,599	848,676	527,933	26,491	1,567	0,443	33,244	1,222	3,778	371,208
Média 1994	43,291	1.061,983	645,446	24,373	1,492	0,398	39,430	1,144	4,388	415,172
Média 1995	35,209	1.169,858	655,368	22,087	1,216	0,414	48,842	0,928	7,449	366,426
Média 1996	29,984	952,872	514,015	17,914	1,137	0,366	36,441	1,023	7,339	297,832
Média 1997	30,331	882,162	471,909	20,396	1,065	0,320	39,239	0,991	6,245	287,229
Média 1998	31,731	830,814	443,365	18,823	1,073	0,302	32,117	0,944	6,627	286,074
Média 1999	33,718	776,519	418,579	18,879	1,048	0,295	19,505	0,888	6,230	293,937
Jan. 98	31,061	864,861	467,722	19,320	1,028	0,294	42,105	0,845	6,403	280,263
Fev.	30,884	838,897	449,721	19,243	1,114	0,282	35,364	0,881	6,475	279,963
Mar.	30,897	826,673	439,831	19,039	1,111	0,293	33,694	0,904	6,289	286,467
Abr.	31,000	824,717	440,216	19,004	1,101	0,293	35,623	0,966	6,518	290,192
Maio	30,796	819,329	433,371	18,936	1,086	0,305	33,748	1,025	6,503	285,762
Jun.	30,674	819,469	440,700	18,726	1,083	0,316	31,684	0,998	6,595	281,515
Jul.	31,424	829,466	439,281	18,784	1,075	0,318	32,792	1,001	6,754	284,969
Ago.	32,042	829,536	439,818	18,866	1,089	0,318	34,722	0,967	6,876	285,688
Set.	32,747	832,391	440,113	18,576	1,065	0,318	33,604	0,942	6,951	286,487
Out.	33,015	831,845	439,830	18,264	1,041	0,306	28,045	0,943	6,880	289,201
Nov.	33,001	833,301	441,932	18,224	1,042	0,294	24,245	0,944	6,855	291,519
Dez.	33,226	819,283	447,841	18,896	1,044	0,291	19,783	0,911	6,424	290,865
Jan. 99	32,837	806,300	438,917	19,594	1,045	0,288	19,426	0,876	6,555	297,422
Fev.	32,994	793,568	420,834	19,647	1,104	0,276	18,268	0,897	6,277	290,995
Mar.	33,776	779,189	419,075	19,932	1,071	0,282	18,184	0,924	6,189	290,330
Abr.	33,270	790,330	425,837	19,802	1,048	0,282	19,250	0,890	6,131	296,860
Maio	31,915	789,412	432,886	18,117	1,029	0,305	19,316	0,916	6,186	302,501
Jun.	31,436	779,176	426,057	17,856	1,041	0,313	19,760	0,918	6,258	298,957
Jul.	32,464	779,223	415,657	17,566	1,014	0,309	17,665	0,904	6,006	294,130
Ago.	32,683	779,950	408,114	17,379	1,064	0,293	17,086	0,869	6,430	290,165
Set.	33,838	768,486	407,681	17,342	0,996	0,300	16,582	0,867	6,509	286,043
Out.	36,121	764,467	410,916	19,227	0,998	0,305	18,722	0,830	6,272	288,012
Nov.	36,826	748,036	408,206	20,063	1,055	0,297	24,469	0,871	6,015	290,954
Dez	36,449	740,092	408,772	20,021	1,113	0,294	25,335	0,891	5,931	300,873
Jan. 00	36,071	748,876	409,993	19,959	1,022	0,291	23,676	0,842	5,320	304,246
Fev.	35,700	759,730	424,720	19,690	1,030	0,290	24,930	0,910	5,530	305,920

Fonte dos dados primários, brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais. Elaboração: IBRE-CEA/FGV.

Se l ga no 35



RINO

Sintonize no 35, o número do Canal Rural.

A melhor ligação entre você e o campo está no 35, o seu Canal Rural. Cotações, o melhor serviço de agrimeteorologia do Brasil, tecnologia e técnica rural, culinária, shows, notícias, mercados, músicas, entrevistas, rodeios, eventos e tudo sobre o agribusiness. Não se esqueça. Para se ligar no melhor do campo, não ligue para as outras, ligue no canal 35 do sistema a cabo NET e parabólicas digitais da SKY. Para assinar, ligue 0800-992211 e assista ao Canal Rural em todo o Brasil.

RBS CANAL RURAL

Canal Rural. O campo na sua casa.

São Paulo (0_ _ 11) 3670-9100 • Brasília (0_ _ 61) 323-8844 • Porto Alegre (0_ _ 51) 218-5262 • Curitiba (0_ _41) 342-1008 • Rio de Janeiro (0_ _21) 553-6379

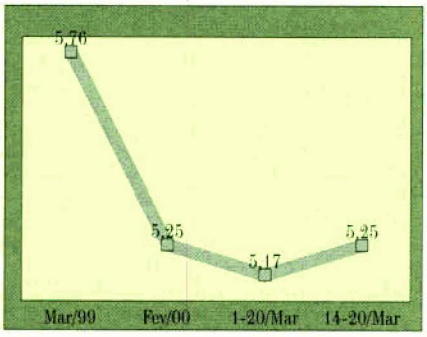
www.zaz.com.br/rural

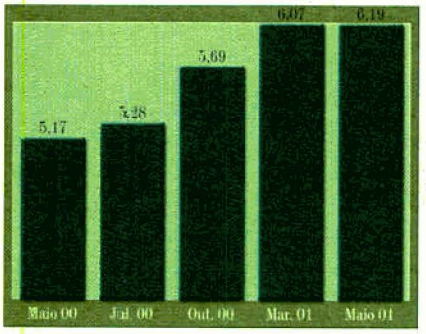
Mercado externo

IRENE TROCCOLI, CARLOS COGO E ROGÉRIO FERREIRA DE SOUZA

As previsões de mercado foram feitas no dia 20 de março e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de abril de 2000.

AÇÚCAR





Tendências

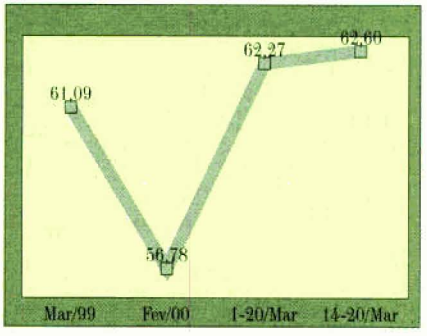


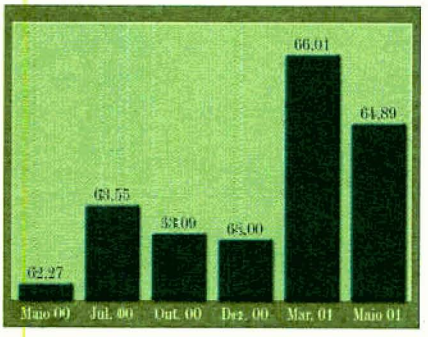
Fatores ponderáveis

USc/lb. peso mundial branco

Embora se espere menor produção na China e recuo na produção da safra 2000/2001, o mercado continua em baixa, já que é o quinto ano de excedente entre oferta e demanda, deprimindo as cotações futuras.

ALGODÃO



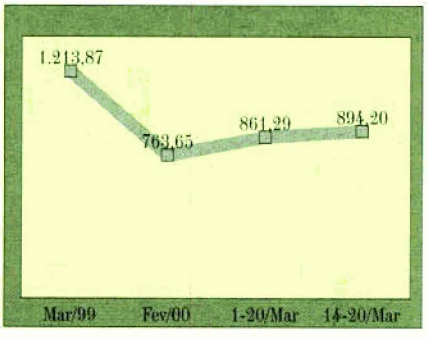


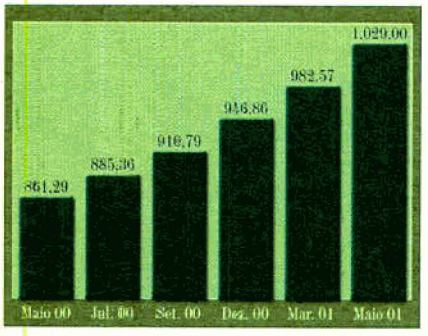


1-1/16" USc/lb. peso

As exportações devem crescer 600 mil toneladas em 1999/00, chegando a 6,4 milhões de toneladas em 2000/01, com a recuperação do consumo no Leste da Ásia, permitindo a recuperação das cotações futuras.

CACAU



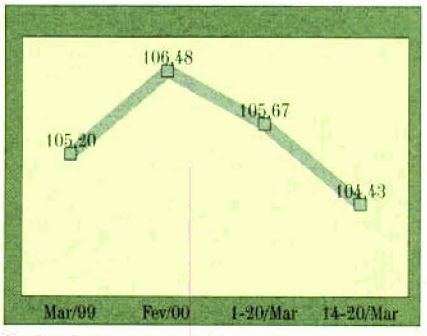


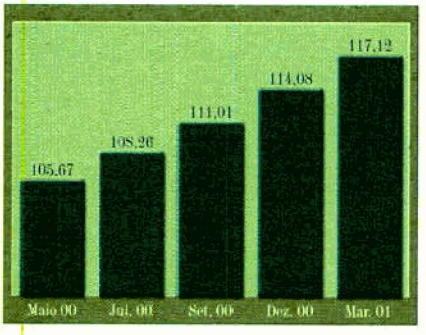


Bahia US$/t

As previsões de ampla entrada de cacau do Sudeste Asiático e os fartos estoques dos países consumidores fazem o mercado manter a tendência de baixa.

CAFÉ





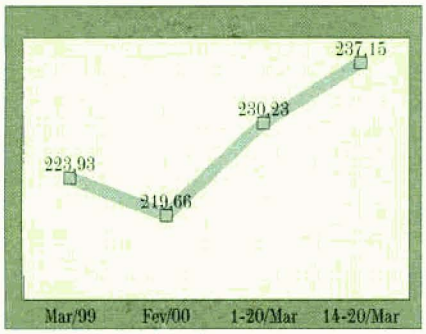
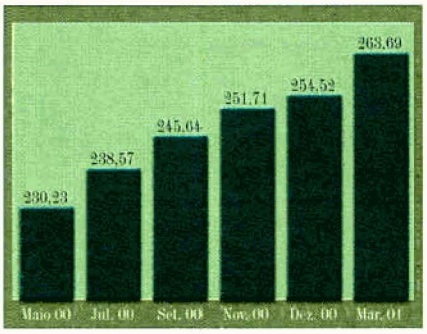
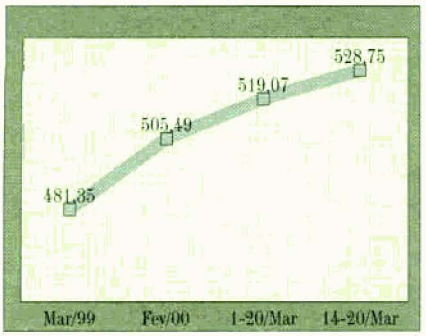
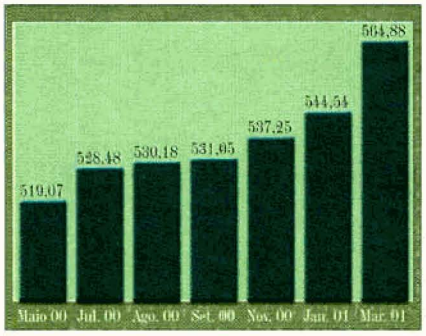
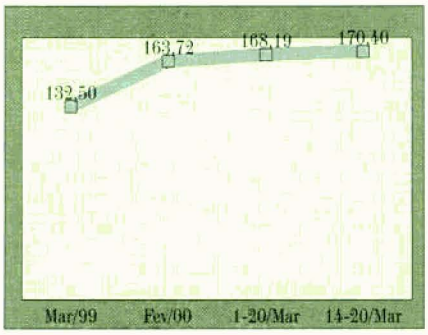
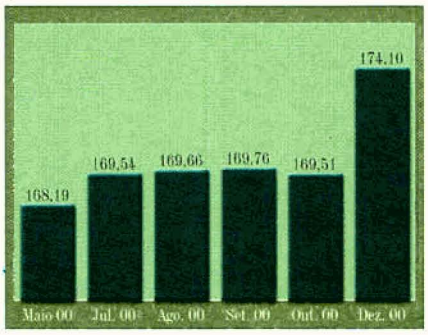
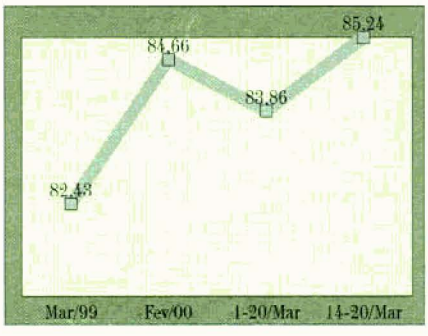
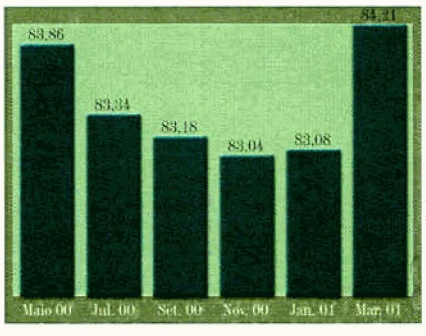
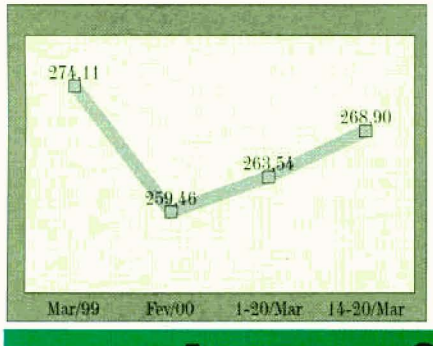
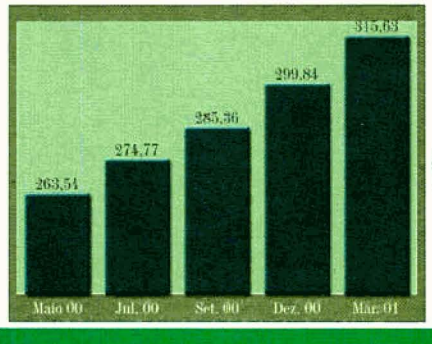


Contrato com Nova York USc/lb. peso

O mercado vive a expectativa de implantação de um plano de retenção da oferta a ser promovido pela Associação dos Países Produtores de Café. Há, porém, sérias desconfianças quanto à adesão de alguns países e desconhecimento quanto às regras a serem estabelecidas.

*Carlos Cogo é economista na empresa Agromercados. Organização: Irene Troccoli. Colaborou: Gregory Honczar. Fontes dos dados: bolsas de Nova York e Chicago.

AGROANALYSIS: MAIS INFORMAÇÃO POR ALQUEIRE DE PÁGINA.

Médias dos primeiros futuros	Futuros	Tendências	Fatores ponderáveis
		**Milho**	**two yellow USc/bushel** A atual estimativa do Usda para a área plantada aponta colheita inferior às 244 milhões de toneladas previstas para o consumo interno norte-americano, sugerindo esvaziamento dos estoques finais.
		**Soja**	**grão one yellow US$/bushel** Mesmo com um incremento de 1% na área da safra 2000/01 dos EUA, a projeção de redução nos estoques mundiais e a possibilidade de um clima desfavorável nos EUA pressionam as cotações futuras para cima.
		**Soja**	**farelo US$/t** As cotações futuras do farelo acompanham os ganhos no mercado futuro do grão na Bolsa de Chicago, sustentadas pela recuperação das importações asiáticas, que podem crescer entre 5% e 6% em 2000.
		**Laranja**	**suco USc/lb. peso** O relatório de março do Usda referente à safra de laranjas da Flórida acusou aumento de 3% frente à estimativa de um mês antes e 29% acima da colheita da temporada anterior.
		**Trigo**	**soft red USc/bushel** O incremento de 5 milhões de toneladas na produção mundial da safra 2000/01 deve manter a produção acima da demanda projetada e elevar os estoques finais mundiais, deprimindo as cotações futuras.

AGROANALYSIS: MAIS INFORMAÇÃO POR ALQUEIRE DE PÁGINA.

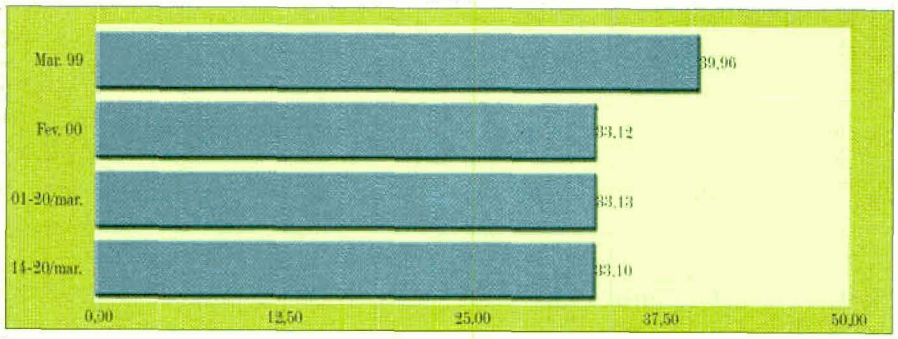
IRENE TROCCOLI, CARLOS COGO E ROGÉRIO FERREIRA DE SOUZA

Mercado interno

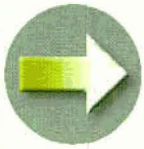
As previsões de mercado foram realizadas em 20 de março e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de abril de 2000. Os preços estão em valores reais, corrigidos pelo IGP-DI para fevereiro de 2000. Os preços de março de 1999 são nominais.

ALGODÃO

PREÇOS



TENDÊNCIAS

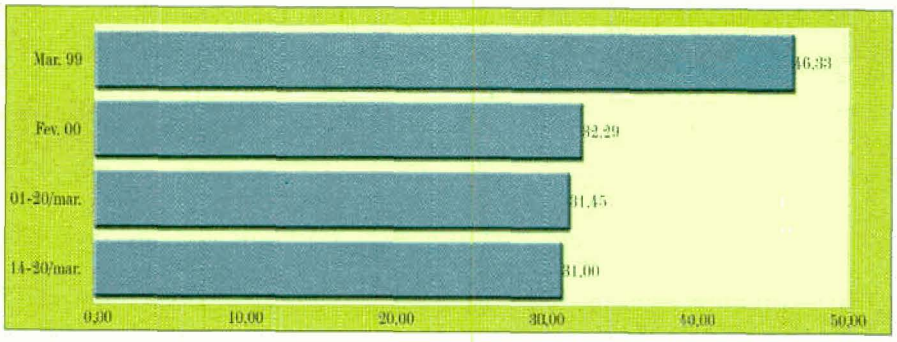


FATORES PONDERÁVEIS

(6) Sul do Brasil – R$/15kg disponível

O atraso na colheita na região Sul e o anúncio de que o governo lançará contratos de opção de venda para até 130 mil toneladas para sustentar os preços mantêm as cotações estáveis no mercado interno.

ARROZ

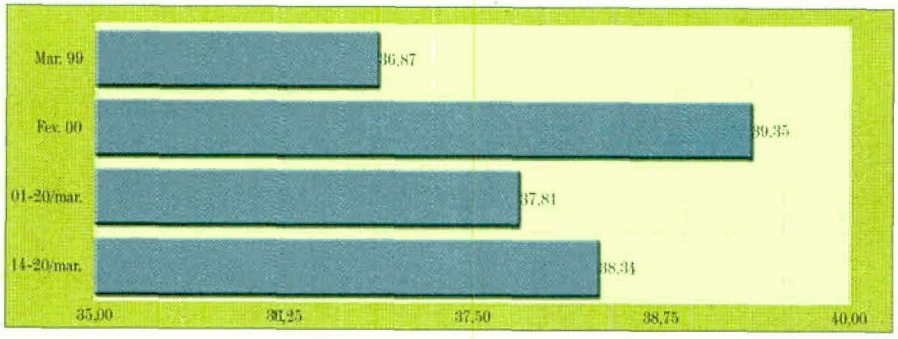


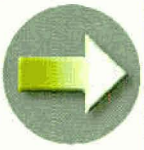


agulhinha R$/sc. 60kg

A colheita avança célere no Sul, com oferta acima da capacidade de demanda dos beneficiadores. O acordo para reduzir importações do Mercosul ainda não foi fechado e as cotações permanecem em baixa.

BOI

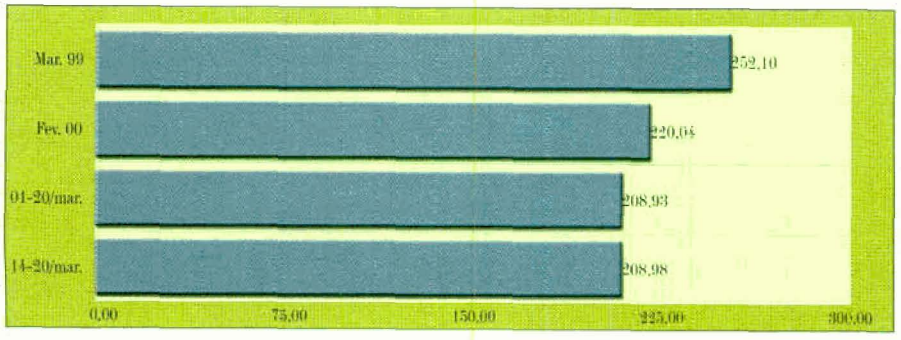




gordo R$/arroba

O aumento na oferta de animais para abate em São Paulo e estados centrais, a fraca demanda no atacado e a baixa nos preços das carnes de frango e suíno mantêm as cotações do boi gordo estabilizadas.

CAFÉ



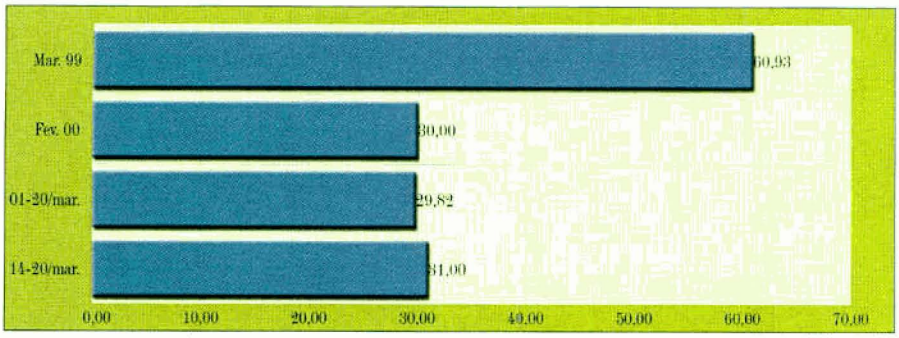


tipo 6 R$/sc. 60kg

O Brasil está pouco competitivo no mercado internacional em razão da resistência à venda por parte dos detentores internos de estoques. A sustentação dos preços internos será ainda maior se vingarem os esforços da APPC em implantar um plano de retenção da oferta internacional.

AGROANALYSIS: MAIS INFORMAÇÃO POR ALQUEIRE DE PÁGINA.

Preços



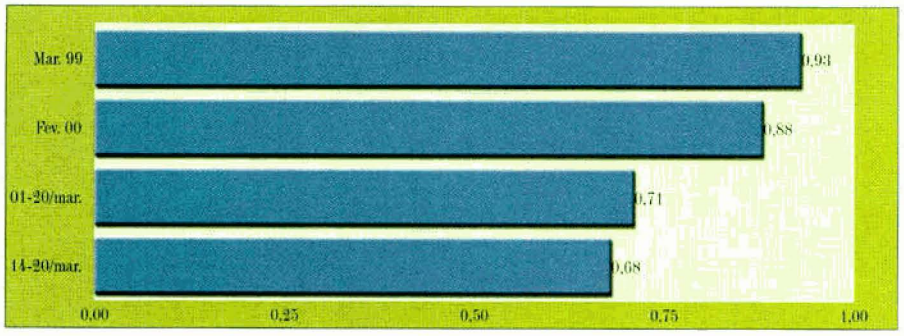
Tendências

Fatores ponderáveis

Feijão

carioquinha especial R$/sc. 60kg

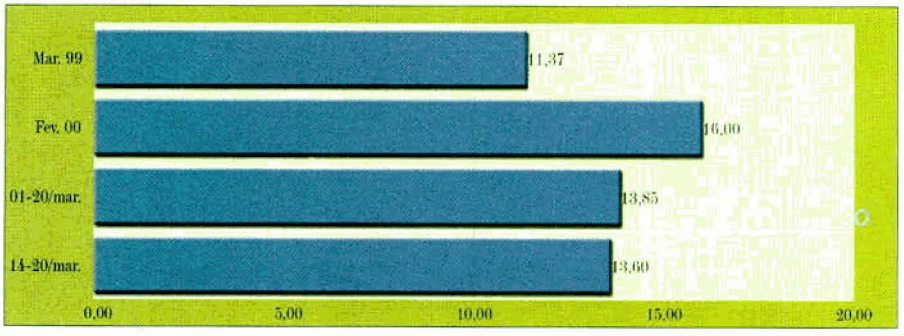
O encerramento da primeira safra e a expectativa de redução na área de cultivo da segunda reduziram a pressão baixista sobre os preços mas ainda não permitiram a recuperação das cotações.



Frango

vivo R$/kg

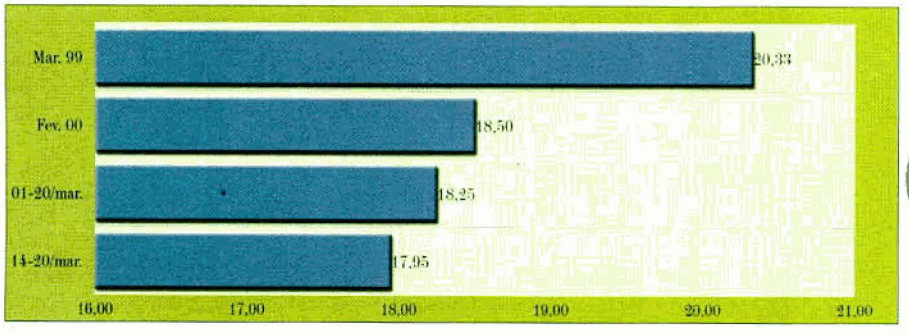
Os preços da ave mantêm-se sob controle devido à contenção do preço do milho causada pela entrada da nova safra e ao nível elevado da oferta dessa carne.



Milho

amarelo semiduro R$/60kg

A maior atenção, no campo, para a colheita da soja em detrimento do milho e a menor produção esperada para o milho frente à da temporada anterior deverão causar-lhe aumento nas cotações.



Soja

grão industrial R$/60kg

O atraso na colheita da safra, a dificuldade de exportação e o quadro ajustado de oferta e demanda doméstica do grão mantêm as cotações estabilizadas, mesmo com o avanço da colheita em todas as regiões.

Até 7/12/1999, os valores são oriundos do contrato café cambial BM&F em pontos por saca de 60kg convertidos para R$ por saca.
A partir de 8/12/99, os valores se referem ao contrato arábica em US$ por saca convertidos em R$ por saca, conforme a taxa de câmbio divulgada pela BM&F.
As cotações da última semana e da última quinzena são relativas a 2000.
Fonte dos dados brutos: algodão e café – BM&F; Arroz – Instituto Rio Grandense de Arroz; feijão – Sandra Hetzel; milho e soja – Bolsa de Cereais de São Paulo; boi gordo – IEA-SP; frango vivo – APA-SP.
Nota: Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

ROBERTO RODRIGUES

Sanduíche sem recheio

Temos repetido que o casamento da globalidade econômica com o liberalismo comercial – ocorrido no dia em que caiu o Muro de Berlim – gerou duas filhas gêmeas, a concentração empresarial e a exclusão social, que juntas cavalgam pelo planeta afora, destruindo patrimônios tradicionais e criando do dia para a noite gigantescas fortunas, assustando e alegrando, mas sempre ameaçando, até mesmos regimes políticos, a democracia e a paz.



Uma das conseqüências desse processo no Brasil – onde a abertura foi feita sem qualquer tipo de proteção – é a desnacionalização de empresas de diversos setores, inclusive no agribusiness. Por causa disso ouve-se com freqüência uma inquietante pergunta: até quando o capital estrangeiro afetará nosso setor rural?

Talvez não seja essa a questão central, mas sim a seguinte: em que extensão a concentração antes e depois da porteira da fazenda gerará exclusão social dentro da fazenda brasileira?

As fusões ou incorporações de empresas na área de insumos impressionam. É cada vez menor o número e maior o tamanho dos produtores de defensivos, sementes e fertilizantes. No setor de máquinas agrícolas, especula-se que em poucos anos não existirão mais do que cinco fabricantes mundiais.

Na outra ponta, a da indústria da transformação e de alimentos, a realidade é semelhante, sem falar no setor de serviços: quantos bancos trabalham com crédito rural no Brasil hoje?

O problema é que a competição entre essas empresas é acirrada, levando-as a diminuírem suas margens e a apertar o cliente, o agricultor, que vê sua renda cair a cada ano, até porque o padrão tecnológico mundial cresce, aumentando a oferta do produto agrícola.

Daí a necessidade de organização do setor, para melhorar seu poder de barganha antes e depois da porteira.

Usemos uma imagem para exemplificar este fato: suponhamos que o agronegócio seja um sanduíche. Uma das fatias do pão é representada pelo setor de insumos e a outra pela indústria de transformação. O recheio é a agricultura, cada vez mais espremida pelas fatias do pão, estas também esmagadas pela necessidade de competir.

O recheio está secando o seu molho – a renda. Só o fortalecimento desse recheio, através da organização, lhe permitirá resistir à pressão dos pães. E só o conceito de cadeia produtiva permitirá, no conjunto, a sobrevivência do sanduíche; caso contrário ele será jogado no liqüidificador da exclusão. Que, no campo, significa perda total e miséria.

Sem renda no campo, adeus sanduíche

Recente pesquisa buscando definir o perfil do agricultor brasileiro, realizada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da FGV, com apoio de Embrapa, Senar, Finep, Ipea e Denacoop e publicada pela CNA, mostra dados curiosos. Foram analisados 1.837 estabelecimentos rurais de oito sub-regiões, com ênfase para Sul, Sudeste e Centro-Oeste, mas enfocando também os estados de Pernambuco e Ceará.

Verificou o estudo que, entre as famílias estudadas, 82% possuem fontes de renda gerada fora da fazenda, das quais 41% de aposentadoria e 26% de trabalho externo.

O número impressiona, apesar de apenas 11% da renda total vir de outras fontes e 89% da atividade rural. Mas ficou claro que nas regiões mais pobres e nas menores propriedades as outras rendas são mais importantes, principalmente a aposentadoria. Ora, isso indica que o Brasil já entrou na era em que a atividade no campo será de tempo parcial, como já acontece também nos países desenvolvidos.

Outro dado ligado a esse e surpreendente mostra que a idade média do agricultor amostrado na pesquisa já é de 52 anos, próxima à dos países ricos. É bem verdade que isso não pode ser extrapolado para o país todo, principalmente na fronteira agrícola para onde tem afluído uma crescente parcela de jovens, mas não deixa de evidenciar a tendência de migração para as cidades das novas gerações nascidas no campo.

É preciso cruzar esses dados. Migração, exclusão social e renda estão interligados. Por sua vez, concentração mexe com a renda.

E o resultado desse cruzamento é também uma repetição que já está ficando cansativa, porque não sai das intenções: sem organização, o recheio secará.

Roberto Rodrigues é engenheiro agrônomo e agricultor, presidente da ACI e da Abag e professor de economia rural da Unesp.

O Agrosite é o portal brasileiro voltado exclusivamente para a agropecuária. Um mercado on-line de negócios e oportunidades aberto 24 horas para produtores, empresas e profissionais do setor rural comprarem e venderem fertilizantes, defensivos, máquinas agrícolas, produtos veterinários e todo tipo de artigos rurais, com segurança e rapidez. Só o Agrosite oferece preços de todo o Brasil e um completo serviço de informações sobre o mercado, condições do tempo, cotações e tudo para quem investe na agropecuária. Agrosite. Tudo o que o campo tem e precisa, dentro do seu computador. Acesse agora: **www.agrosite.com.br** e bons negócios.

info@agrosite.com.br

BRASIL • R. Luigi Galvani, 70 Cj.31 - São Paulo
ARGENTINA • 25 de Mayo, 267 - Piso 8º - Buenos Aires
EUA • 2629 Terminal Blvd., Mountain View - California

NEGÓCIOS E OPORTUNIDADES RURAIS



agrosite.com.br

compra e venda



produtos veterinários

pool de compras



defensivos

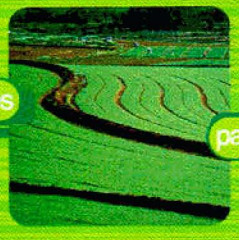
fertilizantes

tratores



serviços

leilões



parcerias

CONTROLA MAIS espécies de FORMIGAS QUE OS OUTROS



Os testes* mais uma vez comprovam:
MIREX-S MAX e MAX N.A. controlam todas as principais espécies de saúvas e quenquéns – e fazem esse controle com muito mais eficácia.
MIREX-S MAX e MAX N.A. começam a controlar o formigueiro aproximadamente 48 horas após a aplicação. Em cerca de três dias cessam os prejuízos causados pelo corte das formigas.
Além disso, MIREX-S MAX e MAX N.A. agem só por ingestão. Por isso as iscas são distribuídas por todo o formigueiro, provocando, inclusive, a morte da rainha.
MIREX-S MAX e MAX N.A. eliminam definitivamente o formigueiro.



SUPERISCA

ISCA FORMICIDA

MIREX-S®

MAX

(*)Testes de Carregamento e Eficiência Agronômica organizados pela Atta-Kill, junto a Universidades e órgãos oficiais como – UFV, UNESP, ESALQ.

ATENÇÃO Este produto pode ser perigoso à saúde humana, animal e ao meio ambiente. Leia atentamente e siga rigorosamente as instruções contidas no rótulo e na receita. Utilize sempre os equipamentos de proteção individual. Nunca permita a utilização do produto por menores de idade.

Consulte sempre um Engenheiro Agrônomo.

Venda sob receituário agronômico.

ATTA-KILL
Ind. e Com. de Defensivos Agrícolas Ltda.